FERNANDO ORTIZ
Professor da Universidade de Havana

◆

A FILOSOFIA PENAL DOS ESPÍRITAS

ESTUDO DE FILOSOFIA JURÍDICA

LAKE

SÃO PAULO

FERNANDO ORTIZ
Professor da Universidade de Havana

*

A FILOSOFIA PENAL DOS ESPÍRITAS
ESTUDO DE FILOSOFIA JURÍDICA

TRADUÇÃO DE CARLOS IMBASSAHY

*

R. RIACHUELO, 108 — SÃO PAULO

À memória de César Lombroso

(1835-1909)

Apresentação	**1**
Prefácio	**2**
Ao leitor	**4**
I — Objeto deste estudo	**12**
II — As bases ideológicas do espiritismo	**16**
III — As leis da evolução anímica	**29**
IV — O delito	**34**
V — Determinismo e livre-arbítrio	**37**
VI — A questão nos textos de Allan Kardec	**45**
VII — Os fatores da delinquência	**61**
VIII — Caracteres anatômicos do criminoso	**66**
IX — O homem criminoso	**79**
X — Atavismo dos criminosos	**81**
XI — A hereditariedade criminal	**85**
XII — Classes de criminosos	**94**
XIII — A escala dos espíritos	**105**
XIV — Os fatores cósmicos	**116**
XV — Os fatores sociais	**119**
XVI — Epidemias delituosas	**135**
XVII — Substitutivos penais	**138**
XVIII — Fundamento da responsabilidade	**140**
XIX — Fundamento da pena	**145**
XX — Os incorrigíveis	**148**
XXI — A pena de morte	**151**
XXII — Não há penas eternas ou perpétuas	**156**
XXIII — O código penal de além-túmulo	**168**
XXIV — A pena de talião	**183**
XXV — A condenação condicional	**195**
XXVI — A sentença indeterminada	**198**
XXVII — A reparação do dano pessoal	**199**
XXVIII — Lombrosianismo criminal e espiritismo penal	**202**

APRESENTAÇÃO

Esta obra, que o **Pense** disponibiliza agora em versão digital, é um dos grandes clássicos do pensamento social espírita. Trata-se de um livro essencial na estante de qualquer estudioso da filosofia espírita e da jurisprudência.

O autor, o escritor e antropólogo cubano Fernando Ortiz Fernández, deixa bem claro logo no início do livro que não é espírita, fato esse que lhe dá uma isenção filosófica que pode ser conferida na leitura desse amplo estudo quer faz acerca da filosofia penal espírita, confrontando-a com várias correntes filosóficas.

OBRAS

■ Apuntes para un estudio criminal: ■ Los negros brujos (1906); ■ Los negros esclavos (1916); ■ Los cabildos afrocubanos (1921); ■ Historia de la arqueología indocubana (1922); ■ Glosario de afronegrismos (1924); ■ Martí y las razas (1942); ■ El engaño de las razas (1946); ■ El huracán, su mitología y sus símbolos (1947); ■ La filosofia penal de los espiritistas (1951);
PÓSTUMAS - ■ Hampa afro-cubana... Los negros curros (1986); ■ La santería y la brujería de los blancos (2000); ■ Culecció d'els mal-noms de Ciutadélla (2000); ■ Visiones sobre Lam (2002).

Fonte: Fundación Fernando Ortiz - *http://www.fundacionfernandoortiz.org*

Antropólogo, etnólogo, sociólogo, jurista e linguista, Ortiz é cubano, nascido em 16 de julho de 1881. É considerado um dos maiores intelectuais da América Latina. Escreveu mais de 100 obras sobre os mais variados assuntos. Dotado de uma prodigiosa cultura geral, foi professor universitário, fundador de várias instituições culturais e uma das maiores autoridades no estudo da cultura africana. Desencarnou em 1969.

Escrito em 1951, o livro foi traduzido pelo escritor e pensador espírita Carlos Imbassahy e aqui lançado no mesmo ano pela editora LAKE.

PREFÁCIO

Fernando Ortiz e a criminologia moderna

Deolindo Amorim
(Da Sociedade Brasileira de Filosofia)

A evolução da criminologia ampliou muito a perspectiva dos estudos inerentes à delinquência. Anteriormente, ainda que se tivesse a intuição do problema criminal em suas relações com as ciências sociais, apenas os especialistas, divididos em grupos, segundo as escolas tradicionais e suas tendências doutrinárias, se preocupavam com as questões atinentes à criminologia, cujo campo não tinha, como tem hoje, tanta elasticidade. O problema criminal, a bem dizer, era assunto exclusivo dos juristas e, como especialização, dos estudiosos do direito penal. Hoje, porém, a não ser quanto à técnica do direito penal, que exige, é claro, cultura especializada, o problema criminal interessa tanto ao penalista, como ao sociólogo, ao jornalista, ao teólogo. Não há quem não deseje, em sã consciência, uma sociedade melhor.

Como decorrência desta proposição, diversos tipos de pesquisa convergem para o problema criminal, porque o índice de criminalidade, tanto em alta como em baixa escala, é um reflexo das condições sociais. Não se pode estudar uma sociedade, sob o ponto de vista do comportamento humano em face dos fenômenos sociais, sem conhecer a posição de seu coeficiente criminal, quais os fatores que preponderam no aumento ou na diminuição dos delitos, assim como o seu sistema de sanções e prevenção. Sob este aspecto, a criminologia já não pode mais ser um departamento indevassável, fechado à curiosidade dos que, não sendo especialistas em matéria criminal, são obrigados, por força de outros estudos, a fazer incursões na seara dos penalistas. Quem estuda, por exemplo, a organização social, os costumes, as rea-

ções dos grupos humanos, ainda que o faça do ângulo puramente sociológico, não pode deixar de tocar em determinadas teses de direito penal, principalmente quanto à figura do criminoso, considerado em relação às influências mórbidas ou mesológicas.

Fora da esfera profissional, demarcada pelos limites a que estão circunscritos os diversos ramos de atividade, não há, presentemente, a rigor, o que se possa chamar assunto impenetrável, uma vez que a cultura geral se aplica à solução de muitos problemas em cuja discussão se encontram criminalistas, educadores, moralistas, homens públicos, técnicos etc. Claro é, portanto, que a criminologia, sobre ser um campo vastíssimo e complexo, comporta estudos especiais, luz de prismas novos, naturalmente estranhos às velhas escolas penais: clássica, positiva e sociológica. Todavia o direito terá sempre uma técnica própria, como a sociologia, a psicologia etc., sem que deixe de haver entrosamento entre as ciências. A própria ciência penal moderna já se desvencilhou muito do tradicionalismo acadêmico, em consequência do ecletismo, fenômeno que também se verifica nos círculos de outras ciências, como reação, aliás inevitável, a tudo quanto se transforme em cristalização ou estagnação das ideias.

Sob estas premissas, o direito penal também pode ser encarado por aspectos novos, desde que através de tais aspectos algumas questões, ainda sujeitas a discussão, venham a ser de algum modo elucidadas. A ciência, em qualquer de seus ramos, não pode rejeitar contribuições honestas, seja qual for a crença ou a orientação filosófica daquele que, inspirado no desejo de procurar a verdade, se propõe a aumentar o patrimônio científico da humanidade com alguma observação ou experiência pessoal.

O professor Fernando Ortiz, da Universidade de Havana, é um revolucionário em matéria penal. Que o diga, logo à primeira vista, o título de um de seus livros, publicado há pouco, na Argentina, pela Editorial Victor Hugo, de Buenos Aires: **La Filosofia Penal de Los Espiritistas**. É, como diz o subtítulo, um estudo de filosofia jurídica, não é uma apologia ou uma crítica do espiritismo sob o aspecto fenomenológico ou religioso. Diga-se, desde já, que Fernando Ortiz não é espiritista. Pretende ele, porém, colocado simplesmente na posição de criminalista, aliás avançado senão corajoso, mostrar que a filosofia espírita pode esclarecer alguns aspectos da criminologia moderna. A atitude é arrojada, mas não é, como parece, fruto

do arrebatamento ou da imaginação. O trabalho de Fernando Ortiz não pode ser condenado como heresia jurídica, porque está bem condensado, embora defenda uma tese capaz, até, de provocar escândalo entre juristas pouco familiarizados com os temas da metapsíquica ou do espiritismo. Na América Latina, ao que parece, é a primeira vez que um criminalista se dispõe, acima de preconceitos religiosos ou de convencionalismos acadêmicos, a discutir princípios da ciência penal à luz do espiritismo. A tese de Fernando Ortiz poderá ser discutida e, por fim, rejeitada, mas a verdade é que o seu livro deve ser lido pelos criminalistas, porque põe em foco um tema inteiramente novo em direito penal. Que relação tem o direito penal com o espiritismo? É justamente neste ponto que está a originalidade do livro. Não se trata, porém, de uma originalidade estravagante ou de uma das muitas "criações cerebrinas" de nosso século: trata-se de um estudo filosófico, de um confronto prudente e desapaixonado entre Lombroso e Kardec. Trabalhos de tal ordem não devem ser criticados a priori, apesar do espanto que possa causar tal aproximação, embora Lombroso tenha dado testemunho público de convicção a respeito dos fenômenos espíritas.

Diz Fernando Ortiz:

> "O espiritismo pode chegar na magnitude de sua concepção evolucionista a um atavismo mais radical, e com o qual não sonhou o gênio de Lombroso, o atavismo interplanetário."

Fernando Ortiz toma por base precisamente o livro que contém a parte filosófica do espiritismo: **O Livro dos Espíritos**. Sem fazer profissão de fé, sem querer, portanto, formar nas fileiras dos discípulos de Allan Kardec, o ilustre professor cubano, que já publicou, entre outros trabalhos especializados, *La criminalita dei negri in Cuba*, no "Arquivo de Psiquiatria e Medicina Legal e Antropologia", e *Supertizioni Criminose*, Turin, não nega o atavismo criminal, mas recorre à filosofia espírita para esclarecer a questão. Fá-lo com imparcialidade, com a isenção espiritual de todos os homens infensos a dogmatismos de qualquer espécie. Argumenta Fernando Ortiz: já se compreenderá facilmente como o evolucionismo espírita pode explicar a herança moral, comprovada cientifica-

mente até certo ponto pela antropologia. Os antropologistas filiados à escola materialista procuram explicar as anomalias psíquicas pela constituição somática, o que leva o criminalista a um círculo muito acanhado, porque há, como se sabe, degenerescências morais que não apresentam qualquer indício de anormalidade física. Não se vai, com isto, ao extremo de dizer que as aberrações físicas do tipo lombrosiano não sejam a expressão evidente, na maioria dos casos, de anormalidades psíquicas. Entretanto, a predisposição criminal pode ser explicada pelos antecedentes espirituais do indivíduo. Este ponto é muito transcendental ou metafísico, mas não deve ser desprezado quando se procura, como no caso de Ortiz, estabelecer paralelo entre o estado moral do criminoso e as suas características físicas. Existe, de fato, relação entre o estado moral e o estado físico? Sob este aspecto, a tese de Ortiz inclina-se para a solução espírita: o estado moral vem da inferioridade do espírito, não procede, portanto, de causas orgânicas. Neste caso, segundo a tese espírita, as deformações do corpo, as fisionomias monstruosas e outras chamadas "aberrações da natureza" têm certa relação com a vida espiritual, com aquilo que poderíamos chamar a vida pregressa do espírito em anteriores existências. Tais deformações, pelo princípio da reencarnação, defendido por Allan Kardec, são efeitos e não causas. O livro de Ortiz estuda a criminologia moderna precisamente sob este ponto de vista. Daí a associação aparentemente inexplicável de Lombroso e Kardec no livro do criminalista cubano. Resta, porém, examinar a questão sem qualquer ideia preconcebida. Lê-se, em *La Filosofia Penal de los Espiritistas*, pág. 56:

> "Se é certo que a ciência descobriu que a herança psicológica existe, demonstrando a persistência de caracteres nas mesmas famílias e até nos mesmos povos através do tempo e de gerações, também é certo que as leis da herança não estão descobertas como o está o fenômeno."

Para esclarecer a questão, fora do círculo, já conhecido, das escolas penais, o prof. Ortiz recorre à filosofia espírita, com o que corrobora o seu pensamento. Apóia-se ele no seguinte princípio da codificação doutrinária de Allan Kardec: "Com frequência, os pais transmitem aos filhos a semelhança física. Transmitem eles também a semelhança moral ?" Resposta:

> "Não, porque têm almas ou espíritos diferentes. O corpo procede do corpo, porém o espírito procede do espírito. Entre os descendentes de uma raça não existe mais do que consanguinidade."

As qualidades morais residem no espírito, e não podem ser transmitidas pelos caracteres somáticos. Basta verificar, na prática, o que ocorre em diversas famílias: pais, filhos, e irmãos com inclinações e graus de moralidade muito diferentes uns dos outros. A hereditariedade não explica este fenômeno. A história do Brasil tem um exemplo frisante no contraste psicológico entre Pedro I e Pedro II. Admite-se a influência, aliás relativa, de certas pecualiaridades ancestrais no temperamento, no caráter do indivíduo, mas daí não se infere que todo o processo de formação e desenvolvimento de suas qualidades psicológico-morais obedeça, de modo absoluto, à sequência das vias hereditárias. O autor de *La Filosofia Penal de los Espiritistas* prefere, neste particular, a tese espírita, apoiada, aliás, no processo reencarnacionista. A cor e a raça não têm influência no estado moral, porque a superioridade ou inferioridade do homem está no espírito. Este princípio, defendido por Allan Kardec, é aceito, hoje, por eminentes pesquisadores, inclusive aqueles que, como o nosso ilustre e saudoso Artur Ramos, que teve ocasião de citar o prof. Ortiz, não se filiam a qualquer pensamento religioso. Allan Kardec não era especialista em antropologia, mas a verdade é que as suas ideias contrárias ao preconceito racial, sustentadas na segunda metade do século 19, coincidem com o que afirmam, nos dias atuais, verdadeiras expressões desta ciência.

Artur Ramos, como se sabe, nunca se revelou simpático ao espiritismo. Entretanto a sua grandiosa e humanitária campanha contra o preconceito de cor, campanha sempre apoiada na ciência, nunca inspirada em sentimentalismo ou demagogia, afirmou exatamente o princípio de que a superioridade ou a inferioridade, tanto do indivíduo como dos grupos, só se afere pelas qualidades do espírito, e não pela epiderme. Pois bem, este mesmo princípio fora sustentado por Allan Kardec, no século passado. O prof. Ortiz verificou, assim, o que os antropólogos ainda não verificaram: o espiritismo é uma doutrina fundamentalmente contrária ao preconceito de cor, tanto por

sua organização filosófica, como por suas consequências morais. No embasamento de sua filosofia, o espiritismo vincula alguns aspectos positivos do problema criminal aos antecedentes espirituais do criminoso. Diante deste postulado, torna-se discutível, assume outro caráter a figura do criminoso nato. É aqui, precisamente neste ponto, que está a parte nevrálgica do livro de Fernando Ortiz. O criminoso nato, segundo a doutrina espírita, é um doente do espírito, é um indivíduo que traz, de seu passado espiritual, um acervo de culpas e mazelas morais. Logo, dentro desta tese, o instinto criminal não tem a sua fonte nas deficiências orgânicas, embora estas (efeitos e não causas) tenham influência nas paixões como nas atitudes. Por outras palavras, isto significa nada mais nada menos que a predisposição criminal é uma degenerescência de origem moral, nunca de origem física. Tendo partido deste ponto, Fernando Ortiz vê a escola de Lombroso dentro de um campo muito maior e mais claro. Faltou ao glorioso criminalista e psiquiatra italiano, mestre consagrado, um passo para subir da evolução puramente humana à evolução espiritual.

Fernando Ortiz, escudado em Allan Kardec (*O Livro dos Espíritos* e *A Gênese*), assim como em Gabriel Delanne (*A Evolução Anímica*), não nega que haja tipos predispostos ao crime. A predisposição, porém, segundo a filosofia espírita, vem do espírito. O conceito de criminoso nato, portanto, em face das duas teses — a espírita e a lombrosiana — magistralmente estudadas e discutidas por Fernando Ortiz, não desaparece, tanto mais que Ortiz é um lombrosiano convicto. Entretanto, o trabalho de Ortiz dilata a visão geral do problema, não apenas em relação à escola positiva, mas em relação, também, às outras escolas.

O fato de haver criminoso nato (escola positiva) não leva ao determinismo biológico. Foi sob este ponto de vista, especialmente, que Ortiz estudou o assunto à luz do espiritismo. Sendo a tendência criminal um defeito do espírito, muitas vezes ligado a causas remotas, através de outras existências (principio reencarnacionista) a regeneração espiritual, por meio da educação e da reforma de costumes, pode modificar o comportamento do delinquente nato. Esta proposição exclui, como se vê, o determinismo absoluto. O determinismo sociológico também não se harmoniza com a doutrina espírita, porque nem

sempre o criminoso é um escravo do meio social. O indivíduo liberta-se das influências sociais, da imposição do meio à proporção que vai fazendo melhor uso de seu livre-arbítrio. Não se pense, porém, que a filosofia penal do espiritismo cai na escola clássica. Aliás, Fernando Ortiz passa também por esta escola em seu interessante livro. O livre-arbítrio — afirma a doutrina espírita — não é absoluto, porque depende da elevação do espírito. Logo, perante o espiritismo, é falso o princípio de que o criminoso é sempre responsável, porque é livre, tem vontade própria. A liberdade está na razão direta do adiantamento espiritual, cuja base é a reforma moral do indivíduo. Por todos estes motivos, o livro de Fernando Ortiz merece a atenção dos penalistas, dos homens emancipados, que não têm receio de tomar conhecimento de qualquer discussão. Assim, pois, *A Filosofia Penal de los Espiritistas*, publicado, agora, em português, pela livraria "Allan Kardec", de São Paulo (tradução de Carlos Imbassahy) é um livro discutível, não há dúvida, mas é um livro sério, profundo e avançado.

GAZETA JUDICIÁRIA - Rio de Janeiro, 31 de maio de 1951.

AO LEITOR

Há quatro lustros, nas aulas de minha muito querida Universidade de Havana, cursava eu os estudos de direito penal, no programa do professor González Lanuza, naquela época o mais científico nos domínios espanhóis; iniciava-me, então, nas ideias do positivismo criminológico e intercalava, nessas leituras escolares, obras muito alheias à universidade, obras essas que o acaso punha ao meu alcance ou que minha curiosidade investigadora buscava com fervor.

Entre estas últimas estavam as leituras religiosas, que ainda agora me produzem especial deleite e me despertam no ânimo singular interesse. Foi, então, que conheci os livros fundamentais do espiritismo, escritos por Hippolite Léon Denizard Rivail, ou seja, Allan Kardec, como lhe aprazia chamar-se, revivendo o nome com que, segundo dizia, foi conhecido no mundo, em encarnação anterior nos tempos druídicos.

A simultaneidade dos estudos universitários sobre criminologia com os acidentados estudos filosóficos acerca da doutrina espírita, fez com que o entusiasmo em mim,

despertado pelas teorias lombrosianas e ferrianas, me levasse a investigar especialmente o modo por que pensava a propósito dos mesmos problemas penais aquele interessante francês, que ousava apresentar-se como um druida redivivo.

Logo que minha mente tomou essa direção, percebi, não sem alguma surpresa, que o materialismo lombrosiano e o espiritismo de Allan Kardec coincidiam notavelmente, em não poucos lugares; que, partindo de premissas materialistas, e conduzidos pelo mais franco positivismo, ou tomados de conceitos espiritualistas e levados pelo mais sutil idealismo, poderíamos chegar às mesmas teorias criminológicas.

Tomei, então, alguns apontamentos, e não poucas notas marginais deixei nos livros que li naqueles dias distantes; meu trabalho mental, porém, não passou daí. Outros estudos e outras necessidades, primeiro acadêmicas, depois profissionais, distrairam-me desse curioso tema, embora não o *esquecesse. Anos depois, em 1905, pude, na Itália, falar incidentemente a Lombroso da curiosa coincidência de suas principais teorias penais com as dos espíritas. Ele me prometeu que redigiria, sobre esse assunto, um trabalho para o seu* Archivo di Psichiatria; *mas, a minha ausência da Itália, os vaivéns da vida, e a morte do mestre da criminologia contemporânea, fizeram-me suspender, descuidar, olvidar quase aquele meu compromisso; finalmante, quando professor da Faculdade de Direito da Universidade de Havana, fui designado, em* 1911, *para pronunciar o discurso regular com que*

anualmente se inaugura a academia teórico-prática da faculdade.

Toquei, então, no tema, dando-lhe forma de discurso, e o li naquela sessão; mas a pressa com que foi preparado e meu natural desejo de retocar o trabalho, impediram sua publicação.

Enfim, vê ele agora a luz; documentado pelas páginas dos livros originais de Allan Kardec, este tema, novo e virgem, como creio, de todo trato público com os estudiosos da filosofia do direito, aqui aparece, evocador dos meus longínquos dias de estudante, graças à generosa insistência do prof. J. A. González Lanuza, o neófito decano da Faculdade Havanesa, e do prof. A. S. Bustamante, o sábio catedrático da mesma faculdade, diretor da "Revista Jurídica".

A esses, a expressão do meu reconhecimento, e ao leitor o pedido de indulgência, de serenidade de julgamento, e de seriedade em sua intenção, visto que, nos dias em que vivemos, por estas terras de recente passado colonial, nada mais frequente que a crítica desapiedada, que a condenação apriorística e a falta de atenção, quando se nos apresenta qualquer tema filosófico, o qual, direta ou indiretamente, nos traça o mais transcendental problema da vida e o da filosofia da morte.

FERNANDO ORTIZ
Professor na Universidade de Havana

I

OBJETO DESTE ESTUDO

Não sou espírita.

Nem sou também dos que opinam como aquele biólogo ilustre, que declarava a William James: ainda que as provas científicas da telepatia e dos demais fenômenos anímicos fossem concludentes e demonstrativas, os homens de ciência deveriam ficar de acordo para faze-las desaparecer, pois que tais fenômenos transtornariam as leis da natureza, das quais não podem prescindir os sábios para continuar suas investigações.

Não creio, pois, na intangibilidade dos dogmatismos, ainda quando lhes chamem científicos; por fortuna, porém, até hoje, a razão que me afastou de outros credos religiosos, os quais atemorizaram minha infância, impede-me de aderir ao dos espíritas, apesar da doçura de sua mística e do sugestivo progresso de sua concepção religiosa.

Não admito, nem repilo, nem sequer discuto os princípios da filosofia espírita; nem mesmo analiso e critico os fenômenos supranormais que os espíritas chamam de medianímicos e que Richet chamou de metapsíquicos, pois prescindo deles em absolu-

to. Limito-me a recordar as ideias nas quais os espíritas, especialmente Allan Kardec, seu apóstolo, cristalizam suas crenças acerca da criminologia, que poderíamos chamar cósmica ou universal, e compará-las com outras cristalizações filosóficas de criminologia humana do nosso mundo.

Apresso-me a esta negação rotunda, em começo a este trabalho, para que não se veja nele a obra de um sectário, nem a de um propagandista, nem a de um impugnador fanatizado, senão a tarefa serena e fria de quem trata de refletir objetivamente observações e conclusões de uma das filosofias religiosas modernas mais sugestivas e divulgadas, e obtidas pela análise, sob o ponto de vista da criminologia ou da filosofia penal.

Penso que tal estudo não se fez até agora e que não será inútil conhecer a criminologia espírita; o estudo dos seus princípios não é mais do que um capítulo de outro estudo da filosofia criminal, mais amplo e mais frutífero, e, entretanto, virgem de qualquer arroteamento científico, qual é o estudo da criminologia de Deus de que talvez tratemos algum dia. Ou seja, dos princípios criminais que a história das religiões vai descobrindo através da evolução da ideia religiosa, nos quais se refletem as crenças sobre o princípio do mal, o delito do homem, o castigo divino, as penas ultratumbas, o purgatório correcional, o clássico inferno perpétuo e todos os sistemas teológicos com que, no

transcurso das idades, se tem querido explicar o direito de castigar, que possuem os deuses, e o fim de suas penas e métodos penitenciários. E, sem dúvida, a criminologia teológica é uma rica mina de filões para o estudo da filosofia penal através dos séculos, tão fecunda, acaso, como o exame das instituições dos povos e dos códigos penais.

Por outro lado, o estudo da criminologia do espiritismo, dessa crença que pretendem ser um novo avanço da evolução religiosa moderna, religião que se quis apresentar como racional e experimental, negadora do materialismo imperante, mas usufrutuária de toda a sua tecnologia, produziu em meu ânimo impressões inesperadas, que tentarei reproduzir; não serão menos curiosas as que derivam da observação de que muitos dos princípios que parecem orientar a ciência criminal contemporânea, estavam compreendidos em livros anteriores da filosofia espírita; o positivismo criminal de nossos dias, que quase poderíamos chamar de materialismo penal, chega a afirmações básicas de teorias, perfeitamente explicáveis e mantidas também pelo antitético espiritualismo, pelo mais radical, acaso representado no estádio das ideias modernas, em parte ao menos, o espiritismo de Allan Kardec e de seus discípulos e continuadores.

Os extremos se tocam, poderá dizer-se, e assim acontece em nosso estudo.

Não merecerá, pois, a atenção do estudioso, essa curiosa convergência do materialismo científico e do espiritualismo idealista no campo da criminologia? E, se porventura demonstrada essa convergência, a filosofia não poderia descobrir coincidências mais transcendentais? Discutir o fundamento do castigo não é discutir o fundamento do bem e do mal, não é discutir a base angular de toda a filosofia?

Seja como for, o aspecto criminal do espiritismo é suficientemente curioso para merecer um esforço. Outras considerações seriam impróprias deste lugar e por completo fora da finalidade modesta deste trabalho.

II

AS BASES IDEOLÓGICAS DO ESPIRITISMO

A filosofia espírita parte da existência de um Ser supremo, Deus, criador de todas as coisas, e da existência imortal dos espíritos.

O espiritismo se distingue, porém, de outros credos religiosos, porque vem a ser uma teoria evolucionista da alma, teoria certamente antiga (1) mas cuja revivescência moderna se deve ao espiritismo e à teosofia.

Com efeito, os espíritos são criados imperfeitos, e sua existência se desenvolve depois de uma série enorme de provas dolorosas que os despertam, que lhes fortalecem as faculdades e os elevam até às alturas da evolução psíquica, de maneira que, segundo os biólogos materialistas como Sergi, os seres que entram em seu campo de visualidade, da ameba aos grandes mamíferos, progridem, transformam-se e se fazem inteligentes pela dor que experimentam, na série imensa de provas, o que supõe o contato constante com o meio ambiente.

(1) Bramanistas, budistas, pitagóricos etc. podiam ser citados como antigos partidários desta doutrina nascida na Índia.

O fim do espírito é progredir, ascender, elevar-se sempre e acercar-se de Deus. Na história natural dos espíritos não há regressões; pode haver paradas, situações de quietudes, nunca retrocesso.

Para alcançar esse progresso, o espírito pode aproveitar todos os instantes, qualquer que seja o seu estado, mesmo o da erraticidade ou de **imaterialização,** fora dos mundos estelares, ou em um estado de **encarnação,** de trânsito em um mundo qualquer dos muitos que se supõe serem habitados.

A vida do espírito pressupõe, portanto, uma série de avatares em um ou em vários mundos, segundo seu estado de adiantamento; sua personalidade eterna percorre essas transmigrações, de forma tangível e material, com o caráter próprio, sofreado, ao mesmo tempo, o peso da matéria a que está ligado o perispírito e contra cuja inércia ética terá que lutar, vencendo-a. E aí está a prova, a dor que prepara a consciência e é o acicate da experiência, propulsora do progresso.

Essa **metempsicose**, dogma de várias religiões antigas, é tão longa, segundo os espíritas, que não só aproxima o espírito, por degraus infinitos, de Deus, sem jamais se confundir com ele, como, no extremo oposto, essa evolução começa, para os evolucionistas da alma, das formas mais rudimentares e primitivas do espírito, quase me atreveria a dizer; desde os espíritos infinitamente imperfeitos, desde os micro-espíritos, para seguir a escala ascen-

dente, até as formas mais elevadas dos espíritos angélicos, os grandes espíritos, os macro-espíritos, se assim lhes podemos chamar.

Fazendo caso omisso dos demais mundos que conhecemos, não seria um absurdo para a filosofia do espírito supor em nosso planeta duas escalas paralelas evolucionistas, a material e a espiritual, ambas perfeitas e constantemente entrosadas, através de seculares e milenárias genealogias das espécies e de suas transformações evolutivas.

Se o biólogo fala, por exemplo, nos protozoários, no gérmen que se há de converter no **homo sapiens,** não seria difícil sustentar, como o admite o espiritismo, que também em cada um dos protozoários, se encarna um espírito primitivo; seu progresso, humanamente incomensurável, há de convertê-lo em um ser superior, permanente e sapiente, em um **spiritus humanus,** como diria um Lineu dos espíritos.

Aquilo, portanto, que chamamos vida humana, não é mais que uma de tantas épocas de estratificação, de prova, de encarnação, através das quais os espíritos vão apurando suas faculdades e acercando-se cada vez mais das perfeições absolutas. Por isto, o espírito, ao encarnar em um corpo humano, traz do além e de suas vidas passadas, uma personalidade já plasmada com caracteres próprios; e este princípio ou lei, como queiram cha-

mar-lhe, não deverá ser esquecido, porque servirá de base mais adiante, a curiosas deduções.

Esse evolucionismo dos espíritos é tão fatal como o dos biólogos. Há que recorrer à escala evolutiva, degrau por degrau. Se os naturalistas dizem natura **non facit saltum,** os espíritas poderão dizer, analogamente: **spiritus non facit saltum;** o espírito há de subir, pausada ou rapidamente, segundo seu esforço, porém grau a grau, até à superioridade dos anjos. Assim o expõe Allan Kardec, no parágrafo 271 do seu **O Livro dos Espíritos**:

> *271 — Estando o espírito na erraticidade, nas diversas condições* em *que poderá progredir, como o conseguiria se nascesse, por exemplo, entre canibais?*
>
> "Entre canibais não nascem espíritos já adiantados, mas os da natureza dos canibais, ou ainda inferiores.
>
> Sabemos que os nossos antropófagos não se acham no último degrau da escala espiritual e que há mundos onde o embrutecimento e a ferocidade não têm analogia na Terra.
>
> Os espíritos que aí se encarnam são inferiores, portanto, aos inferiores deste mundo. Nascer, pois, entre os nossos selvagens representa para eles um progresso, como seria para nossos antropófagos a profissão em que derramassem sangue. Não podem pôr as vistas

mais alto pois sua inferioridade moral não lhes permite compreender maior progresso. O espírito avança gradativamente. Não lhe é dado transpor de salto a distância que vai da barbárie à civilização, e esta é uma das razões da necessidade da reencarnação, que, verdadeiramente, corresponde à justiça de Deus. De outro modo, que seria desses milhões de criaturas que morrem todos os dias na maior degradação, se não tivessem meios de alcançar a superioridade?

Por que os privaria Deus dos favores concedidos aos outros homens?"

Com maior clareza se vê esse paralelismo nos seguintes parágrafos da **A Gênese** de Allan Kardec:

"Da semelhança de formas exteriores que existe entre o corpo do homem e o do macaco, certos fisiologistas concluiram que o primeiro era uma transformação do segundo. Isto não é absolutamente impossível, sem que a dignidade humana tenha algo que perder. Corpos de monos poderiam ter servido de vestimenta aos primeiros espíritos humanos, que, necessariamente pouco avançados, vieram encarnar na Terra; essas vestes eram mais próprias às suas necessidades e ao exercício de suas faculdades que o corpo de qualquer outro animal. Em vez de se preparar uma roupagem

especial para o espírito, ele já a encontraria feita. Pôde vestir-se, portanto, com a pele do macaco, sem deixar de ser espírito humano; também o homem se reveste, por vezes, com a pele de certos animais, sem deixar de ser homem.

Advirta-se que não se trata de uma hipótese admitida como princípio, mas apresentada, somente, para mostrar que a origem do corpo não prejudica o espírito; que este é o principal e que a semelhança do corpo do homem com o do macaco não implica a paridade entre os dois espíritos.

Admitindo essa hipótese, pode-se dizer que sob a influência e por efeito da atividade intelectual do seu novo habitante, e invólucro modificou-se, embelezado nos detalhes, sem alterar a forma geral do conjunto.

Os corpos aperfeiçoados, ao procriar, se reproduziram nas mesmas condições, como acontece nas árvores enxertadas; deram nascimento a nova espécie, que foi, aos poucos, afastando-se do tipo primitivo, à medida que o espírito progredia. O espírito de macaco que não foi aniquilado continuou procriando corpos de macaco para seu uso, tal como o fruto da árvore silvestre que reproduz árvores silvestres, e o espírito humano tem procriado corpos de ho-

mens, variantes do molde primitivo onde se estabelecera.

O tronco bifurcou-se: produziu um ramo e este ramo se transformou em tronco.

Como não há transições bruscas na natureza, é provável que os primeiros homens que nasceram na Terra pouco se diferenciassem do macaco, na forma externa e, sem dúvida, também pouco quanto à inteligência.

Existem ainda hoje selvagens que, pelo tamanho dos braços e pés, têm tão evidente o andar e o porte do macaco, que só lhes falta o pelo para completar a semelhança. (1)

À medida, porém, que o espírito recupera a consciência de si mesmo, perde a memória do passado, sem perder as faculdades, as qualidades e as aptidões adquiridas anteriormente, aptidões que se achavam em estado latente, momentaneamente, e que, retomando sua atividade, vão ajudá-lo a fazer mais e melhor do que antes; nele renasce o que adquiriu em trabalho anterior. A presente existência é novo ponto de partida, novo degrau a subir. Também aqui se manifesta a bondade do Criador, porque a lembrança de um passado, muitas vezes penoso ou humilhante, unido às amarguras de nova existência, poderia perturbá-lo

(1) De *A Gênese*, cap. XI, "Hipótese sobre a origem do corpo humano" - n.° 16. (Nota do tradutor)

e estorvá-lo; ele só se lembra do que aprendeu, porque isto é que lhe é útil. Se, por vezes, conserva vaga intuição dos acontecimentos passados, é como a lembrança de um sonho fugitivo. Trata-se, pois, de um homem novo, por mais antigo que seja seu espírito; caminha em novos carreiros, auxiliado pelo que adquiriu, o que o vulgo chama disposições naturais. Quando torna à vida espiritual, o passado se lhe desenrola diante dos olhos e ele julga se empregou bem ou mal o tempo.

Tomando a humanidade no grau ínfimo da escala intelectual, entre os mais atrasados selvagens, indagamos se este é o ponto de partida da alma humana.

Segundo a opinião de alguns filósofos espiritualistas, o princípio inteligente, distinto do princípio material, individualiza-se e se elabora, passando pelos diversos graus da espiritualidade; é aí que a alma se ensaia para a vida e desenvolve suas primeiras faculdades pelo exercício; seria, por assim dizer, seu tempo de incubação.

Chegada ao ponto de desenvolvimento máximo, que tal estado permite, ela recebe as faculdades especiais, que constituem a alma humana; haveria, assim, filiação espiritual como há filiação corporal.

Este sistema, fundado na grande lei de unidade que preside a criação, é preciso convir, está conforme à bondade e à justiça do Criador, dá um fim, um destino aos animais; estes deixam de ser criaturas deserdadas, encontrando, no futuro que lhes é reservado, uma compensação aos seus sofrimentos. O que constitui a homem espiritual não é sua origem, senão os atributos especiais de que é dotado, a sua entrada na humanidade; esses atributos o transformam e fazem dele um ser distinto, como é distinto o fruto saboroso da raiz amarga de que saiu.

Por haver passado pela fieira da animalidade, o homem não deixaria de ser homem. Não seria animal, como o fruto não é a raiz, como o sábio não é o feto informe pelo qual começou sua vida no claustro materno.

A verdadeira vida do animal como a do homem, não está em seu invólucro corpóreo, que não passa de uma veste; reside no princípio inteligente que precede e sobrevive ao corpo. Este princípio tem necessidade do corpo para desenvolver-se pelo trabalho sobre a matéria bruta; o corpo gasta-se e desfaz-se neste trabalho. O espírito, porém, não se gasta, pelo contrário, fica sempre mais robusto, mais lúcido, mais capaz. Que importa, pois, que o espírito mude, com mais ou menos frequência, de envol-

tório? Não deixa por isto de ser espírito, como o homem não deixa de ser homem porque mude cem vezes de roupa no ano. Nos seres inferiores da criação, onde não existe o sentido moral e em que a inteligência não substituiu o instinto, a luta não pode ter outro móvel que não seja a satisfação das necessidades materiais. Uma das mais imperiosas é a da alimentação; lutam unicamente para viver, para apanhar ou defender uma presa, porque não podem ser estimulados por móvel mais elevado. É nesse período da existência que o espírito se vai formando para os trabalhos da vida; alcançando, então, o grau de desenvolvimento necessário para sua transformação, recebe de Deus novas faculdades: o livre-arbítrio e o sentido moral, a centelha divina, que, em uma palavra, dá novo rumo a suas ideias e o dota de novas proporções.

As novas faculdades se desenvolvem gradualmente, visto que não há saltos na natureza. Há um período de transição em que o homem mal se diferencia do bruto nas primeiras idades; predomina o instinto animal e a luta gira em torno das necessidades materiais. Mais tarde equivalem-se o instinto e o sentido moral, e o homem luta, não já pelo sustento, mas para satisfazer a ambição, o orgulho, o desejo de domínio, e para isso é preciso destruir.

> À medida que predomina o sentido moral, vai-se desenvolvendo a sensibilidade: a necessidade de destruir vai desaparecendo até extinguir-se e tornar-se odiosa.
> O homem nesse estado tem horror à violência e ao derramamento de sangue.
> A luta, entretanto, é sempre necessária para o progresso do espírito, porque, ainda chegado a esse ponto, que nos parece culminante, está muito longe da perfeição.
> Só à força de aplicação e atividade pode adquirir conhecimentos e experiência, e despojar-se dos últimos vestígios da animalidade. Mas, nesse grau de elevação, a luta, em vez de sangrenta e brutal, torna-se puramente espiritual: luta contra as dificuldades e não contra seus semelhantes".

Anos depois, Gabriel Delanne, armado com o arsenal de dados que lhe ministraram os biologistas e naturalistas do século passado, dá maior precisão à teoria da evolução do espírito em relação com a evolução física, em seu muito interessante livro *A Evolução Anímica* (1895), do qual extraio estes parágrafos sintéticos:

> "Quer sob o ponto de vista do instinto, quer sob o da inteligência ou o do sentimento, não existe outra diferença senão de grau entre a alma dos animais e a do homem. O mesmo

princípio imortal anima a todas as criaturas vivas. De começo, manifesta-se de modo elementar, nas ínfimas gradações da existência; pouco a pouco se vai aperfeiçoando na sua grande evolução, desenvolve as qualidades que tinha em gérmen e as manifesta de forma mais ou menos análoga à nossa, à medida que se aproxima da humanidade.

Não podemos conceber porque havia de criar Deus seres sensíveis ao sofrimento, sem lhes outorgar, ao mesmo tempo, a faculdade de se beneficiarem com os esforços que fazem por progredir.

Se o princípio inteligente que os anima estivesse condenado a ocupar eternamente a mesma posição inferior, Deus não seria justo, favorecendo o homem às expensas das outras criaturas.

Diz-nos, porém, a razão, que não é possível que tal suceda, e a observação demonstra que há identidade substancial entre a alma dos brutos e a nossa, que tudo se harmoniza e encadeia estreitamente no universo, desde o átomo ínfimo ao sol gigantesco perdido na noite do espaço; desde a monera até o espírito superior que paira nas regiões serenas da erraticidade.

Se supusermos que a alma se individualiza lentamente por uma elaboração das formas in-

feriores da natureza até chegar gradativamente à humanidade, quem não se assombrará com a maravilhosa grandeza de semelhante ascensão?

Através de milhares de formas inferiores, nos labirintos de uma ascensão não interrompida; mediante modalidades raras e sob a pressão dos instintos e a sevícia de formas inverossímeis, a cega psique se dirige para a luz, para a consciência esclarecida, para a liberdade.

Os inúmeros avatares, em milhares de organismos diferentes devem dotar a alma de todas as forças que lhe hão de servir mais tarde; têm por objeto desenvolver o envoltório fluídico, fixar nele as leis cada vez mais complicadas que regem as formas vivas, e criar-lhes um tesouro por meio do qual chegará, com o tempo, a manipular a matéria de modo inconsciente, para que o espírito possa prosseguir sem o óbice dos liames terrestres".

III

AS LEIS DA EVOLUÇÃO ANÍMICA

Assim como a evolução dos seres orgânicos deste mundo se determina, segundo os biologistas, pela ação complexa de uma multidão de leis, desde as elementares físicas da gravidade e da inércia dos corpos, por exemplo, até às pouco definidas da hereditariedade e do atavismo, também a evolução espírita se desenvolve, mercê de leis de diferentes índoles, que às vezes são fixadas com segurança dogmática, e que outras vezes se tornam confusas, porém não menos necessárias dentro de tal sistema filosófico.

Assim, Allan Kardec, em **O Livro dos Espíritos,** define as leis da adoração, do progresso, da liberdade etc., nem mais nem menos como o fazem certos dogmáticos da sociologia.

Pelo que interessa ao nosso estudo, digamos que os espíritas admitem entre as leis da evolução dos espíritos, como fundamental, a que chamam lei divina ou natural, que outra coisa não é senão um **direito natural** aplicado a toda vida cósmica e também, como é lógico deduzir, à vida dos homens.

Esta lei natural é eterna e imutável, e Kardec a define dizendo que é a **lei de Deus;** apesar disso, porém, não é fácil compreendê-la e explicá-la, e, sobretudo, apesar de seu conceito absoluto como um dogma, tão absoluto como foi o **direito natural** para certos filósofos juristas, essa lei **divina** ou **natural,** eterna e imutável, de que falam os espíritas, se nos apresenta tão relativa e movediça na experiência das sociedades humanas e nas concepções teóricas de aplicações terrenas, como relativo, instável e pouco seguro se mostrou o famoso direito natural.

Saiba-se, entretanto, que os espíritas o confessam claramente, e o que é mais, harmonizam o absoluto da lei com a relatividade de sua aparência neste mundo.

Escreve Allan Kardec:

617 — É dado ao homem aprofundar as leis morais?

"Sim, porém não lhe basta uma só existência. Que são, com efeito, alguns anos para a aquisição de tudo o que constitui o ser perfeito, embora se tenha em conta a distância que separa o selvagem do homem civilizado? Para isto seria insuficiente a mais longa existência possível; e com mais forte razão o será quando curta, como sucede em grande número de casos".

E não somente o espiritismo deriva essa relatividade da de nossos conhecimentos e faculdades, como a explica com critério evolucionista comparável ao mais rigoroso evolucionismo sociológico de nossos dias, dizendo:

> *618 — As leis diversas são as mesmas para todos os mundos?*
>
> "Diz a razão que devem ser próprias à natureza de cada mundo e proporcionais ao grau de adiantamento dos seres que os habitam."

Dentro, ainda, desta relatividade, existe uma lei de Deus, e o progresso se alcança por seu cumprimento. No aceitá-la está o bem, no negá-la está o mal.

O bem traz consigo o melhoramento do ser, a aquisição de mais poderosas faculdades, uma atividade de raio mais amplo, um avanço na senda que conduz à felicidade angélica, que se aproxima de Deus.

Ao contrário, o mal acarreta a paralisação desse movimento ascensional, o embotamento das forças do espírito, até que este, pela dor, adquira a consciência de seu erro e triunfe em novas provas, vença o obstáculo e renove sua marcha infinita. Há, portanto, uma sanção à infração da **lei natural.**

Claro está, porém, que os conceitos do bem e do mal serão relativos, do ponto de vista de nosso planeta, pela relatividade de nossos conhecimen-

tos e pela relativa imperfeição de nossa consciência; nessa está escrita a lei de Deus, ou seja a definição do bem; de qualquer modo ambos os conceitos se impõem: o bem e o mal, o que a consciência aprova e o que lhe repugna.

Dir-se-á, porém: sendo a consciência individual a definidora do bem e do mal, dependendo do adiantamento ou atraso das faculdades do espírito e havendo espíritos de diversos graus, o bem e o mal poderão ser os mesmos para todos os homens? Poderão ter para todos eles o mesmo valor ético?

636 — São absolutos, para todos os homens, o bem e o mal?

Responde Kardec:

"A lei de Deus é a mesma para todos; porém, o mal depende principalmente da vontade que se tenha de praticá-lo. O bem é sempre o bem e o mal sempre o mal, qualquer que seja a posição do homem. Diferença só há quanto ao grau da responsabilidade".

E acrescenta, como exemplo:

637 — Será culpado o selvagem que, cedendo ao seu instinto, se nutre de carne humana?

"Eu disse que o mal depende da vontade. Pois bem! Tanto mais culpado é o homem, quanto melhor sabe o que faz".

As circunstâncias dão relativa gravidade ao bem e ao mal. Muitas vezes comete o homem faltas que, nem por serem consequência da posição em que a sociedade o colocou, se tornam menos repreensíveis. Mas, a sua responsabilidade é proporcionada aos meios de que ele dispõe para compreender o bem e o mal. Assim, mais culpado é, aos olhos de Deus, o homem instruído que pratica uma simples injustiça, do que o selvagem ignorante que se entrega aos seus instintos".

IV

O DELITO

Que será, portanto, o delito para os espíritas? Se queremos definir um delito absoluto, por assim dizer, situando-nos em um ponto de vista que abarque a totalidade da vida dos espíritos, o delito será a **violação da lei de Deus;** confessemos, porém, que não fizemos uma definição, mas uma substituição de palavras.

Mas, se restringirmos o conceito ao campo visual da humanidade a que pertencemos, tendo em consideração a relatividade de conceitos, em tal caso, para o espiritismo; e tendo ainda em vista o sentido evolucionista dessa doutrina, poderá então definir-se o **delito humano,** segundo os espíritas, como o definia elegantemente o Dr. M. C. Piepers, que não era espírita, ao que eu saiba.

Assim dizia, no relatório que enviou ao V Congresso Internacional de Antropologia Criminal de Amsterdam (1): **O delito é a lesão social produzida pelo estado egoístico da psique humana** (leia-se espírito) **na qual a evolução altruística não está su-**

(1) A noção do crime no ponto de vista evolucionista.

ficientemente avançada para dominar as tendências egoísticas dentro do limite que exige determinado estado social.

De modo que, fora de um delito absoluto, mera abstração dogmática, o delito para os espíritas é um conceito relativo que pode concretizar-se unicamente quando se relaciona com esse limite exigido por determinado estado social. Nem outra coisa quis dizer a criminologia científica, desde o famoso antigo princípio **nullum crimen sine lege,** que resiste vitorioso a toda tentativa de definição do delito como conceito absoluto **perse,** ou como conceito de **fenômeno natural,** segundo pretendeu Garófalo.

O delito, portanto, não é mais do que um fenómeno de atraso na evolução espírita, em relação com um ambiente mais adiantado, donde deduzem os espíritas como os sociólogos atuais, que um delito em determinado ambiente (em tal mundo ou em tal país) deixa de sê-lo em outro.

E para que se veja até onde chega o espiritismo em seu critério evolucionista e relativo do delito, leia-se em Allan Kardec o que se refere a uma das formas mais selvagens da maldade:

> *670 — Poderiam ter sido agradáveis a Deus os sacrifícios humanos praticados com intenção piedosa?*
>
> "Não. Nunca. Deus, porém, julga pela intenção. Sendo ignorantes, os homens poderiam

> crer que praticassem ato louvável, imolando seus semelhantes. Nesses casos, Deus atentava mais na ideia do que no fato. Melhorando, os homens deviam reconhecer seu erro e reprovar esses sacrifícios, que as inteligências esclarecidas não poderiam aceitar".

Confessemos, pois, que o espiritismo, nesse conceito do delito, se aparta dos dogmatismos das religiões, absolutos e fechados, que não admitem essa relatividade na ideia do pecado e do delito, e que se aproxima das conclusões científicas da razão.

V

DETERMINISMO E LIVRE-ARBÍTRIO

Para os positivistas, o criminoso, como todo homem, é um ser cujos atos são determinados por complexíssimos fatores, que o impulsionam, fatal e cegamente, para tal ou qual direção; para os chamados clássicos, o criminoso e o homem têm o seu **controle** próprio e absoluto, a liberdade de fazer o bem ou o mal conforme queira.

Deterministas e livre-arbitristas se acometem com ardor para o império de seu princípio cardeal na ciência criminal; esta questão carece, entretanto, de importância fundamental no campo da criminologia, visto que se torna desnecessária quando se trata de expor o direito de castigar.

Com efeito, uma parte dos livres-arbitristas, os clássicos da filosofia penal (Carrara, por exemplo) partindo apenas do princípio do livre-arbítrio, vêem-se forçados a admitir restrições de fato a essa absoluta liberdade, quando tratara do grau na força do delito.

O delinquente vê cerceado seu livre-arbítrio, em relação à idade, inteligência, loucura, idiotez,

embriaguez e uma porção de causas que lhe alteram o equilíbrio absoluto, para discernir absolutamente entre o bem e o mal; de sorte que, por vezes, concebe como bom o delito, e ainda o sabendo mau, é arrastado para ele muito a seu pesar.

De modo que, por absoluto que seja o princípio, difícil seria distinguir os diversos graus na ação criminosa, por existir nos indivíduos vários motivos ou circunstâncias que alteram a suposta liberdade absoluta.

Onde está, pois, esse livre-arbítrio absoluto, que alguns querem conceber e pelo qual o homem pode resistir, só, impassível e vitorioso, a uma catarata de solicitações externas?

De outra parte, porém, observa-se que os deterministas, por mais radicais que sejam, ainda quando analisem e expliquem a imensa complexidade de fatores que influem nas determinações do homem, terão sempre de admitir que entre esses inúmeros fatores codeterminantes estão os fatores íntimos da individualidade psicológica do ser, que reúnem sua força à de todos os demais fatores, para determinar o ato humano. Donde resulta que ante iguais fatores externos, o homem se determinará de maneira distinta, segundo o coeficiente que à soma de energias tragam os fatores intrínsecos do seu ser, do seu **eu**.

Onde está, pois, perguntam, esse determinismo absoluto, que alguns querem impor, e pelo qual

o ser humano é um grão de areia, joguete da marulhada, sem personalidade, sem individualidade, sem caráter?

E muito bem se argumenta, como Ferri, contestando a Van Calker, e, defendendo o determinismo absoluto, ao dizer que essa individualidade, esse caráter, esse eu não passa do reconhecimento implícito do determinismo fundamental da originária constituição orgânica e psíquica (temperamento e caráter) de todo indivíduo, determinismo que o homem tem de comum com todos os seres vivos.

Se esse caráter, porém, e esse eu é fruto de um determinismo na originária constituição orgânica e psíquica, convenhamos que não menos certo é que esse determinismo criador de uma. constituição individual, desde seu início, teve que atuar sobre algo, sobre uma célula protoplásmica cheia de vida; esse algo com vida, que em seu começo significa muito pouco na causalidade dos fenômenos naturais que o interessavam, foi evolvendo, adquirindo faculdades e forças para depois de um transcurso de idades incalculáveis, chegar a ser homem; este ser é grandemente influenciável em todos os momentos da vida; chegou, porém, por sua vez, a ter um caráter formado pelo poderoso núcleo de energias acumuláveis em seu ser, que lhe permitem raciocinar, às vezes, até com consciência, contra solicitações do ambiente externo e de seu pró-

prio organismo, o que em idades anteriores, para estados e seres menos evoluídos, seriam fatais em absoluto.

Pois bem. Nessa maior acumulação de faculdades e nessa maior concentração de forças determinantes conscientes que se chama **homem,** parece-me estar em posição o conceito que muitos tomam por liberdade moral. Isso vem a ser, a meu juízo, o conceito espírita da liberdade moral do homem; esse conceito é relativo, porque, por muitas que sejam as energias concentradas no mesmo núcleo humano (chame-se espírito), grandes são as energias que o rodeiam; o conceito, porém, se afasta um pouco de um determinismo absoluto, que alguns julgam como abstração metafísica negadora da individualidade e do ser, como de um livre-arbítrio, que equivale à metafísica concepção diurna divindade.

Neste terreno, repito, parece poder-se encontrar o espiritismo. Para este, o livre-arbítrio é uma faculdade que o espírito vai adquirindo à mercê de uma grande evolução, e à medida que vai despertando e saindo do primitivismo e das encarnações grosseiras e pré-humanas.

Por que, porém, o espírito progride nessas primitivas e vastas idades, quando não demonstra livre-arbítrio, nem consciência do seu ser e do seu progresso?

Pela experiência que adquire, realizando atos que são prejudiciais e atos que lhe trazem felicidade.

E assim, pouco a pouco, o espírito vai percebendo a vida, adquirindo ciência e consciência e chegando a essa fase de evolução na qual desprende força própria consciente, e alcança o pleno livre-arbítrio. De tudo resulta um livre-arbítrio, filho do determinismo.

Será um absurdo? Será, acaso, mera questão de palavras?

Neste terreno da relatividade de ambos os conceitos (livre-arbítrio e determinismo) a questão de que vimos tratando desaparece, seguindo-se Allan Kardec.

Com efeito, não será o mesmo dizer: indivíduo livre moralmente em seu arbítrio, cuja liberdade, porém, é restringida por suas especiais condições subjetivas, orgânicas, de civilização e pela ação do ambiente; e indivíduo constante e fatalmente determinado em seus atos morais pelo influxo do ambiente e do próprio organismo que é influenciado consciente ou inconscientemente por certas condições pessoais que caracterizam a individualidade influenciada, fazendo-a agir de maneira distinta da que agiriam seus semelhantes em igual caso?

Não é igual um livre-arbítrio e um determinismo não absoluto?

Não é o mesmo imaginar um ser, cuja individualidade característica tem que se inclinar, mais ou menos, aos embates do ambiente, segundo a força deles e a têmpera do seu caráter; e o que supõe uma avalanche de elementos concomitantes, que arrastam um ser, porém lhe modificam o rumo, aqui ou acolá, segundo as resistências da individualidade combatida?

Que importância terá então a questão do livre-arbítrio e do determinismo, se os privam do seu caráter absoluto? Em resumo, o homem não pode resistir, impassível, ao fluxo e refluxo do mar da vida, pela única virtude do seu arbítrio, como as divindades que caminham sobre as ondas, sem submergir, pelo império de sua vontade sobrenatural; nem é o homem um grão de areia perdido no oceano impotente de sua imensidade.

O homem não é um deus, nem um átomo; é simplesmente **homem** e nada no mar da vida; e chegará ou não à praia, tais sejam as suas faculdades natatórias, a distância da margem, a força das ondas e sobretudo sua vontade de nadar.

O ato humano e portanto o delito, terá que ser concebido como uma resultante das forças combinadas, subjetivas e objetivas, do indivíduo e do ambiente. Assim o entende a criminologia moderna e assim o explica o espiritismo, ainda que o conceito de ambos sobre o livre-arbítrio seja bem diferente, pelo menos em suas fórmulas.

Não deixa de ser curioso observar como a ética espiritista, que é a antítese do materialismo penal, e que presume como princípio básico da evolução dos espíritos o livre-arbítrio, pode romper com os antigos dogmas religiosos e metafísicos, partidários do arbítrio absoluto dos homens, com premios e penas eternas no fim da vida, para explicar um livre-arbítrio influenciado por circunstâncias estranhas à vontade do próprio espírito.

Ainda que repetindo, direi que o espiritismo, por seu mérito evolucionista, supõe uma infinita gradação dos espíritos, cujo progresso, se bem que devido aos próprios esforços, é lento e pesado no início, por estarem as faculdades psíquicas em embrião e pouco desenvolvidas; o progresso vai crescendo e dependendo cada vez mais do esforço consciente e do arbítrio do espírito, e menos sujeito aos influxos estranhos.

Com o crescimento de suas faculdades, aumenta sua independência subjetiva, seu poder próprio e com o aumento deste agiganta-se a eficácia de sua **self direction.**

Se a princípio o espírito é rude, com uma rudeza além da primitiva bestialidade, e depois, como uma criança, incapaz de dirigir-se por si próprio, reagindo com o ambiente, no transcurso de suas encarnações, progride e se governa como um sábio ou um homem de forte inteligência e vontade.

Nem outra, como parece, era a concepção de Gabriel Tarde, quando em artigo referente ao 2° Congresso de Antropologia Criminal, impugnava a classificação tríplice dos fatores da delinquência, segundo Ferri, negava a influência independente dos chamados físicos e cósmicos, e dizia que quanto mais se eleva um organismo, mais escapa à servidão das excitações físico-químicas, e ainda que obtenha delas toda a energia armazenada, quanto mais as aproveita, tanto melhor delas dispõe e livremente as dirige para seus fins convenientes.

De sorte que há espíritos atrasados, cujo livre-arbítrio se acha como em crisálida, sem crescimento nem desenvolvimento, e caem facilmente, impulsionados por espíritos maus ou por causas externas de natureza diferente.

E outros espíritos há, mais adiantados, com maior liberdade, que se dirigem e defendem da tentação, resistindo vitoriosamente.

É, pois, um livre-arbítrio relativo ou um determinismo relativo, como se queira, a base criminológica do espiritismo, no que toca ao problema da responsabilidade.

VI

A QUESTÃO NOS TEXTOS DE ALLAN KARDEC

Veja-se, agora, como se podem documentar as observações e os raciocínios do capítulo anterior, com textos de Allan Kardec sobre o livre-arbítrio segundo o espiritismo:

120. Todos os espíritos passam pela fieira do mal para chegar ao bem?

— "Pela fieira do mal, não; pela fieira da ignorância".

121 — Por que é que alguns espíritos seguiram o caminho do bem e outros o do mal?

"Não têm eles o livre-arbítrio? Deus não os criou maus; criou-os simples e ignorantes, isto é, tendo tanta aptidão para o bem quanto para o mal. Os que são maus, assim se tornaram por vontade própria".

122 — Como podem os espíritos, em sua origem, quando ainda mão têm consciência de si mesmos, gozar da liberdade de escolha entre o bem e o mal? Há neles algum princípio, qualquer tendência que

os encaminhe para uma senda de preferência a outra?

"O livre-arbítrio se desenvolve à medida que o espírito adquire a consciência de si mesmo. Já não haveria liberdade, desde que a escolha fosse determinada por uma causa independente da vontade do espírito. A causa não está nele, está fora dele, nas influências a que cede em virtude da sua livre vontade. É o que se contém na grande figura emblemática da queda do homem e do pecado original: uns cederam à tentação, outros resistiram".

a) — Donde vêm as influências que sobre eles se exercem?

"Dos espíritos imperfeitos, que procuram apoderar-se deles, dominá-los, e que rejubilam com o fazê-los sucumbir.

Foi isso o que se intentou simbolizar na figura de Satanás".

a) — Tal influência só se exerce sobre o espirito em sua origem?

"Acompanha-o na sua vida de espírito, até que haja conseguido tanto império sobre si mesmo, que os maus desistem de obsidiá-lo".

127 — Os espíritos são criados iguais quanto às dificuldades?

"São criados iguais, porém, não sabendo donde vêm, preciso é que o livre-arbítrio siga seu curso. Eles progridem mais ou menos rapidamente tanto em inteligência como em moralidade". "Os espíritos que desde o princípio seguem o caminho do bem, nem por isso são perfeitos. Não têm, é certo, maus pendores, mas precisam adquirir a experiência e os conhecimentos indispensáveis para alcançar a perfeição. Podemos compará-los a crianças que, seja qual for a bondade de seus instintos naturais, necessitam de se desenvolver e esclarecer, e que não passam, sem transição, da infância à madureza. Simplesmente, assim como há homens que são bons e outros que são maus desde a origem, com a diferença capital de que a criança tem instintos já inteiramente formados, enquanto que o espírito, ao formar-se, não é nem bom nem mau; tem todas as tendências e toma uma ou outra direção, por efeito do seu livre-arbítrio."

189 — Desde o inicio de sua formação, goza o espírito da plenitude de suas faculdades?

"Não, pois que para o espírito, como para o homem, também há infância. Em sua origem, a vida do espírito é apenas instintiva. Ele mal tem consciência de si mesmo e de seus atos.

A inteligência só pouco a pouco se desenvolve.

190 — Qual o estado da alma na sua primeira encarnação?

"O da infância na vida corporal. A inteligência então apenas desabrocha: **a alma se ensaia para a vida".**

368 — Após sua união com o corpo, exerce o espírito, com *liberdade plena, suas faculdades?*

"O exercício das faculdades depende dos órgãos que lhes servem de instrumento. A grosseria da matéria as enfraquece".

a) — Assim, o invólucro material é obstáculo à livre manifestação das faculdades do espírito, como um vidro opaco o é à livre irradiação da luz?

"É, como vidro muito opaco".

Pode comparar-se também a ação que a matéria grosseira exerce sobre o espírito à de um charco lodoso sobre um corpo nele mergulhado, *ao* qual tira a liberdade dos movimentos.

369 — O livre exercício das faculdades da alma está subordinado ao desenvolvimento dos órgãos?

"Os órgãos são os instrumentos da manifestação das faculdades da alma, manifestação que se acha subordinada ao desenvolvimento e ao grau de perfeição dos órgãos, como a excelência de um trabalho o está à da ferramenta própria à sua execução".

564 — *Haverá espíritos que* se *conservem ociosos, que em coisa alguma útil se ocupem?*

"Há, mas esse estado é temporário e depende do desenvolvimento de suas inteligências. Há, certamente, como há homens que só para si mesmos vivem. Pesam-lhes, porém, essa ociosidade e, cedo ou tarde, o desejo de progredir lhes faz necessária a atividade e felizes se sentirão por poderem tornar-se úteis. Referimo--nos aos espíritos que chegaram ao ponto de ter consciência de si mesmos e do seu livre-arbítrio; porquanto, em sua origem, todos são quais crianças que acabam de nascer e que obram mais por instinto que por vontade própria".

843 — Tem o homem o livre-arbítrio de seus atos?

"Pois que tem a liberdade de pensar, tem igualmente a de agir. Sem o livre-arbítrio, o homem seria máquina".

844 — Goza o homem do livre-arbítrio desde o seu nascimento?

"Há liberdade de agir, desde que haja vontade de fazê-lo. Nas primeiras fases da vida, quase nula é a liberdade, que se desenvolve e muda de objeto com o desenvolvimento das faculdades. Estando seus pensamentos em concordância com o que a sua idade reclama,

a criança aplica o seu livre-arbítrio àquilo que lhe é necessário".

845 — Não constituem obstáculos ao exercício do livre-arbítrio as predisposições instintivas que o homem já traz consigo ao nascer?

"As predisposições instintivas são as do espírito antes de encarnar. Conforme seja este mais ou menos adiantado, elas podem arrastá-lo à prática de atos repreensíveis, no que será secundado pelos espíritos que simpatizam com essas disposições. Não há, porém, arrastamento irresistível, uma vez que se tenha a vontade de resistir. Lembrai-vos de que querer é poder".

846 — Sobre os atos da vida nenhuma influência exerce o organismo? E, se essa influência existe, não será exercida com prejuízo do livre-arbítrio?

"É inegável que sobre o espírito exerce influência a matéria, que pode embaraçar-lhe as manifestações. Daí vem que, nos mundos onde os corpos são menos materiais do que na Terra, as faculdades se desdobram mais livremente. Porém, o instrumento não dá a faculdade. Além disso, cumpre se distingam as faculdades morais das intelectuais. Tendo um homem o instinto do assassínio, seu próprio espírito é, indubitavelmente, quem possui esse instinto e quem lho dá; não são seus órgãos que lho dão.

Semelhante ao bruto, e ainda pior do que este, se torna aquele que nulifica o seu pensamento, para só se ocupar com a matéria, pois que não cuida mais de se premunir contra o mal. Nisto é que incorre em falta, porquanto assim procede por vontade própria".

847 — A aberração das faculdades tira ao homem o livre-arbítrio?

"Já não é senhor do seu pensamento aquele cuja inteligência se ache turbada por uma causa qualquer e, desde então, já não tem liberdade. Essa aberração constitui muitas vezes uma punição para o espírito que, porventura, tenha sido noutra existência, fútil e orgulhoso, ou tenha feito mau uso de suas faculdades. Pode esse espírito, em tal caso, renascer no corpo de um idiota, como o déspota no de um escravo e o mau rico no de um mendigo. O espírito, porém, sofre por efeito desse constrangimento, de que tem perfeita consciência. Está aí a ação da matéria".

849 — Qual a faculdade predominante no homem em estado de selvagerias: o instinto, ou o livre-arbítrio?

"O instinto, o que não o impede de agir com inteira liberdade, no tocante a certas coisas. Mas, aplica, como a criança, essa liberdade

às suas necessidades e ela se amplia com a inteligência. Conseguintemente, tu, que és mais esclarecido do que um selvagem, também és mais responsável pelo que fazes do que um selvagem o é pelos seus atos".

851 — Haverá fatalidade nos acontecimentos da vida, conforme ao sentido que se dá a este vocábulo? Quer dizer: todos os acontecimentos são predeterminados? E, neste caso, que vem a ser do livre-arbítrio?

"A fatalidade existe unicamente pela escolha que o espírito fez, ao encarnar, desta ou daquela prova para sofrer. Escolhendo-a, instituiu para si uma espécie de destino, que é a consequência mesma da posição em que vem a achar-se colocado. Falo das provas físicas, pois, pelo que toca às provas morais e às tentações, o espírito, conservando o livre-arbítrio quanto ao bem e ao mal, é sempre senhor de ceder ou de resistir. Ao vê-lo fraquejar, um bom espírito pode vir-lhe em auxílio, mas não pode influir nele de maneira a dominar-lhe a vontade. Um espírito mau, isto é, inferior, mostrando-lhe, exagerando aos seus olhos um perigo físico, o poderá abalar e amedrontar. Nem por isso, entretanto, a vontade do espírito encarnado deixa de se conservar livre de quaisquer peias".

852 — Há pessoas que parecem perseguidas por uma fatalidade, independente da maneira por que procedem. Não lhes estará no destino o infortúnio?

"São, talvez, provas que lhes caiba sofrer e que elas escolheram. Porém, ainda aqui lançais à conta do destino o que as mais das vezes é apenas consequência de vossas próprias faltas. Trata de ter pura a consciência em meio dos males que te afligem e já bastante consolado te sentirás".

As ideias falsas ou exatas que formamos das coisas, fazem-nos triunfar ou sucumbir, segundo nosso caráter e posição social. Achamos mais simples e menos humilhante ao nosso amor próprio, atribuir nossos infortúnios à sorte ou ao destino, e não à nossa própria falta. Se às vezes contribui para isso a influência dos espíritos, poderemos sempre subtrair-nos a essa influência, repelindo as ideias que nos sugerem, quando más.

861 — Ao escolher a sua existência, o espírito daquele que comete um assassínio sabia que viria a ser assassino?

"Não. Escolhendo uma vida de lutas, sabe que terá ensejo de matar um de seus semelhantes, mas não sabe se o fará, visto que ao crime precederá quase sempre, de sua parte, a deliberação de praticá-lo. Ora, aquele que delibera sobre uma coisa é sempre livre de fazê-la, ou não. Se soubesse previamente que, como homem, teria que cometer um crime, o espírito

estaria a isso predestinado. Ficai, porém, sabendo que ninguém há predestinado ao crime e que todo crime, como qualquer outro ato, resulta sempre da vontade e do livre-arbítrio.

"Demais, sempre confundis duas coisas muito distintas: os acontecimentos materiais da vida e os atos da vida moral. A fatalidade, que algumas vezes há, só existe com relação àqueles sucessos materiais, cuja causa reside fora de vós e que independem da vossa vontade. Quanto aos atos da vida moral, esses emanam sempre do próprio homem que, por conseguinte, tem sempre a liberdade de escolher. No tocante, pois, a esses atos, nunca há fatalidade".

872 — A questão do livre-arbítrio pode resumir-se assim: o homem não é fatalmente levado ao mal; os atos que pratica não foram previamente determinados; os crimes que comete não resultam de uma sentença do destino. Ele pode, por prova e por expiação, escolher uma existência em que seja arrastado ao crime, quer pelo meio onde se ache colocado, quer pelas circunstâncias que sobrevenham, mas será sempre livre de agir ou não agir. Assim, o livre-arbítrio existe para ele, quando no estado de espírito, ao fazer a escolha da existência e das provas e, como encarnado, na faculdade de ceder ou de resistir aos arrastamentos a que todos nos temos voluntariamente submetido.

Cabe à educação combater essas más tendências. Fá-lo-á utilmente, quando se basear no estudo aprofundado da natureza moral do homem. Pelo conhecimento das leis que regem essa natureza moral, chegar-se-á a modificá-la, como se modifica a inteligência pela instrução e o temperamento pela higiene.

Desprendido da matéria e no estado de erraticidade, o espírito procede à escolha de suas futuras existências corporais, de acordo com o grau de perfeição a que haja chegado e é nisto, como temos dito, que consiste sobretudo o seu livre-arbítrio. Esta liberdade, a encarnação não a anula. Se ele cede à influência, é que sucumbe nas provas que por si mesmo escolheu. Para ter quem ajude a vencê-las, concedido lhe é invocar a assistência de Deus e dos bons espíritos.

Sem o livre-arbítrio, o homem não teria nem. culpa por praticar o mal, nem mérito em praticar o bem. E isto a tal ponto está reconhecido que, no mundo, a censura ou o elogio são feitos à intenção, isto é, à vontade. Ora, quem diz vontade, diz liberdade. Nenhuma desculpa poderá, portanto, o homem buscar, para os seus delitos, na sua organização física, sem abdicar da razão e da sua condição de ser humano, para se equiparar ao bruto. Se fora assim quanto ao mal, assim não poderia deixar

de ser relativamente ao bem. Mas, quando o homem pratica o bem, tem grande cuidado de averbar o fato à sua conta, como mérito, e não cogita de por ele gratificar os seus órgãos, o que prova que, por instinto, não renuncia, apesar da opinião de alguns sistemáticos, ao mais belo privilégio de sua espécie: a liberdade de pensar.

A fatalidade, como vulgarmente é entendida, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os sucessos da vida, qualquer que seja a importância deles. Se tal fosse a ordem das coisas, o homem seria qual máquina sem vontade. De que lhe serviria a inteligência, desde que houvesse de estar invariavelmente dominado, em todos os seus atos, pela força do destino? Semelhante doutrina, se verdadeira, conteria a destruição de toda liberdade moral; já não haveria para o homem responsabilidade, nem por conseguinte, bem, nem mal, crimes ou virtudes. Não seria possível que Deus, soberanamente justo, castigasse suas criaturas por faltas cujo cometimento não dependera delas, nem que as recompensasse por virtudes de que nenhum mérito teriam. Demais, tal lei seria a negação da do progresso, porquanto o homem, tudo esperando da sorte, nada tentaria para melhorar a sua posição, visto que não conseguiria ser mais nem menos.

Contudo, a fatalidade não é uma palavra vã. Existe na posição que o homem ocupa na Terra e nas funções que aí desempenha, em consequência do gênero de vida que seu espírito escolheu como prova, expiação ou missão. Ele sofre fatalmente todas as vicissitudes dessa existência e todas as tendências boas ou más, que lhe são inerentes. Aí, porém, acaba a fatalidade, pois da sua vontade depende ceder ou não a essas tendências. Os pormenores dos acontecimentos, esses ficam subordinados às circunstâncias que ele próprio cria pelos Seus atos, sendo que nessas circunstâncias podem os espíritos influir pelos pensamentos que sugiram.

Há fatalidade, portanto, nos acontecimentos que se apresentam, por serem estes consequências da escolha que o espírito fez da sua existência de homem. Pode deixar de haver fatalidade no resultado de tais acontecimentos, visto ser possível ao homem, pela sua prudência, modificar-lhe o curso.

Nunca há fatalidade nos atos da vida moral.

No que concerne à morte é que o homem se acha submetido, em absoluto, à inexorável lei da fatalidade, por isso que não pode escapar à sentença que lhe marca o termo da existência, nem ao gênero de morte que haja de lhe cortar o fio.

Segundo a doutrina vulgar, de si mesmo tiraria o homem todos os seus instintos, que, então, proviriam, ou da sua organização física, pela qual nenhuma responsabilidade lhe toca, ou da sua própria natureza, caso em que lícito lhe fora procurar desculpar-se consigo mesmo, dizendo não lhe pertencer a culpa de ser feito como é. Muito mais moral se mostra, indiscutivelmente, a doutrina espírita. Ela admite no homem o livre-arbítrio em toda a sua plenitude e, se lhe diz que, praticando o mal, ele cede a uma sugestão estranha e má, em nada lhe diminui a responsabilidade, pois lhe reconhece o poder de resistir, o que evidentemente lhe é muito mais fácil do que lutar contra a sua própria natureza. Assim, de acordo com a doutrina espírita, não há arrastamento irresistível: o homem pode sempre cerrar ouvidos à voz oculta que lhe fala no íntimo, induzindo-o ao mal, como pode cerrá-los à voz material daquele que lhe fale ostensivamente. Pode-o pela ação da sua vontade, pedindo a Deus a força necessária e reclamando, para tal fim, a assistência dos bons espíritos. Foi o que Jesus nos ensinou por meio da sublime prece que é a Oração dominical, quando manda que digamos: "Não nos deixes sucumbir à tentação, mas livra-nos do mal".

Essa teoria da causa determinante dos nossos atos ressalta com evidência de todo o ensino que os espíritos têm dado. Não só é sublime de moralidade, mas também, acrescentaremos, eleva o homem aos seus próprios olhos. Mostra-o livre de subtrair-se a um jugo obsessor, como livre é de fechar sua casa aos importunos. Ele deixa de ser simples máquina, atuando por efeito de uma impulsão independente da sua vontade, para ser um ente racional, que ouve, julga e escolhe livremente de dois conselhos um. Aditemos que, apesar disto, o homem não se acha privado de iniciativa, não deixa de agir por impulso próprio, pois que, em definitivo, ele é apenas um espírito encarnado que conserva, sob o envoltório corporal, as qualidades e os defeitos que tinha como espírito.

Conseguintemente, as faltas que cometemos têm por fonte primária a imperfeição do nosso próprio espírito, que não conquistou a superioridade moral que um dia alcançará, mas que, nem por isso, carece de livre-arbítrio. A vida corpórea lhe é dada para se expungir de suas imperfeições, mediante as provas por que passa, imperfeições que, precisamente, o tornam mais fraco e mais acessível às sugestões de outros espíritos imperfeitos, que delas se aproveitam para tentar fazê-lo sucumbir na

> luta em que se empenhou. Se dessa luta sai vencedor, ele se eleva; se fracassa, permanece o que era, nem pior, nem melhor. Será uma prova que lhe cumpre recomeçar, podendo suceder que longo tempo gaste nessa alternativa. Quanto mais se depura, tanto mais diminuem os seus pontos fracos e tanto menos acesso oferece aos que procurem atraí-lo para o mal. Na razão de sua elevação, cresce-lhe a força moral, fazendo que dele se afastem os maus espíritos."

Note-se como Allan Kardec, apesar de falar algumas vezes em **livre-arbítrio em toda a sua plenitude** (que não significa, certamente, absoluto), restringe essa plenitude pela inferioridade ou imperfeição do espírito, donde se vem a essa relatividade do conceito, já exposta.

VII

OS FATORES DA DELINQUÊNCIA

Com os princípios que antecedem, já se compreenderá como o espiritismo admite a teoria positiva dos fatores da delinquência.

Se em todos os atos do homem, e, portanto, do criminoso, há que descobrir-se a conjunção causal de elementos diversos que embotam o livre-arbítrio do espírito e modificam sua direção, e se estes elementos se acham radicados no próprio indivíduo e no ambiente que o envolve, não haverá dificuldade em admitir a famosa divisão tripartida de Ferri, que distingue na delinquência fatores antropológicos, cósmicos e sociais; é o mesmo que falar dos fatores que impedem o absoluto império do espírito sobre seu livre-arbítrio e daqueles que o atraem ao delito, que são derivados da própria constituição individual, psíquica e fisiológica, da natureza do ambiente físico em que vive e dos caracteres do ambiente social em que se agita.

A determinação desses fatores, segundo o positivismo penal, ainda que nos limitássemos aos principais, e de como são admitidos e aplicados pelo es-

piritismo, levar-nos-ia ao completo convencimento da realidade deles, do ponto de vista da filosofia de Allan Kardec; e já a partir desta análise, as coincidências teóricas vão-se fazendo concretas e surpreendentes.

Fatores antropológicos — Temos que distinguir no homem, segundo os espíritas, dois elementos bem distintos: o corpo e o espírito, unidos por um terceiro elemento que serve de vínculo de relação entre ambos — o perispírito.

O espírito é a essência, o corpo a forma; o primeiro é o autor, o segundo o instrumento. Ambos se influem reciprocamente em proporção de suas respectivas forças, conforme o maior ou menor adiantamento do espírito, ou seja, sua força consciente.

Assim o entende Allan Kardec, no capítulo do **Livro dos Espíritos,** destinado a explicar a **influência do organismo** sobre o espírito, nos seguintes parágrafos:

> *"367 — Unindo-se ao corpo, o espírito identifica-se com a matéria?*
>
> "A matéria não é mais do que o envoltório de espírito, como o vestido o é do corpo. O espírito unindo-se a corpo conserva os atributos da natureza espiritual".
>
> *368 — Depois de sua união com o corpo, exerce o espírito suas faculdades com ampla liberdade?*

"A existência das faculdades depende dos órgãos que lhes servem de instrumento; a grosseria da matéria as debilita".

a) — O envólucro material será obstáculo à livre manifestação das faculdades do espírito, como um vidro opaco à irradiação da luz?

"Sim, como um vidro muito opaco".

Pode-se comparar também a ação da matéria grosseira do corpo sobre o espírito à da água lodosa que priva de liberdade os movimentos do corpo nela submergido.

370 — Da influência dos órgãos pode induzir-se uma analogia entre o desenvolvimento dos órgãos cerebrais e o das faculdades morais e intelectuais?

"Não se confunda o efeito com a causa. O espírito tem sempre as faculdades que lhe são próprias. Não são os órgãos que produzem as faculdades, mas estas que determinam o desenvolvimento dos órgãos".

Deduzir-se-á daí que a diversidade das aptidões no homem depende unicamente do estado do espírito?

"Unicamente, não é o termo exato. As qualidades do espírito, que pode ser mais ou menos adiantado, constituem o princípio. Cumpre, porém, se tenha em conta a influência da matéria que dificulta, mais ou menos, o exercício das faculdades".

Ao encarnar-se, o espírito faz certas predisposições, e se para *cada* uma se admite um órgão correspondente no cérebro, o desenvolvi-

mento será efeito e não causa. Se as faculdades tivessem princípio nos órgãos, o homem seria máquina, sem livre-arbítrio e irresponsável nos seus atos.

Seria preciso admitir que os maiores gênios, sábios, poetas, artistas, assim o são porque o acaso lhes deu órgãos especiais; e daí se segue que, sem eles, não seriam gênios, e que o maior dos imbecis poderia ter sido um Newton, um Vergílio, um Rafael, se fosse dotado de certos órgãos.

Mais absurda se torna a suposição, quando se aplica às qualidades morais. Segundo esse sistema, S. Vicente de Paulo, dotado de tal ou qual órgão, poderia ter sido um malvado, e ao maior dos facínoras bastaria um órgão para ser Vicente de Paulo.

Admita-se ao contrário, que os órgãos especiais, se existem, são consequentes, que se desenvolvem com o exercício da faculdade, como os músculos com o movimento, e a nada irracional se chegará. Tomemos uma comparação trivial, à força de ser exata. Por certos sinais fisionômicos se conhece o homem dado à bebida; serão eles que caracterizarão o ébrio ou é a embriaguez que origina os sinais? Pode dizer-se que os órgãos recebem o cunho das faculdades.

86 — Poderia deixar o mundo corporal de existir, ou nunca ter existido, sem que se alterasse a essência do mundo espírita?

"Sim, pois são independentes; contudo é incessante a correlação entre ambos, porquanto reagem incessantemente um sobre o outro".

Assim, pois, na determinação ou causa do delito, encontramos duas classes de fatores no próprio indivíduo delinquente: as faculdades do espírito e as influências com que a matéria dificulta o exercício delas, ou o que vem a dar no mesmo; **caracteres psíquicos e fatores ou caracteres anatômicos.**

Vejamos como eles são explicados pelos espíritas.

Caracteres psíquicos do criminoso.

São os mais importantes e significam o atraso do espírito. O homem criminoso é aquele no qual encarnou um espírito atrasado.

Não há necessidade de lembrar toda a série de caracteres psíquicos postos em relevo por Lombroso, Marro, Ferri, Lacasagne etc. Todos se podem reduzir a uma síntese: inferioridade ou atraso moral.

Atraso moral que nem sempre significa atraso intelectual.

O espiritismo, porém, ao levar o evolucionismo a outras vidas ou encarnações, admite um novo fator psíquico.

Às vezes, o espírito desencarnado, intelectualmente progressista, lamenta ter caído no mal, e, naturalmente, deseja expiar sua culpa, vencer as sugestões que o dominaram na encarnação passada, e **voluntariamente** se apresenta à luta pelo progresso moral, para combater no próprio ambiente em que foi vencido, a fim de vencer, então, por sua vez, armado da experiência e do desejo de progredir rapidamente.

VIII

CARACTERES ANATÔMICOS DO CRIMINOSO

O espiritismo não desceu aos caracteres anatômicos do criminoso, nem pôde, dentro dos seus princípios, sustentar, por exemplo, a criminalidade dos homens com orelhas asininas, ou a dos platicéfalos, porque este estudo foge completamente aos problemas concretos da filosofia espírita.

É claro que o espiritismo, assim como os apaixonados pela antropologia criminal, não pode garantir que todo homem que tenha tal ou qual caráter fisionômico, seja um criminoso. E isto porque se veem muitas vezes homens com físico repulsivo, que não são criminosos, e vice-versa. E se é certo dizer-se que não só os declarados pela lei são criminosos, senão que há muitos que escapam ao império da mesma, e que estão em estado latente, não é menos certo que o delito é o resultado de uma infinidade de fatores heterogêneos; a coincidência de uns tantos não basta para caracterizar o criminoso, o que só se pode obter pela concomitância de um poderoso feixe de caracteres.

Mas o espiritismo diz que é o espírito quem modela, em regra, o corpo adequado a seu estado de

progresso, ou que o espírito se acha influenciado pelo órgão por que se há de manifestar, ainda que ao encarnar-se não o haja escolhido, e isto lhe sirva de expiação.

O organismo anormalmente defeituoso, cujos caracteres demonstram, segundo a antropologia criminal, um retrocesso ao selvagem e ao animal, em relação com o estado de progresso físico da raça, em suma, a forma atrasada do corpo, pode ser para os espíritas, própria também para um espírito atrasado, cujo escasso adiantamento é contemporâneo das idades primitivas, e corresponde ao corpo anacrônico.

Assim, espírito e corpo se completariam; da mesma forma que os velhos não gostam de vestir conforme as exigências da moda atual, e se comprazem nos adornos da longínqua juventude, também, os espíritos que não chegaram a adaptar-se ao progresso atual do seu ambiente de encarnados, parecem deleitar-se com as antigas roupagens corporais, próprias de suas encarnações passadas.

E se assim não fosse, se em um corpo de caracteres quase simiescos se observa uma personalidade honrada, será porque sua criminalidade está latente, ou se trata de um espírito encarnado para expiar faltas do passado e resistir, triunfante, ao constante perigo das tentações somáticas. Se, ao contrário, vemos em um corpo normalmente conformado a individualidade de um asno, será por-

que se trata de um espírito da idade da pedra, encarnado para cumprir o mandato, de finalidade misteriosa, dos espíritos superiores, vizinhos da divindade.

Em resumo, os caracteres corporais dos delinquentes indicados pela antropologia não desdizem os princípios do espiritismo, podendo ser explicados e entendidos diante dos seus preceitos evolucionistas.

Veja-se como Allan Kardec explica a correspondência entre caracteres psíquicos e anatômicos:

> *369 — O livre exercício das faculdades da alma está subordinado ao desenvolvimento dos órgãos?*
>
> "Os órgãos são os instrumentos de manifestação das faculdades da alma e a manifestação está subordinada ao desenvolvimento e ao grau de perfeição dos mesmos órgãos, como a excelência de um trabalho à perfeição da ferramenta".
>
> *370 — Da influência dos órgãos poder-se-á inferir a analogia entre o desenvolvimento dos órgãos cerebrais e o das faculdades morais e intelectuais?*
>
> "Não confunda o efeito com a causa. O espírito possui sempre as faculdade que lhe são próprias; não são os órgãos que produzem as faculdades, mas estas que determinam o desenvolvimento dos órgãos".

371 — Tem fundamento a opinião segundo a qual os cretinos e idiotas possuem uma alma de natureza inferior?

"Nenhum. Trazem uma alma humana, com frequência mais inteligente do que se pode crer, mas sofrem pela insuficiência de meios para comunicar-se, como sofre o mudo por não poder falar".

372 — *Qual o objetivo da Providência criando seres desgraçados como os cretinos e idiotas?*

"Os que habitam corpos de idiota sofrem um castigo. Padecem pelo constrangimento que experimentam e pela impossibilidade de manifestar-se por órgãos não desenvolvidos e imperfeitos".

— Não é, pois, exato dizer que os órgãos não influem nas faculdades?

"Nunca o dissemos; influem e muito na manifestação das faculdades, porém não as originam. Veja-se a diferença: Um bom músico não executará bem com um mau instrumento, o que não o impedirá de ser um bom músico."

"É preciso distinguir entre o estado normal e o patológico. No estado normal, o moral vence os obstáculos que a matéria lhe opõe. Há casos, porém, em que a matéria oferece tal resistência que as manifestações ficam estorvadas ou desnaturadas, como no idiotismo e na loucura. São casos patológicos, e como a alma não desfruta neles de ampla liberdade, até a lei humana a isenta da responsabilidade de seus atos".

375 — Qual a situação do espírito na loucura?

"O espírito em estado de liberdade recebe diretamente suas impressões e exerce diretamente ação sobre a matéria. Encarnado, porém, encontra-se em condições muito diferentes, e na contingência de utilizar-se dos órgãos especiais. Se parte ou o conjunto desses órgãos se modifica, interrompe-se com relação a eles o que deles depende. Se perde os olhos, fica cego, se se lhe altera o ouvido, torna-se surdo. Imagine-se, agora, que se trata do órgão que preside à inteligência ou à vontade, e será fácil compreender que dispondo o espírito somente de órgãos incompletos ou alterados, daí resultará uma perturbação de que ele terá consciência em seu foro íntimo, mas cujo curso não poderá deter."

— Então, o desorganizado é sempre o corpo e não o espírito?

"Certo. Mas convém não perder de vista que, assim como o espírito age na matéria, esta reage sobre ele até certo ponto, e que o espírito pode impressionar-se momentaneamente com a alteração dos órgãos por que se manifesta e recebe impressões. Pode ainda suceder que, durando muito a loucura, a repetição dos mes-

mos atos exerça influência no espírito, de que só se libertará com a completa libertação de toda impressão material".

Entretanto, com maior amplitude, Allan Kardec, ao explanar sua teoria da beleza, assenta esses princípios de correlação entre caracteres psíquicos e anatômicos. Assim, depois de copiar eloquentes parágrafos de Charles Richard, do seu livro **As revoluções inevitáveis no globo e na humanidade**, comenta: (1)

"Vê-se destas judiciosas observações que o corpo se tem modificado em sentido determinado e segundo uma lei, à medida que o ser moral se desenvolve; que a forma externa se acha em relação constante com o instinto e os apetites do ser moral; que, quanto mais se aproxima da animalidade, mais a forma se animaliza, e, enfim, à medida que se purificam os instintos materiais e dão lugar aos sentimentos morais, a envoltura externa, que já não está destinada à satisfação das necessidades grosseiras, reveste formas menos pesadas, mais delicadas, em harmonia com a elevação e a delicadeza dos pensamentos.

A perfeição da forma é assim consequência da perfeição do espírito, donde se pode concluir que o ideal da forma deve ser a que reveste

(1) *Obras Póstumas*. ed. espanhola, 1905. Págs. 175 e 136.

o espírito em estado de pureza, a que imaginam os poetas e verdadeiros artistas, porque estes penetram pelo pensamento nos mundos superiores.

Diz-se há muito que o rosto é o espelho da alma. Esta verdade, já axiomática, explica o fato vulgar de desaparecerem certas fealdades ao reflexo das qualidades morais do espírito, e a preferência dada, muitas vezes, a uma pessoa feia, dotada de eminentes qualidades, em vez da que só possui a beleza plástica. É que a fealdade só consiste nas irregularidades da forma; não exclui, porém, a delicadeza dos traços, necessários à expressão dos sentimentos delicados.

Do que precede pode concluir-se que a beleza real consiste na forma que mais se afasta da animalidade e melhor reflete a superioridade intelectual e moral do espírito, que é o ser principal. Influindo o moral sobre o físico, que ele apropria às suas necessidades físicas e morais, segue-se que: 1°, o tipo de beleza consiste na forma mais própria à expressão das mais altas qualidades morais e intelectuais: 2°, à medida que o homem se eleva moralmente o seu invólucro se aproxima do ideal da beleza, que é a angélica.

O negro pode ser belo para o negro, como um gato para outro, porém não é o belo no senti-

do absoluto, porque os traços grosseiros, os lábios grossos acusam a materialidade dos instintos; podem exprimir as paixões violentas, nunca, porém, as delicadas variedades do sentimento e as modelações de um espírito elevado.

Eis por que, parece-me, poderemos, sem fatuidade, julgar-nos mais belos que os negros e hotentotes, mas seremos, talvez, para as gerações futuras aperfeiçoadas o que os hotentotes são para nós; e, quando elas encontrarem os nossos fósseis, os tomarão por alguma variedade de animais".

Veja-se enfim o que o próprio Kardec disse em outro estudo intitulado **A carne é fraca**: (1)

"Há pensamentos viciosos que são evidentemente do espírito, porque dizem mais com a moral do que com o físico; outros mais parecem a consequência do organismo e por essa razão existe menos responsabilidade.

Tais são as predisposições à cólera, à preguiça, à sensualidade etc.

É hoje perfeitamente reconhecido pelos filósofos espiritualistas que os órgãos cerebrais, correspondendo às diversas aptidões, devem seu desenvolvimento à atividade do espírito. Esse desenvolvimento é efeito e não causa. Um homem não é músico porque tenha a bossa da

(1) Ibid - págs. 172 e seguintes.

música, mas tem a bossa da música porque seu espírito é músico.

Se a atividade do espírito age sobre o cérebro, deve agir igualmente sobre as demais partes do organismo. O espírito é, portanto, o artista do próprio corpo, que amolda, por assim dizer, com o fim de apropriá-lo às suas necessidades e à manifestação de suas tendências. Assim, a perfeição nas raças adiantadas seria o resultado do trabalho do espírito, que aperfeiçoa seu organismo à medida que as faculdades aumentam. **(A Gênese segundo o Espiritismo, cap. XI - Gênese espiritual).**

Por uma consequência natural deste princípio, as disposições morais do espírito devem modificar as qualidades do sangue, dar-lhe maior ou menor atividade, provocar uma secreção mais ou menos abundante de bílis e outros fluidos, como o glutão a quem chega a saliva, ou a água à boca, à vista de um manjar apetitoso. Não é o manjar que sobreexcita o órgão do paladar, visto que não há contato, é o espírito que, pelo pensamento, atua sobre o órgão, ao passo que a vista do manjar não produz qualquer efeito em outro espírito. O mesmo sucede com todos os apetites, com todos os desejos provocados pela vista.

Com o ser espiritual independente, preexistente e sobrevivente ao corpo, a responsabilida-

de é absoluta; para a maioria, pois, o primeiro e principal móvel da crença em o nada é o espanto que causa esta responsabilidade, fora da lei humana, e à qual supõem escapar fechando os olhos.

Até hoje nenhuma boa definição havia para esta responsabilidade: Não era mais que um temor vago, fundado, é preciso reconhecê-lo, em crenças nem sempre admissíveis pela razão: o espiritismo o demonstra como uma realidade patente, efetiva, sem restrição, como uma consequência natural da espiritualidade do ser; por isso certas pessoas têm medo do espiritismo, que as perturbaria, colocando-lhes em frente o terrível tribunal do futuro. Provar que o homem é responsável por todos os seus atos é provar sua liberdade de ação, e portanto elevar sua dignidade. A perspectiva da responsabilidade fora da lei humana é o mais poderoso elemento moralizador; o espiritismo conduz a esse fim pela força das coisas.

Segundo as precedentes observações fisiológicas, pode admitir-se, pois, que o temperamento é ao menos em parte determinado pela natureza do espírito, que é causa e não efeito. Dizemos em parte, porque há casos em que o físico influi evidentemente no moral, quando, por ex., um estado mórbido ou anormal está determinado por uma causa externa aciden-

tal, independente do espírito, como a temperatura, o clima, os vícios hereditários de constituição, um mal passageiro etc.

A moral do espírito pode então estar afetada em suas manifestações pelo estado patológico, sem que seja modificada sua natureza intrínseca.

Escusar-se das más ações pela debilidade da carne não é mais que um pretexto para escapar à responsabilidade. A carne é fraca porque o espírito é fraco, o que troca a questão e deixa ao espírito completa responsabilidade de seus atos.

A carne, que não tem pensamento nem vontade, nunca prevalece sobre aquele que pensa e quer; o espírito é quem dá à carne a qualidade correspondente a seus instintos, como um artista imprime à sua obra material o selo do gênio. O espírito, livre dos instintos da bestialidade, constrói um corpo que já não é um tirano para suas aspirações, para a sua espiritualidade: assim, o homem come para viver, porque viver é uma necessidade, porém já não vive para comer.

Conserva-se, portanto, íntegra, a responsabilidade moral dos atos da vida; diz, porém, a razão que as consequências desta responsabilidade devem ser proporcionais ao desenvolvimento intelectual do espírito; quanto mais

> ilustrado, menos desculpável, porque com a inteligência e o senso moral nascem as noções do bem e do mal, do justo e do injusto. O selvagem, muito próximo da animalidade, que cede ao instinto do bruto, comendo o semelhante, é, sem dúvida, menos culpado que a civilização que comete simplesmente uma injustiça".

Ainda mais. Allan Kardec estende esta teoria do paralelismo entre os caracteres do espírito e os do corpo, ao afirmar que o espírito desencarnado, em suas aparições aos habitantes da terra, adota formas que também obedecem a este princípio.

> Nem outra coisa se deduz destes parágrafos: (1) "Podendo tomar todas as formas, o espírito se apresenta sob aquela que melhor o dá a conhecer, se assim o deseja. Embora, como espírito, não tenha nenhum defeito físico, apresenta-se defeituoso, coxo, ferido com cicatrizes, se é necessário mostrar a sua identidade. O mesmo quanto ao vestuário.
>
> O dos espíritos que já nada conservam dos apetites terrenos, compõe-se ordinariamente de uma túnica de longas pregas flutuantes com uma cabeleira graciosa e ondulante.
>
> Os espíritos apresentam-se em geral com os característicos de sua elevação, como uma

(1) *Obras Póstumas,* 1ª Parte - Manifestações dos Espíritos.

> auréola, e que lhes dão aspecto de anjos resplendentes e luminosos; outros, entretanto, se mostram de acordo com suas ocupações terrenas; um guerreiro aparecerá com sua armadura, um sábio com um livro, um assassino com um punhal.
>
> Nos espíritos superiores se nota uma figura formosa, nobre e tranquila; os inferiores têm algo de feroz e bestial, e em certas ocasiões conservam os sinais dos crimes que cometeram ou dos castigos que suportaram. Esta aparência é real para eles, e assim supõem ser o que mostram, e isto se lhes torna um castigo".

Também se utiliza essa correlação entre a característica moral do espírito e sua caracterização externa, quando Allan Kardec fala da impressão que produziam os espíritos em certos **médiuns**:

Médiuns sensíveis e impressionáveis. Designam-se, assim, as pessoas susceptíveis de sentir a presença dos espíritos, por uma vaga impressão, por uma espécie de arrepio nos membros, sem que o possa explicar. Essa faculdade pode adquirir tal subtileza, que aquele que a experimenta reconhece a natureza boa ou má do espírito, a sua individualidade, como o cego reconhece instintivamente a aproximação de tal ou qual pessoa. Um bom espírito produz sempre uma impressão doce e agradável; a do mau é desagradável e penosa; é como se estivesse num ambiente impuro".

IX

O HOMEM CRIMINOSO

Do exposto, facilmente se deduz que o delito não é para o espiritismo uma abstração que tem existência apenas na lei, como entendiam certos penalistas; ao contrário, como já pensam hoje os modernos criminologistas, o delito é o sintoma de uma anomalia antissocial, isto é, o delito desaparece como entidade de vida própria para dar lugar ao homem criminoso, no qual temos que estudar o móvel do delito, sua terapêutica e sua profilaxia.

Para os espíritas, como para os positivistas da criminologia, existe o homem criminoso, o homem que comete delitos, porque está em sua natureza cometê-los, porque responde, por hábito ou paixão, às solicitações do ambiente social em que se agita, ou por acidente do acaso, como um espírito atrasado em sua evolução moral.

Bem podem dizer os espíritas como o autor do já citado estudo, **A noção do crime sob o ponto de vista evolucionista:**

"Normalmente, o estado criminal é inato; essa tendência, entretanto, não é patológica nem efeito

de degenerescência, mas simplesmente uma detenção parcial no desenvolvimento da evolução, em um indivíduo que se acha atrasado com relação ao meio normal da sociedade em que vive.

Não há confundir essa natureza criminal do homem, admissível para os espíritas, com a **fatalidade** de seus crimes, no sentido absoluto do termo. Nem todo delinquente delinque, embora isto pareça um paradoxo.

Da mesma forma que para os positivistas, um homem pode ser criminoso, predisposto ao delito por seus caracteres pessoais, sem chegar a cair nas malhas do código penal, graças a uma ação favorável do ambiente que neutraliza e amortece a espontaneidade de seus impulsos antissociais. Pode assim, para os kardecistas, estar um espírito preparado para a delinquência e não cair nas tentações malsãs, pela bondade confortante de um ambiente ativo de moral.

X

ATAVISMOS DOS CRIMINOSOS

O homem criminoso, segundo os espíritas, não é mais do que um atrasado, um espírito que, em relação com seu estado de evolução moral, significa um demorado, que permaneceu estacionário, imobilizado no estado moral das idades passadas; é um espírito para o qual foram vãs as reiteradas encarnações em nosso mundo ou em outro análogo, e persiste aferrado ao procedimento de encarnações remotas.

Se assim é, com efeito, se a explicação da delinquência é precisa e franca por parte dos espíritas, observe-se como em sua filosofia, a base da interpretação criminológica é a teoria do atavismo, tão cara a Lombroso e seus discípulos.

Os criminosos, para os espíritas, são seres atávicos, que retrocedem moralmente, não em relação ao próprio progresso, porque o espírito não regride nunca, segundo Allan Kardec, mas em relação aos demais espíritos encarnados na sociedade em que todos vivem juntos, e onde a maioria chegou a um nível moral mais alto.

Há, pois, um atavismo espiritual, como é certo que há um atavismo corporal, e se no crânio dos criminosos se encontra com frequência a fosseta occipital mediana própria de raças extintas, também se poderiam encontrar espíritos com caracteres próprios dos da idade das cavernas.

Claro é, porém, que esses atavismos não se devem entender no sentido absoluto da palavra, de modo que o criminoso empedernido dos nossos dias reproduza com fidelidade exata, em seu corpo e em seu espírito, tipos próprios da paleontologia, mas o atavismo criminal dos espíritos deve explicar-se como o lombrosiano, segundo a fórmula genial de Ferrero, um atavismo por equivalentes, de modo que a delinquência de nossos dias não será a reprodução fiel de atos pré-históricos, senão a resultante da relação entre o ambiente atual e os espíritos primitivos. Neste sentido, uma vez ainda se harmonizam perfeitamente o materialismo positivista de Lombroso e o espiritualismo religioso de Allan Kardec.

O espiritismo pode até ir além desse atavismo paleontológico, como Sergi, por exemplo, que quer ultrapassar o atavismo de Lombroso, com sua teoria do atavismo pré-humano; porque o espiritismo é francamente evolucionista e abraça a escala evolutiva humana e toda a escala da zoologia; destarte.

não seria impossível admitir um atavismo espiritual pré-humano, como claramente sustenta um espírita de grande cultura científica, Gabriel Delanne, em sua curiosa obra *A Evolução Anímica*.

Neste sistema evolucionista têm necessariamente explicação espiritista as teorias da equivalência psíquica do delinquente com o selvagem e com a criança, tão grata a certos antropologistas, porque refletem estados de involução espírita, o primeiro em relação com a maioria dos semelhantes que habitam este planeta e o terceiro em relação com os homens de pleno desenvolvimento da própria raça e da sociedade.

E o espiritismo pode chegar, na magnitude de sua concepção evolucionista, a um atavismo mais radical e com o qual não sonhou certamente o gênio de Lombroso, o atavismo interplanetário. Admitida a pluralidade de mundos habitados pelos espíritos e admitindo-se o diferente grau de progresso moral e intelectual, que, segundo os espíritas, existe nesses infinitos mundos, e ainda admitindo-se a possibilidade da encarnação em um ou em outro mundo segundo as necessidades de sua transmigração, não será possível acreditar que certos monstros da criminalidade, entre nós, sejam a encarnação de espíritos procedentes de um mundo pior, mergulhado no atraso moral?

Se nos dizem, por exemplo, que Marte está menos adiantado que a Terra e que esta o é menos que Vênus, não é cabível conceber que a encarnação de um espírito ex-marciano na Terra há de ocasionar, por exemplo, o nascimento de um novo Jack, o **estripador?** E a encarnação de um de nossos espíritos normais de **homem do Mundo,** no solo de Vênus, não seria, acaso, para os **venusinos,** o que para nós significaria a aparição atávica de um sátiro caprino e de chifres nas nossas povoadas ruas?

Allan Kardec expõe claramente sua teoria atavística do criminoso no n.° 272 de **O Livro dos Espíritos:**

> *272 — Poderiam nascer entre nossos povos civilizados espíritos que procedessem de mundo inferior à Terra, ou de um povo muito atrasado, como os canibais?*
>
> "Sem dúvida. Alguns há que se extraviam por querer subir muito. Ficam, então, deslocados, por possuírem costumes e instintos diferentes dos outros.
>
> Tais seres nos oferecem o triste exemplo da ferocidade em meio à civilização. Renascendo entre os canibais, não retrocederiam; voltariam, apenas, a ocupar seu verdadeiro posto e com isso ganhariam".

XI
A HEREDITARIEDADE CRIMINAL

Compreender-se-á como o evolucionismo espírita pode também explicar a herança criminal, até certo ponto comprovada pela antropologia. Digo até certo ponto, porque, se é certo que a ciência descobriu que a hereditariedade psicológica existe, pela persistência de caracteres na mesma família, e até nos mesmos povos, através do tempo e das gerações, não é menos certo que as leis dá herança não estão descobertas como está o fenômeno.

O mesmo sucede aos espíritas que tratam da herança espiritual, pois se admitem essa persistência de caracteres espirituais nos indivíduos que formam as famílias e os povos, não admitem, entretanto, que ela seja fatal e submetida à regularidade conhecida.

O que determina a encarnação de vários caracteres parecidos, senão iguais, em uma família ou em um povo, é o que se poderia chamar a lei espiritista das afinidades ou simpatias.

Os espíritos que encarnam livremente procuram seus semelhantes em adiantamento e caráter; podem reencarnar na mesma família humana a que

já pertenceram, passando a animar, talvez, o corpo dos próprios netos ou outros parentes menos próximos.

Assim se explica que haja famílias onde têm morada todas as degradações ou todas as virtudes: essa hereditariedade psicológica, como o demonstram os antropólogos e admitem os espíritas, não é fatal e vigorosamente equivalente, no sentido de que um patriarca assassino tenha que ramificar-se em toda uma família de assassinos, ou sequer de criminosos; mas uma herança que se pudera dizer, por equivalentes, adotando a feliz expressão de Ferrero sobre o atavismo, de modo que, de um pai ferido por uma degenerescência qualquer ou por atraso moral, surge com frequência uma descendência tomada de diferentes formas de degeneração psicológica — delitos, prostituição, epilepsia, loucura, vadiagem etc.

Também não é absoluta a herança psíquica, porque suas leis, se existem, são desconhecidas e permitem grandes surpresas e decepções, fazendo nascer de lares honrados grandes criminosos, e de famílias corrompidas, modelos de virtudes.

Os espíritas explicam isso de vários modos; a encarnação do delinquente em família honrada, por exemplo, é desejada porque ele pensa aproveitar na vida terrena a tutela da virtude, ou será imposta como prova e dor para a família honrada, ou por am-

bas as coisas. E a encarnação do honrado entre os viciosos, por quaisquer outros tantos vice-versas.

Veja-se Allan Kardec em corroboração do exposto:

207 — Com frequência os pais transmitem aos filhos a semelhança física. Transmitem também a moral?

"Não, porque têm Almas ou espíritos diferentes. O corpo procede do corpo, mas o espírito não provém do espírito. Entre os descendentes de uma raça só existe consanguinidade".

— De onde procedem as semelhanças morais que existem às vezes entre pais e filhos?

"São espíritos simpáticos, atraídos pela semelhança de inclinações".

209 — Por que pais bons e virtuosos têm filhos de natureza perversa? Por outra: por que as boas qualidades dos pais não atraem sempre, em virtude da simpatia, um bom espírito para lhes animar o filho?

"Um espírito mau pode pedir bons pais com a esperança de que, com seus conselhos, se encaminhe melhor. E muitas vezes Deus o concede.

211 — De onde procede a semelhança de caráter que existe com frequência entre irmãos, principalmente se são gêmeos?

"São espíritos simpáticos que se atraem pela semelhança de sentimentos e que se sentem felizes estando juntos".

260 — Como pode o espírito desejar nascer entre gente de má vida?

"É preciso que seja enviado a um meio onde possa sofrer a prova que pediu. Pois bem, é necessário que haja analogia. Para lutar contra o instinto do roubo é mister encontrar pessoas com a mesma índole".

Também será esta a explicação do caráter mantido por povos e raças, pela lei da simpatia dos espíritos. Se, portanto, Lombroso explica a razão por que certas cidades são, historicamente, foco de crimes ou oásis de honradez, do mesmo modo podem explicá-lo os espíritos, sem pôr de lado a sua crença.

Assim, escreve Allan Kardec:

215 — Donde procede o caráter distintivo que se observa em cada *povo?*

"Os espíritos formam também famílias pela semelhança de suas tendências mais ou menos puras, conforme a elevação que possuam. Pois bem. Um povo é uma grande família onde se reúnem espíritos simpáticos. Na tendência que essas famílias apresentam para se uni-

rem, está a origem da semelhança que existe como caráter distintivo de cada povo. Pensa que os espíritos bons e humanitários buscarão um povo rude e grosseiro?
Não. Os espíritos simpatizam com as coletividades como simpatizam com os indivíduos, e aquelas lhes proporcionam o meio que desejam".

E em outro estudo: (1)

"Muitas vezes se renasce na mesma família ou os membros da mesma família renascem juntos para constituir nova família em diferente posição social, com o fim de estreitar os laços de afeto e reparar culpas recíprocas.
Por considerações de ordem geral, renasce o espírito, por vezes, no mesmo meio, na mesma nação, na mesma raça, por simpatia, para continuar com os elementos já elaborados, os estudos feitos, a fim de aperfeiçoar-se e prosseguir nos trabalhos começados e que a brevidade da vida ou as circunstâncias não deixaram concluir. Esta reencarnação no mesmo meio é a do caráter distintivo dos povos e das raças. Com a melhora progressiva, os indivíduos conservam os característicos primitivos, até que o progresso os transforma completamente.

(1) *Obras Póstumas*, págs. 187 e 188.

Os franceses de hoje são os do último século, os da Idade Média, os dos tempos druídicos; são os algozes e as vítimas do feudalismo, os que escravizaram os povos e lutaram por emancipá-los, que volveram à França transformada, onde uns expiam em humildes posições o orgulho da raça, e outros desfrutam o produto de seus esforços.

Quando se pensa nos crimes desses tempos, em que a vida dos homens e a honra das famílias não mereciam nenhuma conta, em que o fanatismo levantava fogueiras em honra da divindade; quando se pensa em todos os abusos do poder, em todas as injustiças cometidas com desprezo dos mais sagrados direitos, quem pode estar certo de não ter tomado parte em tudo isso, e quem se admirará de ver grandes e terríveis expiações coletivas?

Mas, de semelhantes convulsões sociais há sempre um melhoramento; os espíritos esclarecem-se com a experiência; a desgraça é o estímulo que os conduz a procurar remédio para seus males; refletindo na erraticidade, tomam novas resoluções, e quando reencarnam, procedem com mais acerto, de geração em geração.

Não se pode duvidar que há famílias, cidades, nações e raças culpadas, porque, dominadas pelo orgulho, pelo egoísmo, pela ambição, pela

cobiça; vão por mau caminho e fazem coletivamente o que faz isoladamente o indivíduo. Uma família enriquece a expensas de outra, um povo subjuga outro povo, levando-lhe a desolação e a ruína; uma raça procura aniquilar a outra". (*Obras Póstumas*).

Explica, enfim, mais seguramente, a origem espiritual das raças:

"Ainda que os primeiros chegados fossem pouco adiantados, pelo fato de encarnarem em corpos muito imperfeitos, deveria haver entre eles diferenças sensíveis nos caracteres e nas aptidões, segundo o grau de desenvolvimento moral e espiritual; os espíritos semelhantes agruparam-se, naturalmente, por analogia e simpatia. A Terra viu-se povoada de diferentes categorias de espíritos, mais ou menos aptos ou rebeldes ao progresso. Os corpos adquirem, naturalmente, a aparência e a forma correspondente ao caráter do espírito que os anima, e, pela reprodução segundo o tipo respectivo, resultaram diferentes raças, com seus caracteres físicos e morais. Os espíritos similares que continuaram a encarnar-se, de preferência entre seus afins, perpetuaram o caráter distintivo, físico e moral das raças e dos povos, que não se perde com o transcurso do

(1) *A Gênese* - págs. 212 e 213.

tempo, a não ser pela fusão e o progresso dos espíritos". (*Revue Spirite*, julho de 1860, pág. 198).

Poderiam comparar-se os espíritos que vieram povoar a terra às expedições de emigrantes de diversas origens, que se vão estabelecer numa região virgem. Encontram aí madeiras, pedras e outros materiais para construir suas habitações; cada um, porém, dá à sua um cunho próprio, conforme o respectivo grau de saber e inteligência. Agrupam-se por analogia de origens e de gostos, e acabam por formar tribos, e mais tarde, povos com seu caráter e costumes peculiares.

O progresso não tem sido uniforme em toda espécie humana; as raças mais inteligentes têm naturalmente avançado, sem contar que os espíritos recém-nascidos na vida espiritual vieram reencarnar na Terra, depois dos primeiros povoadores, fazendo mais sensível a diferença do progresso.

Seria impossível, com efeito, supor que os selvagens, que mal se distinguem dos macacos, tenham, na criação, a mesma antiguidade dos chineses, e muito menos a dos europeus civilizados.

Esses espíritos de selvagens, entretanto, pertencem também à humanidade; eles atingirão um dia o nível dos que os precederam, não,

porém, em corpos da mesma raça física, impróprios a certo desenvolvimento intelectual e moral.

Quando o instrumento não está mais em relação com seu desenvolvimento, emigrarão desse meio para encarnar-se em um grau superior, e assim sucessivamente, até que tenham conquistado todos os graus terrestres, depois dos quais deixarão a Terra para passar a mundos cada vez mais adiantados". (*Revue Spirite,* abril de 1862, pág. 97)

XII

CLASSES DE CRIMINOSOS

Compreender-se-á, agora, como é possível outra inesperada coincidência entre o positivismo penal e o espiritismo criminal, que se observa na classificação de delinquentes. Tanto quanto eu sei, os espíritas nunca se ocuparam em notá-la, mas, evidentemente, podem admitir-se, dentro do espiritismo, diversas classificações de criminosos, próprias da ciência materialista, especialmente a famosa de Ferri, em cinco grupos, a saber, **natos, loucos, habituais, ocasionais** e **passionais.**

Se dissermos aos crentes das religiões mais em voga, que há homens que nascem criminosos e que o serão, fatalmente, toda a vida, acreditarão ouvir uma blasfêmia. Ao contrário, os espíritas, cuja concepção da divindade e dos homens está muito mais sutilizada, dirão que bem pode ser. Não acreditarão em espíritos criminosos natos, mas em homens delinquentes natos.

Cabe, efetivamente, na filosofia religiosa espírita a ideia do homem criminoso nato, como em nenhuma das religiões do nosso ambiente. Estas,

que não admitem a pluralidade das encarnações, concebem o nascimento do homem como o nascimento também do espírito; claro que este, segundo dizem, vem ao mundo como um livro em branco, no qual a alma escreverá o que ditar sua libérrima vontade e, conforme for a obra, assim será a censura irremissível e definitiva no dia do juízo final.

Mas, os espíritas separam o nascimento do homem do nascimento do espírito e sustentam que, em corpos novos, encarnam espíritos velhos, de centenas de encarnações progressivas até merecer a honra de uma encarnação neste pobre mundo.

Admitindo, ainda, como princípio essencial de sua doutrina, o evolucionismo dos espíritos, facilmente se pode explicar a possibilidade e até a freqüência de muitos homens criminosos natos, porque, ao nascerem neste mundo, trazem um espírito atrasado, mergulhado no erro moral da delinqüência, tão profundamente, que, com probabilidades quase decisivas, pode-se dizer que atravessarão a vida na esteira do crime, visto que esta será muito curta para a regeneração de quem se mantém em degeneração tão atroz.

Os seguintes textos de Allan Kardec documentam a teoria do homem criminoso nato:

> "Não é racional considerar a infância como um estado normal da consciência. Não ve-

mos crianças dotadas dos piores instintos em idade na qual a educação não poderia exercer qualquer influência? Não as vemos, que parecem haver trazido ao nascer a astúcia, a falsidade, a perfídia e até os instintos do roubo e do assassínio, não obstante os bons exemplos de que estão cercadas? A lei civil lhes absolve os crimes, porque, segundo diz, agem sem discernimento. E tem razão porque, com efeito, obram mais por instinto que deliberadamente. De onde podem provir, porém, tão diferentes instintos de crianças da mesma idade, educadas nas mesmas condições e submetidas às mesmas influências? De onde, a não ser da inferioridade do espírito, promana essa perversidade precoce, posto que nela não interfira a educação?

Há viciosos porque seus espíritos progrediram menos; sofrem, então, as consequências, não de seus atos de crianças, mas as de suas existências anteriores; assim existe uma lei igual para todos e a todos alcança a justiça de Deus."

228 — Conservam, os espíritos algumas de suas paixões humanas?

"Os espíritos elevados, ao deixarem o invólucro material, abandonam as más paixões e só conservam as boas; os espíritos inferiores, porém,

as conservam, sem o que pertenceriam à primeira categoria."

229 — Por que os espíritos, ao deixar a *terra, não abandonam suas más paixões, desde que lhes veem os inconvenientes?*

"Nesse mundo há pessoas excessivamente invejosas. Pensa que, ao abandoná-lo, perdem tal defeito? Deixando a Terra, envolve aqueles que possuíram paixões dominantes, uma espécie de atmosfera, que os faz conservar essas coisas más, visto que o espírito não está completamente desprendido delas, e só em certos momentos entrevê a verdade, que lhe aparece como que para ensinar-lhe o bom caminho".

362 — *Qual a origem das boas e más qualidades morais do homem?*

"São as do espírito nele encarnado. Quanto mais puro é, mais propenso ao bem é o homem".

Segue-se daí que o homem de bem é a encarnação de um espírito bom, e o *mau a de um vicioso?*

"Sim. Dirá melhor — um espírito imperfeito, pois de outro modo, poder-se-ia crer em espíritos sempre maus, a que chamam demônios".

362 — Qual o caráter dos indivíduos em que encarnam espíritos desassizados e levianos?

"Estúrdios, travessos e não raro malfeitores"

365 — Por que homens muito inteligentes, que revelam um espírito superior, são ao mesmo tempo profundamente viciosos?

"É que o espírito encarnado não é bastante puro e o homem cede à influência de outros espíritos piores. O espírito progride ascendendo insensivelmente; o progresso, porém, não se realiza simultaneamente em todos os sentidos. Poderá adiantar-se cientificamente num período, e em outro, moralmente."

845 — Não são obstáculo ao exercício do seu livre-arbítrio, as predisposições instintivas que o homem traz ao nascer?

"As predisposições instintivas são as do espírito antes da encarnação. Conforme seu adiantamento, elas podem arrastá-lo a atos reprensíveis, no que será secundado por espíritos que simpatizam com aquelas disposições; não existe, porém solicitação irresistível quando há vontade de resistir. Recorde-se de que o querer é poder".

993 — Não há homens que têm unicamente o instinto do mal e são inacessíveis ao arrependimento?

"Já disse que se há de progredir incessantemente. O que nesta vida só possui o instinto do mal, terá noutra o do bem, e **por isto nasce**

muitas vezes; é preciso que todos progridam e alcancem o objetivo; uns em mais tempo, outros em menos, conforme a vontade de cada um. Quem possui unicamente o instinto do bem já está purificado, e talvez tenha tido o do mal em existência anterior".

Vejamos mais este parágrafo de outro livro, *A Gênese*:

"À medida que o espírito ao encarnar recobra a consciência, perde a memória do passado, sem perder as faculdades e as aptidões anteriormente adquiridas e que estavam momentaneamente em estado latente; ao recobrar a atividade, vão servir-lhe para fazer mais e melhor do que antes: renasce o que adquiriu por um trabalho anterior, e a presente existência é um novo ponto de partida, um novo degrau a subir. Aqui também se ostenta a bondade do Criador, porque a recordação de um passado, talvez penoso, e humilhante, unido às penalidades de uma nova existência, seria para o espírito embaraçosa e desanimadora. Volta, apenas, com o que adquiriu e que lhe pode ser útil, que são as aptidões e faculdades espirituais. Se alguma vez conserva intuição vaga do passado, é como a memória de um sonho fugaz e indefinido. É pois um homem novo, por mais antigo que seja seu espírito, e

caminha por novas provas, ajudado pelas aquisições anteriores, que o vulgo chama de disposições naturais. Quando torna à vida espiritual, o passado se lhe reproduz diante da vista e julga se aplicou bem ou mal o tempo".

Se em todos os mundos há delitos e os espíritos terão que passar forçosamente em sua depuração moral pelo filtro dos mundos, não haverá um só espírito que não haja sido criminoso nato em alguma encarnação.

Allan Kardec responde claramente ao problema, como segue:

"755 — Como pode suceder que no seio da mais adiantada civilização se encontrem, às vezes, seres tão cruéis como os selvagens?

"Como numa árvore carregada de bons frutos se encontram abortos.

São, como queira, selvagens que da civilização, só têm a capa, lobos extraviados no meio de cordeiros. Espíritos de uma ordem inferior e muito atrasados podem encarnar entre homens adiantados, com a esperança de progredir; se a prova é muito pesada, prevalece a índole primitiva".

Explicada esta categoria de criminosos, a mais discutida e saliente e a que me pareceu mais difícil de incluir numa concepção espírita, as demais não oferecem obstáculo. As classificações têm sempre

um ponto convencional, enquanto os assuntos classificados não se acomodam nunca às categorias absolutas que a inteligência abstrai.

Assim, haveria criminosos loucos: aqueles cujo espírito, chegado a certo momento da vida de prova, sentem transformadas suas faculdades por uma perturbação no organismo físico ou por um desfalecimento psíquico, que priva o espírito dos impulsos progressistas com que encarnou e torna ao atraso da vida anterior, perdendo a prova desta.

Entretanto, o delinquente louco, ou como muitos dizem, **alienado, feito outro,** tem explicação diferente para o espiritismo, o da possessão do espírito encarnado por outro impuro, desencarnado.

Se tal sucede, o espírito do homem se desdobraria em sua personalidade, a partir da possessão, deixaria de ser ele para ser outro: "não seria ele mesmo — como diria Griesinger — seu antigo eu ter-se-ia transformado e se faria estranho a si próprio"; estaria no caso de ser um verdadeiro alienado no sentido mais literal da palavra. E que isto pode suceder, segundo os espíritas, demonstram-nos estes textos de Allan Kardec:

> *474* — Se *não há possessão propriamente dita, isto é, coabitação de dois espíritos no mesmo corpo, pode a alma estar sob a dependência de outro espírito, de modo a se achar subjugada ou obsediada a ponta de ficar sua vontade, de certo modo paralisada?*

"Sem dúvida. E são esses os verdadeiros possessos; mas é preciso saber que essa dominação não se efetua sem a participação daquele que a experimenta, quer por debilidade, quer por desejá-la. Amiudadamente têm sido tomados por possessos muitos epiléticos ou loucos, que mais precisavam de médicos que de exorcismos".

A palavra **possesso,** em sua acepção vulgar, supõe a existência de demônios, isto é, de uma categoria de seres, maus por natureza, e a coabitação de um deles com a alma de um indivíduo, em seu corpo. Pois que, **nesse sentido,** não há demônios, e dois espíritos não podem habitar simultaneamente o mesmo corpo, não há possesso no sentido vulgar da palavra. O termo possesso só se deve admitir no sentido da dependência absoluta em que pode encontrar-se uma alma em relação a espíritos imperfeitos que a subjuguem".

O delinquente habitual será para os espíritas aquele cujo espírito, se bem que adaptado intelectualmente ao meio ambiente de nossa sociedade, está um tanto atrasado moralmente em relação a esse meio; sua criminalidade, entretanto, pode ser mascarada por preconceitos sociais e até merecer honras e aplausos. É sua característica precisamente a adaptação e a **normalidade subjetiva,** em-

bora não a **objetiva,** de suas ações delituosas em relação ao meio.

"O delinquente ocasional será o que não sabe resistir à tentação que se apresenta à sua vista e lhe faz cócegas ao espírito, no qual os extratos de moralidade são pouco densos e permitem esses desgarres acidentais, ao sabor da ocasião.

O delinquente passional será aquele cujo espírito, depois de luta consciente ou inconsciente com o mal, acicatado por estímulo violento e incessante, não pôde resistir à prova da vida e, em dado momento, quebra-se lhe o altruísmo e cai no delito, depois, ressurge novamente a **natureza** honrada do espírito, pelo arrependimento, pela confissão, chegando até à equívoca expiação pelo suicídio; este vem a ser para o espírito a liquidação ou quebra da vida presente e a necessidade de nova encarnação.

Sem dúvida, também se explicariam pelo espiritismo outras classificações de delinquentes, especialmente se baseadas em pontos de vista psicológicos, como a de Ingenieros, por exemplo; não acho, porém necessário descer a tal análise.

Não creio, entretanto, inútil, proceder em sentido inverso, isto é, em vez de fixar uma classificação positivista e referi-la depois ao credo espírita, analisar a classificação dos espíritas e refleti-la sobre a criminologia espírita.

Não é que Allan Kardec se ache detido nesse estudo criminal, mas de sua classificação geral dos espíritos podemos extrair as categorias correspondentes aos maus espíritos, aos delinquentes, e compará-las com os tipos analisados pelos criminalistas contemporâneos.

XIII

A ESCALA DOS ESPÍRITOS

O evolucionismo espírita exige uma escala de graus, e, com efeito, Allan Kardec nos apresenta dez graus de espíritos.

Sigamo-lo em sua explicação:

> **"Observações preliminares.** A classificação dos espíritos está baseada no seu grau de progresso, nas qualidades que adquiriram e nas imperfeições de que ainda terão que despojar-se.
>
> Esta classificação não é absoluta; cada categoria não oferece em seu conjunto mais que um caráter saliente; é insensível, porém, a transição de um grau a outro, e nos extremos desaparecem os matizes, como nos reinos da natureza, nas cores do arco-íris e nos diferentes períodos da vida do homem. Pode-se. pois, formar maior ou menor número de classes, conforme o ponto por que se considere a questão. Dá-se aqui o mesmo que nos sistemas de classificação científica, que podem ser mais ou menos completas, mais ou menos ra-

cionais e cômodas para a inteligência, mas que em nada alteram as bases da ciência.

Os espíritos admitem, geralmente, três categorias principais ou três grandes divisões. Na última estão compreendidos os espíritos imperfeitos, caracterizados pelo predomínio da matéria sobre o espírito e a propensão ao mal. Os da segunda se caracterizam pela predominância do espírito sobre a matéria e pelo desejo do bem; compreende os espíritos puros, que alcançaram o máximo da perfeição.

Esta divisão nos parece perfeitamente racional, com caracteres bem distintos. Restava-nos apenas pôr em destaque, por um número suficiente de subdivisões, os principais matizes do conjunto. Foi o que fizemos com o concurso dos espíritos, cujas benévolas instruções nunca nos têm faltado".

Vejamos a definição dos espíritos imperfeitos:

Caracteres gerais. Predomínio da matéria sobre o espírito, propensão ao mal, ignorância, orgulho, egoísmo e todas as más paixões que daí derivam.

Têm a intuição de Deus, mas não o compreendem.

Nem todos são essencialmente maus. Em alguns há mais leviandade, inconsequência e malícia, que verdadeira perversidade. Uns não fazem bem nem mal, mas por não fazerem

o bem demonstram já a sua inferioridade. Outros, ao contrário, se comprazem no mal, e rejubilam quando têm ocasião de o praticar. Neles a inteligência pode achar-se, aliada à maldade e à malícia; qualquer, porém, que lhes seja o desenvolvimento intelectual, suas ideias são pouco elevadas e seus sentimentos mais ou menos abjetos.

Semelhantes espíritos vêem a felicidade dos bons e esse espetáculo lhes é um tormento incessante, visto que experimentam todas as angústias que podem causar a inveja e o crime. Podem dividir-se em cinco classes principais:

"Décima classe. Espíritos impuros.

São propensos ao mal, de que fazem o objeto de suas preocupações.

Como espíritos, dão conselhos pérfidos, promovem a discórdia e a desconfiança, e para enganar melhor, tomam todas as aparências. Apoderam-se dos caracteres fracos e os arrastam à perdição por força sugestiva; e ficam satisfeitos quando lhes conseguem retardar o progresso e os fazem sucumbir nas provas por que passam.

Alguns povos os tinham como divindades maléficas e outros os designam com os nomes de demônios, gênios maus, espírito do mal.

Os seres vivos a quem animam durante a encarnação entregam-se a todos os vícios que engendram as paixões vis e degradantes, como o sensualismo, a crueldade, a felonia, a hipocrisia, a cupidez, a avareza sórdida. Fazem o mal por prazer, as mais das vezes por aversão ao bem; escolhem quase sempre suas vítimas entre as pessoas honradas.

Qualquer que seja a categoria social que ocupem, são flagelos da humanidade, e o verniz da civilização não os livra do opróbrio e da ignomínia".

Creio que estamos em presença de delinquentes natos.

Segue Allan Kardec:

"Nona classe. Espíritos levianos.

São ignorantes, malignos, inconscientes e zombeteiros; intrometem-se em tudo e a tudo respondem sem lhes importar a verdade. Gostam de causar pequenos dissabores e alegrias, de intrigar, de induzir maliciosamente em erro por meio de mistificações, e de fazer espertezas. A esta classe pertencem os espíritos chamados vulgarmente **duendes, trasgos, gnomos** e **diabretes.** Dependem dos espíritos superiores que os empregam, como o fazemos com os nossos criados.

Nas comunicações com os homens têm linguagem por vezes engenhosa e chistosa; é quase sempre, porém, superficial, e se aproveitam das extravagâncias e dos ridículos humanos, que expõem em frases mordazes e satíricas. Quando usurpam algum nome, o fazem mais por malícia do que por maldade".

Não seriam estes, quando encarnados, delinquentes habituais?

Veja-se a classe oitava:

"Oitava classe. Espíritos de falsa instrução (Pseudo-sábios). Têm amplo conhecimentos, porém supõem saber mais do que realmente sabem. Tendo realizado algum progresso em diversos sentidos, apresentam uma linguagem grave, que pode enganar; mas que não passa do reflexo de preconceitos e ideias sistemáticas da vida terrestre; mescla de verdades e erros absurdos, através dos quais se descobrem a presunção, o orgulho, o ciúme, a obstinação de que não se puderam emancipar".

Esta categoria é intelectual e não moral, ao menos na intensidade delituosa.

Agora a classe sétima:

"Sétima classe. Espíritos neutros.

Nem bastante bons para praticar o bem, nem bastante maus para fazer o mal. Pendem tanto para um como para outro lado e não ul-

trapassam a condição comum da humanidade, moral ou intelectualmente. Apegam-se às coisas deste mundo, cujas grosseiras alegrias os atraem".

São delinquentes ocasionais e até habituais, em certa espécie de imoralidades que não sejam muito antissociais. Nesta classe, moralmente fraca, devem colocar-se também os delinquentes **loucos obsediados** e os **passionais.**

A sexta classe pouco nos interessa.

"Sexta classe. Espíritos batedores e perturbadores.

Não formam uma classe distinta, tomando-se em consideração as qualidades pessoais. Podem pertencer a todas as classes de terceira ordem. Manifestam geralmente sua presença por efeitos sensíveis e físicos, como pancadas, movimentos e deslocamento anormal de corpos sólidos, agitação do ar etc. Parecem mais apegados à matéria que os outros e são os principais agentes das vicissitudes dos elementos do globo; atuam no ar, na água, no fogo, quer em corpos duros, quer nas entranhas da terra. Quando os fenômenos denotam um caráter intencional e inteligente, vê-se que não são devidos a causa fortuita e física. Todos os espíritos podem produzi-los, mas os elevados os confiam, ordinariamente, aos su-

balternos, mais aptos para as coisas materiais do que para as da inteligência; quando aqueles julgam oportunas as manifestações deste gênero, servem-se deles como auxiliares".

A segunda ordem é de **espíritos bons** e a terceira de **espíritos puros.** Já não se encontram nelas os delinquentes.

Não obstante, vejamo-lhes a explicação, para apreciar melhor o evolucionismo espírita:

"Segunda ordem.

107 — Caracteres gerais. — Predomínio do espírito sobre a matéria e desejo de fazer o bem. Suas qualidades e o poder de praticá-lo estão em relação com o grau de adiantamento que tenham alcançado; uns possuem a ciência, outros a prudência e a bondade; os mais adiantados reúnem ao saber as qualidades morais. Não estando, ainda, completamente desmaterializados, conservam mais ou menos, conforme a categoria, os vestígios da existência corporal, ora na forma de linguagem, ora nos hábitos, entre os quais se descobrem algumas de suas manias. A não ser assim, seriam espíritos perfeitos.

Compreendem Deus e o infinito e já gozam da felicidade dos bons; sentem-se felizes por fazer o bem e impedirem o mal. O amor que os liga lhes é fonte de inefável ventura, jamais alte-

rada pela inveja, pelo remorso, ou por qualquer das más paixões que atormentam os espíritos imperfeitos. Todos terão, porém, que suportar as provas, até alcançarem a perfeição absoluta.

Como espíritos, suscitam bons pensamentos, afastam os homens do caminho do mal, protegem, durante a vida, os que se fazem merecedores dessa, proteção, e neutralizam a influência dos espíritos imperfeitos naqueles que a não desejam.

Quando encarnados, são bons e benévolos para com os semelhantes, não caem em orgulho, em egoísmo, em ambição; não sentem ódio, rancor, inveja, ciúmes; praticam o bem pelo bem.

A esta ordem pertencem os espíritos conhecidos nas crenças vulgares por **gênios bons, gênios protetores e espíritos do bem.** Em épocas de superstição e ignorância têm sido elevados à categoria de divindades benfazejas.

Podem ser divididos em quatro grupos principais.

108 — Quinta classe. Espírito benévolos. A qualidade dominante neles é a bondade; gostam de prestar bons serviços aos homens e protegê-los; são, porém, de saber limitado, pois progrediram mais no sentido moral que no intelectual.

109 — Quarta classe. Espíritos sábios. Distinguem-se, principalmente, pela extensão dos conhecimentos. Ocupam-se menos das questões morais que das científicas, para as quais têm mais aptidões. Entretanto, só consideram a ciência do ponto de vista da utilidade, e não obedecem às paixões próprias dos espíritos imperfeitos.

110 — Terceira classe. Espíritos prudentes. Seu caráter distintivo são as qualidades morais mais elevadas. Apesar de limitados conhecimentos, acham-se dotados da capacidade que proporciona um juízo reto sobre os homens e as coisas.

111 — Segunda classe. Espíritos superiores. Reúnem a ciência, a sabedoria e a bondade. A linguagem, que só benevolência respira, é constantemente digna, elevada e, por vezes, sublime. Sua superioridade os torna mais aptos que os outros, para ministrar-nos mais exatas noções acerca das coisas do mundo incorpóreo, nos limites do que é permitido ao homem saber.

Comunicam-se voluntariamente com os que buscam a verdade de boa fé, e cuja alma, já bem emancipada dos laços terrestres, podem compreendê-la. Afastam-se, porém, dos que só procuram a curiosidade, ou dos a quem a

influência da matéria distrai da prática do bem.

Quando, por exceção, encarnam-se na Terra, o fazem para realizar missão de progresso, e nos oferecem o tipo da perfeição a que pode aspirar a humanidade neste mundo.

Terceira ordem.

112 — Caracteres gerais. Influência da matéria, nula; superioridade intelectual e moral absoluta com relação aos espíritos das outras ordens.

113 — Primeira classe e única. Percorreram todos os graus da escala e se despojaram de todas as impurezas da matéria. Havendo alcançado a soma da perfeição de que é susceptível a criatura, não terão mais provas nem expiações que sofrer, e não sendo obrigados a reencarnar em corpos perecíveis, vivem a vida eterna no seio de Deus.

Gozam de ventura inalterável, porque não sentem necessidades, nem estão expostos às vicissitudes da vida material; porém aquela ventura não consiste na **ociosidade monótona de uma contemplação perpétua.**

São mensageiros e ministros de Deus, cujas ordens executam acerca da conservação da harmonia universal. Dirigem todos os espíritos que lhes são inferiores, ajudam-nos a aperfeiçoarem-se e lhes designam as missões. É

> para eles ocupação agradável a de assistir aos homens em suas aflições, concitá-los ao bem ou à expiação das faltas que os afastam da felicidade suprema. São às vezes designados com os nomes de anjos, arcanjos ou serafins. Os homens podem comunicar-se com eles, mas seria muito presunçoso quem pretendesse tê-los constantemente às suas ordens".

Da análise dos caracteres dos espíritos impuros, dentro de cujas categorias estão compreendidos os encarnados que se tornam delinquentes, deduz-se que, segundo os espíritas, não estava muito desencaminhado Garófalo, quando diz que não é a ocasião que faz o ladrão, segundo velho provérbio; a ocasião só favorece o ladrão que o é latente por sua natureza.

Com efeito, para que um homem roube ou cometa um delito, é necessário, dentro do evolucionismo especial de Allan Kardec, que o espírito desse homem, que não pode retroceder, traga à sua encarnação esse morbo delituoso em estado latente, para cujo tratamento lhe foi imposta precisamente a nova vida terrena.

XIV

OS FATORES CÓSMICOS

Estão demonstrados? É certo, como dizem os positivistas, que na causa da delinquência intervêm não só os fatores pessoais e os sociais, como também os que se encontram em todo o resto da natureza cósmica?

Pois também é certo para os espíritas.

É claro que estes não se ocuparam com estudos especiais e concretos acerca deste tema, como o fizeram Ferri, Corre, Lombroso e outros; nem por isto, porém, o ambiente físico deixa de ser para eles uma codeterminante dos atos humanos, e, portanto, da delinquência.

O calor incentiva as paixões e exalta os ânimos, que demonstram o fenômeno fisiológico da influência que existe na temperatura e tem ação deletéria no nosso organismo e no desenvolvimento ou oscilações da inteligência.

Pois os espíritas acrescentam: sendo isto certo, o calor ao influir no órgão corporal, virá influir também no espírito, porque este, para exteriorizar-se,

encontrará um instrumento, o corpo, cuja temperatura normal se alterará favoravelmente para as serenas manifestações terrenas do espírito.

Allan Kardec escreve o seguinte:

"Segundo as precedentes observações fisiológicas, pode admitir-se que o temperamento é, em parte ao menos, determinado pela natureza do espírito, que é causa e não efeito. Dizemos, em parte, porque há casos em que o físico influi sobre o moral; quando, por exemplo, um estado mórbido ou anormal é determinado por uma causa externa acidental, independente do espírito, como a temperatura, o clima, os vícios hereditários de constituição, um mal passageiro etc. A moral do espírito pode ser então influenciada em suas manifestações pelo estado patológico, sem que fique modificada sua natureza intrínseca".

O mesmo dirão no que se refere ao frio glacial que fustiga os pobres, no que diz respeito às más ou boas colheitas, à topografia montanhosa ou plana. O delinquente, para o espiritista, é tão influenciado, como o é para o materialista, devendo-se ter em conta que Allan Kardec não quis penetrar no labirinto da astrologia, tão grata a outros espiritualistas.

Naturalmente, nenhum fator cósmico por si só bastará para causar um delito; isto, porém, não po-

dera levar à negação, porque o mesmo se dá com os socialistas e antropologistas; materialistas e espiritistas convêm em que não é precisamente tal ou qual fenômeno o que determina a delinquência, mas a conjunção de infinitos fenômenos, o que precipita o ser humano para tal ou qual precipício moral. (*)

(*) Convém fique acentuado que causas externas, como o calor, o frio, o ambiente ou outras não podem ser causa de delitos; serão, quando muito, fatores predisponentes. Facilitarão o impulso, a eclosão criminal, mas a semente está no espírito. É no espírito que existe o germe do crime. Não há crime quando o espírito é puro, qualquer que seja a influência atmosférica ou cósmica. (Nota do tradutor).

XV

OS FATORES SOCIAIS

O caldo de cultura do morbo criminoso, como diria Lacassagne, é francamente admitido pelos espíritas. A vida inteira de nosso mundo e a encarnação do espírito não serão precisamente um caldo de cultura, para que ele desenvolva, pela grande série de depurações psicológicas, todas as suas boas faculdades?

Para que vimos a este mundo, senão para nos submetermos a uma prova, a de resistir às solicitações malignas do ambiente?

O espírito encarnado é, pois, como qualquer outro ser, um ponto de convergência de infinitas influências de todas as classes, entre as quais estão as sociais, derivadas da relação com os demais espíritos encarnados neste planeta.

Assim, a riqueza, a miséria, a educação social, o alcoolismo, a economia pública, a legislação etc., influirão na determinação dos atos dos espíritos-homens, quer para seu adiantamento, quer para seu estacionamento no baixo nível moral dos ani-

mais, segundo o temperamento dos espíritos e a potência do fator ou fatores atuantes.

Poderia apresentar páginas inteiras de Allan Kardec para demonstrar seu relativo determinismo sociológico.

Valham por todas as seguintes:

"Todos os espíritos tendem à perfeição, e Deus lhes proporciona meios de consegui-la pelas provas da vida corpórea; em sua justiça, porém, permite-lhes que cumpram em novas existências o que não **puderam fazer ou terminar na prova anterior.**

Não estaria de acordo com a equidade ou a bondade de Deus castigar eternamente os que talvez pudessem encontrar obstáculos alheios à sua vontade, no meio em que viveram, e por isso retardaram o seu aperfeiçoamento. Se a sorte do homem ficasse irrevogavelmente decidida depois da morte, Deus não teria pesado na mesma balança as ações de todos, nem os teria tratado com imparcialidade.

639 — O mal que fazemos não é, por vezes, resultado da posição em que nos colocam os outros homens? E quais os mais culpados?

"O mal recai em quem o pratica. O homem que é levado ao mal pela posição que lhe criaram seus semelhantes, é menos culpável do que aquele que o causou; cada um sofrerá a

pena, não só do mal que tenha feito, senão ainda do que haja provocado".

644 — O meio em que vivem certos homens não é para eles a origem de muitos vícios e crimes?

"Sim. Esta é ainda uma prova escolhida pelo espírito em estado de liberdade; quis expor-se à tentação para adquirir mérito resistindo a ela".

645 — Quando o homem está de certo modo submerso na atmosfera do vício, o mal não se lhe torna um arrastamento quase irresistível?

"Arrastamento, sim; irresistível, não. Nessa atmosfera de vícios encontram-se virtudes, por vezes. São espíritos que não tiveram forças para resistir, e que, ao mesmo tempo, vieram com a missão de exercer uma boa influência em seus semelhantes".

813 — Há quem caia na infelicidade e na miséria por culpa própria? Não caberá à sociedade a responsabilidade por isto?

"Já o dissemos; ela é com frequência a primeira responsável por estas faltas. Não tem ela que velar pela educação moral?
Frequentemente, a má educação é que lhe falseia o critério em vez de sufocar as tendências perniciosas".

825 — *Qual a mais difícil das provas para o homem, a da desgraça ou a da fortuna?*

"Ambas. A miséria provoca as queixas contra a Providência, a riqueza conduz a todos os excessos".

816 — Se o *rico é rodeado de más tentações, não terá meios, igualmente, de fazer o bem?*

"É justamente o que nem sempre faz; converte-se em egoísta, orgulhoso, insaciável; suas necessidades aumentam com a fortuna, e não as julga suficientes.

A elevação neste mundo e a autoridade sobre os semelhantes são provas tão grandes e perigosas como a desgraça; porque, quanto mais rico e poderoso é o homem, **mais obrigações terá que cumprir,** e maiores lhe serão os meios de fazer o bem e o mal. Deus experimenta os pobres por meio da resignação e o rico pelo uso que ele faz dos seus bens e poderio.

"A riqueza e o poder dão origem às paixões que nos prendem à matéria e afastam da perfeição espiritual. Por isto disse Jesus:

— É mais fácil passar um camelo por um fundo de agulha que entrar um rico no reino de Deus".

208 — Não exercem influência os espíritos dos pais sobre os filhos, depois do nascimento destes?

"Exercem e muita, pois o dissemos, os espíritos devem contribuir para o progresso recíproco. Os espíritos dos pais têm a missão de desenvolver, por meio da educação, os de seus filhos; constitui-lhes isto uma tarefa.
Se falir, tornar-se-á culpado.

850 — Não é, às vezes, a posição social um obstáculo à inteira liberdade dos atos?

"A sociedade tem suas exigências, sem dúvida. Deus é justo e sabe levar tudo em conta; porém vos faz responsáveis pelos escassos esforços em vencer os obstáculos".

685 — *Tem o homem direito de repousar na velhice?*

"Sim, pois que só é obrigado a trabalhar segundo suas forças".

— *Mas, que recursos terá o velho que precisa trabalhar para viver e não o pode fazer?*

"O forte deve trabalhar para o fraco, e, na falta da família, a sociedade tem que fazer as suas vezes. Esta é a lei de caridade".

"Há um elemento com o qual não se tem contado bastante, e sem ele a ciência não passa de uma teoria. Este elemento é a educação, não a intelectual, mas a moral; não, porém, a educação moral que os livros ensinam, mas a que consiste na arte de formar o caráter, a educação dos costumes, porque a educação é o conjunto de hábitos adquiridos. Quando se pensa na massa de indivíduos lançados diariamente na torrente da população, sem freios, sem princípios, e entregues a seus próprios instintos, não há que admirar suas desastrosas consequências."

> "Quando se conhecer, compreender e praticar aquela arte, o homem levará à sociedade hábitos de ordem e previsão para si e para os seus, de respeito ao que for respeitável, hábitos que lhe permitam passar menos penosamente os maus dias incontáveis.
> A desordem e a imprevidência são chagas que só uma educação bem compreendida poderá curar. Este é o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, o penhor de segurança de todos".

Até aqui há perfeita coincidência entre espiritismo criminal e positivismo penal. Aquele, porém, quanto à questão dos fatores sociais, caracteriza-se por duas particularidades, que, está claro, não são admitidas no materialismo criminal.

Com efeito, não somente existem para os espíritas os fatores sociais em toda a sua trama inextricável, como também essa realidade da concorrência dos fatores sociais na causa ou determinação dos atos do espírito, chega a ser em alguns casos solicitada a Deus, pedida ou escolhida pelos espíritos; estes, tendo a certeza do elemento determinista, querem precisamente, porque o conhecem, arrostá-lo, resistir-lhe e vencê-lo para o seu próprio progresso moral.

Espíritos que foram ladrões, por exemplo, numa encarnação, chegam a compreender, em estado de erraticidade, o mal dessa conduta e querem, o que às vezes lhes é concedido, encarnar novamente no ambiente imoral do bandoleirismo, para experimentar a prova e vencer em seu transcurso.

De modo que, segundo o espiritismo, não só existem fatores sociais que influem na boa ou má orientação dos homens, como são eles perfeitamen-

te conhecidos pelos espíritos de certo desenvolvimento intelectual.

Escreve Allan Kardec:

258 — Em estado errante e antes de tomar uma nova existência corpórea, tem o espírito consciência e previsão do que lhe sucederá durante a vida?

"Ele escolhe o gênero de provas a que se deve submeter e nisto consiste seu livre-arbítrio."

— Não é Deus quem impõe, como castigo, as tribulações da vida?

"Nada sucede sem permissão de Deus, porque Ele estabeleceu todas as leis que regem o Universo. Perguntai, agora, porque ditou esta lei e não aquela. Dando ao espírito a liberdade de escolha, deixa-lhe toda a responsabilidade de seus atos e suas consequências; nada lhe estorva o futuro, e pertence-lhe assim o caminho do bem ou o do mal.

Fica-lhe, porém, o consolo de que, sucumbindo, nem tudo está acabado, e que Deus, em sua bondade, lhe deixa a liberdade de recomeçar o que foi mal feito. Além disso, é preciso distinguir entre o que é obra da vontade de Deus e o que procede do homem. Se vos ameaça um perigo, foi Deus quem o criou; sois livres, porém, de vos expordes a ele, porque é um meio de progresso e Deus o permitiu".

259 — Se é o espírito quem escolhe o gênero de provas, segue-se que prevê e escolhe todas as tribulações da vida que experimenta?

"Todas, não, porque não se pode dizer que haja previsto as mínimas coisas que lhe vão acontecer. Escolheu, apenas, o gênero das provas; as particularidades são consequência, muitas vezes, das próprias ações. Se o espírito quis nascer, por exemplo, entre malfeitores, sabia a que perigos se iria expor; ignorava, porém, quais os atos que realizaria, pois que estes derivam da vontade e do livre-arbítrio.

O espírito sabe que escolhendo tal caminho terá que sustentar determinado gênero de luta; conhece, pois, a natureza das vicissitudes com que se há de avir, porém não sabe qual a sucessão dos acontecimentos. Os acontecimentos secundários nascem das circunstâncias e da força das coisas. Só estão previstos os grandes acontecimentos, os que influem no destino. Se é escolhido um caminho cheio de sulcos, são necessárias muitas precauções por causa dos perigos de cair. Mas ninguém sabe onde vai cair e evitá-lo é de prudência. Se ao passar por uma rua lhe cair uma telha na cabeça, não creia que estava escrito, como vulgarmente se diz."

264 — Que é que dirige o espírito na escolha das provas por que tem de passar?

"As que servem de expiação, conforme a natureza de suas faltas e o levem a progredir mais depressa. Uns se impõem uma vida de misérias e provações para experimentá-las com valor; outros podem preferir as tentações da fortuna e do poder, muito mais perigosas pelo mau uso e abuso que delas se poderá fazer e pelas más paixões que originam; outros, enfim, querem as lutas que terão de sustentar diante do vício".

260 — Como pode o espírito querer nascer entre gente de má vida?

"É preciso que seja enviado a um meio em que possa sofrer a prova que pediu. É necessária a analogia, e para lutar contra o instinto do roubo é mister encontrar pessoas do mesmo gênero".

265 — Se há espíritos que escolhem como prova o contato do vício, haverá também quem o busque por simpatia e desejo de viver num meio conforme seus gostos, ou para poder inclinar-se, livremente, a suas tendências materiais?

"Certo que os há; porém só entre aqueles cujo senso moral está ainda pouco desenvolvido e então a prova vem por si e eles a sofrem por

maior tempo. Tarde ou cedo compreendem que a satisfação de suas paixões brutais lhes trará deploráveis consequências, que sofrerão durante um tempo que se lhes afigurará eterno. Deus pode deixá-los neste estado até que percebam a falta e solicitem remi-las com provas proveitosas".

"266 — Não parece natural a escolha de provas menos penosas?

"A vós, sim, não ao espírito. Quando desprendido da matéria, cessa a ilusão e pensa de modo diferente."

Allan Kardec acrescenta:

"O homem na Terra e sob a influência das ideias carnais só vê o aspecto penoso das provas, e por isso, é natural escolher aquelas que, a seu modo de ver, podem aliar-se aos gozos materiais; na vida espiritual, porém compara os gozos fugitivos e grosseiros com a inalterável felicidade que prevê, e nada serão alguns sofrimentos passageiros. Pode o espírito, portanto, escolher a mais rude prova, e, portanto, a mais penosa, com a esperança de chegar mais depressa a melhor estado, como o enfermo escolhe o remédio mais desagradável para curar-se com mais rapidez. O que deseja unir seu

nome ao descobrimento de um país desconhecido não escolhe um caminho sombreado de flores; sabe os perigos que corre, mas também a glória que o espera se consegue bom êxito. A doutrina da liberdade na escolha de nossas existências e das provas que temos de sofrer deixa de parecer extraordinária, se considerarmos que os espíritos desprendidos da matéria apreciam as coisas de modo muito diverso de nós. Advertem o fim, muito mais grave para eles que os gozos fugitivos do mundo; depois de cada existência veem o passo que deram e compreendem o que lhes falta ainda para se purificarem; daí a razão por que se submetem, voluntariamente, a todas as vicissitudes da vida corporal, pedindo, por si próprios, aquilo que pode fazer progredir com mais presteza É sem razão, pois, que alguns se admiram de que o espírito não dê preferência a existência mais agradável. Em seu estado de imperfeição não pode gozar de uma vida isenta de amarguras; ele a entrevê, e para consegui-la procura melhorar.

Não se oferecem todos os dias a nossos olhos exemplos de lições semelhantes? O homem que trabalha uma parte do dia sem descanso para o seu bem-estar, não se impõe uma tarefa com o intuito de um futuro melhor? O militar que se oferece para missão perigosa, o via-

jante que desafia os acidentes, a serviço da ciência ou da fortuna, que fazem senão aceitar provas voluntárias que lhe hão de redundar em honras e proveitos, se delas sairem salvos? A que não se submete ou expõe o homem por interesse ou glória? Todos os certames não são provas voluntárias a que nos submetemos com a intenção de nos elevarmos à profissão que escolhemos?

Não se chega a qualquer posição elevada na ciência, nas artes e na indústria, sem passar pela série de posições inferiores, que são outras tantas provas.

A vida humana está calcada na espiritual, pois encontramos naquela, ainda que em ponto menor, as mesmas vicissitudes desta.

Logo, se na vida escolhemos com frequência as mais rudes provas, com o fim de conseguir posto mais elevado, por que o espírito que vê mais que o corpo, e para quem a vida corpórea não é mais que um incidente fugitivo, não há de escolher uma existência penosa e laboriosa, se ela o conduz à felicidade eterna?

Os que dizem que se o homem escolhesse a existência pediria ser príncipe ou milionário, são como os míopes, que só vêem o que tocam, ou como os meninos glutões, que ao lhes perguntarem acerca da profissão que mais lhes

agradaria, respondem: pasteleiro ou confeiteiro.

Um viajante que se encontra em meio de um vale escurecido pela bruma, não vê a largura e os extremos do caminho; chega, porém, ao cume da montanha, descobre o que percorreu e o que lhe falta percorrer, distingue os obstáculos que ainda lhe restam por vencer e pode ver com mais segurança o que lhe é necessário para chegar ao fim. O espírito encarnado está como o viajante que se acha ao pé do monte; desprendido dos laços terrestres, domina o terreno como o que chegou ao alto. O fim da viagem é o descanso depois das fadigas; e do espírito, a dita suprema depois das tribulações e das provas.

Todos os espíritos dizem que no estado errante indagam, estudam e observam para escolher. Não temos exemplo desse caso na vida material? Não buscamos, muitas vezes, durante vários anos, a carreira que devemos seguir, porque a acreditamos mais propícia aos nossos desejos? Se saímos mal em uma, procuramos outra, e cada profissão que abraçamos é uma fase, um período de nossa vida. Não empregamos o dia em procurar o que faremos amanhã? E que são as diferentes existências corpóreas para o espírito, senão fases, períodos, dias de sua vida espiritual, que, como sabemos,

é a normal, não sendo a física mais do que transmissora e passageira?".

O espiritismo vai ainda além, chega a ampliar a esfera dos fatores sociais, em um raio certamente não admitido nem sonhado pelos positivistas.

Para estes, a sociedade, ou seja o ambiente social donde surgem aqueles fatores, reduz-se à sociedade formada pelos homens que vivem neste mundo, ao passo que os espíritas admitem uma sociedade imensamente maior, — ainda que só se refiram à sociedade do ambiente humano — que é a sociedade formada pelos espíritos encarnados neste planeta e os espíritos errantes que com eles estão em comunicação constante.

Equivale isto a dizer que, do ponto de vista dos fatores sociais criminológicos, não serão fatores sociais somente os que promanam da sociedade de nossos semelhantes, mas também os que derivam de nossas constantes e por vezes muito íntimas relações com os espíritos desencarnados.

É a antiga teoria, todavia sustentada pelas religiões mais em voga, dos anjos bons e maus, que sempre acompanham o homem para sua guarda ou seu pecado. São as tentações do diabo e a assistência celestial dos deuses.

A literatura espírita acerca das relações entre espíritos encarnados e desencarnados é tão numerosa, que seria prolixo em demasia oferecer ainda

que um resumo da mesma para a documentação dessas ideias sobre a sociedade, não só humana ou **interhumana,** como também **interespírita,** da sociedade entre os espíritos que vivem na Terra e os que fazem vida **meta-etérea.**

Pode ser que não agrade a alguns a inclusão da influência dos espíritos entre os fatores sociais; ou dentro da filosofia de Allan Kardec julguem preferível admitir, além dos fatores antropológicos, cósmicos e sociais, uma quarta categoria: a dos fatores espíritas.

Mas a imperfeição ou a virtude de uma classificação, como a propriedade ou impropriedade de umas palavras, não pode contradizer a afirmação de que para os espíritas, entre os fatores determinantes da delinquência, estão os espíritos errantes. Mefistófeles é para o espírita o símbolo de uma realidade, não a simples concepção genial de um poeta.

Quando os espíritas se dedicarem com maior e mais intensa especialização ao aspecto criminológico de sua filosofia, poderão explicar como as relações delituosas do homem com os espíritos, bons ou maus, podem realizar-se, ou em sonhos, ou pela revelação, ou por sugestões inconscientes, ou por comunicações materializadas (movimentos de mesa, ruídos, fantasmas etc.) ou por outros meios; o princípio da comunicabilidade com as almas dos

mortos é quase peculiar (*) aos espíritas, e estes costumam tratar com frequência, numerosa bibliografia e densa erudição, esse aspecto de sua teoria, que lhes é tão caro.

Não me atrevo a escrever mais neste sentido; ser-me-ia necessária a luz de uma fé que não possuo.

(*) Digo quase peculiar porque, ainda que em mais restrito sentido, o admitem outras crenças, até as religiões oficiais de nossos dias.

XVI

EPIDEMIAS DELITUOSAS

Pelo que diz respeito ao problema das grandes sugestões coletivas com os fatores sociais da criminalidade, vemos que também o espiritismo reconhece este fenômeno e o admite.

É o que se deduz deste parágrafo de Allan Kardec:

> *"482 — Como se pode desenvolver em toda uma população o estado anormal dos convulsionários e dos nervosos?*
>
> "Efeito simpático. As disposições morais se comunicam muito facilmente, em certos casos. Não sois tão estranhos aos efeitos magnéticos para não compreenderdes isto, e a parte que certos espíritos devem tomar neles, por simpatia pelos que os provocam".

O espiritismo, porém, vai mais longe.

O positivismo criminológico, ao admitir as epidemias criminais, não chegou a pensar em responsabilidades coletivas, como acontecia em idades passadas; nelas o povo e as cidades eram respon-

Na criminologia de Deus não há, pois, nem pena de morte nem cadeias perpétuas. O inferno está substituído pelo purgatório, pela pena temporal, enquanto os espíritos purgam suas faltas, enquanto sofrem em proporção ao que fizeram sofrer, enquanto aprendem o que não sabiam, enquanto se purificam, enquanto progridem, enquanto se **corrigem.**

Como disse Allan Kardec em seu livro *O Céu e o Inferno*, que vem a ser o tratado de sua penalogia espírita:

> "O purgatório não é pois uma ideia vaga e incerta; é uma realidade material que vemos, tocamos e sofremos; está nos mundos de expiação, e a terra é um deles; aí os homens expiam o passado e o presente em proveito do futuro.
>
> Depende de cada um protrair (*) ou abreviar sua permanência segundo o adiantamento atingido. O livramento se dá, não por conclusão do tempo, mas pelo próprio mérito, segundo as palavras do Cristo: **A cada um segundo suas obras,** o que resume a justiça de Deus.
>
> Quem sofre nesta vida deve convencer-se de que não se purificou suficientemente na precedente existência, e se não o fizer nesta, sofrerá ainda na seguinte. Isto é equitativo e lógico. Sendo o padecimento inerente à imperfeição, tanto mais tempo se sofre quanto

(*) Adiar (Nota do Pense)

mais imperfeito se for, tal como numa enfermidade, enquanto não se está curado. Assim, enquanto o homem for orgulhoso, sofrerá as consequências do orgulho; enquanto for egoísta, sofrerá por seu egoísmo.

O espírito culpado sofre primeiro na vida espiritual, em proporção às suas imperfeições, sendo-lhe facultada a vida corporal como meio de reparação. Nesta se acha novamente com as pessoas a quem ofendeu ou em meios análogos aos em que praticou o mal, ou ainda em situações opostas, como, por exemplo, na miséria, se foi rico avarento, em situação humilhante, se foi orgulhoso.

A expiação no mundo dos espíritos e na Terra não é um duplo castigo, mas uma espécie de complemento, tendo por fim facilitar o progresso por um trabalho efetivo. Cabe ao espírito aproveitá-lo. Considerando-se como é grave o padecimento de certos espíritos culpados no mundo invisível, como é terrível a situação de alguns, que ansiedade os devora, e como é penosa pela impossibilidade de lhe ver o fim, dir-se-ia que estavam no inferno, se este termo não significasse a ideia de um castigo eterno e material.

Graças à revelação dos espíritos e aos exemplos que nos oferecem, sabemos que a dura-

ção do sofrimento é regulada pelo melhoramento do culpado.

O espiritismo, portanto, não nega, antes confirma a penalidade futura. O que destrói é o inferno localizado com seus fornos e penas irremissíveis. Não chega o purgatório, pois prova que estamos nele; define-o, precisa-o, explica a razão das misérias terrenas e faz que creiam nele os que o negavam.

Quer o castigo se verifique na vida espiritual ou em terra, qualquer que seja a sua duração, tem sempre um termo, próximo ou remoto. Não há para o espírito mais que duas alternativas: castigo temporal e graduado segundo a culpabilidade, e recompensa segundo o mérito. O espiritismo repele a terceira alternativa, a da condenação eterna. O inferno reduz-se à figura simbólica das maiores penas cujo termo é desconhecido. O purgatório é a realidade. A palavra purgatório revela a ideia de um lugar circunscrito; eis por que se aplica naturalmente à Terra, lugar de expiação, que está no espaço infinito onde erram os espíritos sofredores; além disso, a natureza dos sofrimentos terrestres é uma verdadeira expiação.

Deus é soberanamente justo. A soberana justiça não é a inexorável, nem a que deixa impune a falta; é a que leva em conta rigorosa o bem e o mal, que recompensa e castiga na

mais equitativa proporção e nunca se engana. Se por uma falta temporal, que é sempre o resultado da natureza imperfeita do homem e às vezes do meio em que se encontra, a alma pode ser castigada eternamente, sem esperança de alívio nem perdão, não há qualquer proporção entre a falta e o castigo; logo, não há justiça.

"Então, não serão eternas as penas impostas?" Pergunte a seu sentido comum, à sua razão se não seria a negação da bondade de Deus uma condenação perpétua por alguns momentos de erro? Que é a duração da vida comparada à eternidade? Compreende esta palavra? Torturas sem fim e sem esperanças por algumas faltas?

Que os antigos vissem no Senhor do Universo um Deus terrível e vingativo, compreende-se. Em sua ignorância atribuíam à Divindade as paixões dos homens. Não é esse, porém, o Deus dos cristãos que coloca o amor, a caridade, a misericórdia e o esquecimento das ofensas no número das principais virtudes? Não é contraditório atribuir-lhe a bondade infinita e a infinita vingança? A justiça não exclui a bondade, e Ele não seria bom se condenasse a penas horríveis, perpétuas, o maior

número de suas criaturas. Poderia impor a seus filhos a justiça como uma obrigação se não lhe tivesse dado meios para compreendê-la?

Fazer depender a duração das penas dos esforços do culpado para progredir não é a sublimidade da justiça unida à bondade? Nisto consistem as palavras seguintes: A cada um segundo as suas obras".

Santo Agostinho (*)

"Dedicai-vos por todos os meios a vosso alcance a combater, a aniquilar a ideia das penas eternas, pensamento blasfematório da justiça e da bondade de Deus, origem, mais que qualquer outra, da incredulidade, do materialismo, da indiferença que invadiram as massas, desde que a inteligência se lhes principiou a desenvolver.

Mas começa a esclarecer-se, logo percebe o espírito essa monstruosa injustiça; repele-a a sua razão, e deixa de compreender a lei que o revolta e a Deus a quem a atribui.

Daí os males para os quais vimos trazer os remédios. A tarefa que indicamos será tanto mais fácil quanto as autoridades em que se apoiam os defensores de semelhante crença se abstêm de particularizar. Nem os Concílios,

(*) Convém assinalar que a maioria dos trechos acima não é atribuída por Kardec a Santo Agostinho. **(Nota do tradutor)**

nem os Padres da Igreja decidiram esta questão. Se, segundo os evangelistas, e tomando literalmente as palavras emblemáticas do Cristo, ele ameaçava os culpados com o fogo eterno, nada há nestas palavras que prove os haja condenado eternamente.

Pobres ovelhas desgarradas, sabei como chega a vós o Bom Pastor; longe de desterrar-vos para sempre de sua presença, vem ao vosso encontro para vos reconduzir ao redil. Filhos pródigos, abandonai o desterro voluntário, encaminhai vossos passos à morada paterna, que o Pai tem sempre os braços abertos e está sempre disposto a celebrar vosso regresso".

Lamenais

"Questão de palavras! Não fizestes ainda derramar bastante sangue? É necessário acender as fogueiras? Discute-se sobre a eternidade das penas, dos castigos. Não sabeis que aquilo que entendeis hoje por eternidade não era entendido do mesmo modo pelos antigos?

Consultai os crimes, vós e os teólogos, e descobrireis que o texto hebreu não tinha o mesmo significado que o dos gregos; os latinos e os modernos traduziam-nos por penas sem fim, irremissíveis. A eternidade dos castigos corresponde à eternidade do mal.

Quando os homens, pelo arrependimento, vestirem a toga da inocência, terminarão os gemidos e o ranger de dentes. Vossa razão é limitada, mas com o auxílio dessa razão não haverá uma só pessoa de boa vontade que compreenda de outra forma a eternidade dos castigos.

Eternidade dos castigos! Seria admitir que o mal é eterno. Só Deus é eterno e não poderia criar o mal eterno, o que seria negar o mais precioso dos seus atributos, o poder soberano, pois não seria soberanamente poderoso quem criasse um elemento destruidor de suas obras. Humanidade, não leves os teus tristes olhares às profundidades da terra para achar castigos nela. Chora, espera, expia e refugia-te na ideia de um Deus infinitamente bom, poderoso em absoluto e essencialmente justo".

Platão

"Gravitar para a unidade divina, tal é o objetivo da humanidade! Para isto três coisas são necessárias: justiça, amor e ciência; três lhe são opostas: ignorância, ódio e injustiça. Faltais àqueles três princípios comprometendo a ideia de Deus com o exagero da severidade; comprometei-a duplamente deixando penetrar no espírito da criatura a crença de que ela tem mais clemência, mansidão, amor e justiça do

que o ser infinito. E destruís a ideia do inferno, fazendo-o ridículo com o horrível espetáculo dos verdugos, fogueiras e tormentos da Idade Média.

Quando a era das cegas represálias já foi desterrada das legislações humanas, esperais conservá-la no ideal?

A ideia do inferno com seus fornos ardentes e caldeiras em ebulição pôde ser perdoável ou tolerável em um século de ferro; no atual não é mais do que fantasma; apenas serve para espantar as crianças. Insistindo nessa horrorosa mitologia, engendrais a incredulidade, mãe de toda essa organização social; temo ver toda uma ordem social abismada por falta de sanção penal.

Homens de fé ardente e viva, mãos à obra, não para manter vetustas e já desacreditadas fábulas, mas para reanimar e verificar a verdadeira sanção penal, sob formas apropriadas a vossos costumes, aos sentimentos e luzes de vossa época. Quem é o culpado? O que por um extravio, por um movimento falso da alma, se separa do objeto da criação, que consiste no culto harmonioso do belo e do bom, idealizado pelo arquétipo humano, Jesus Cristo. Que é o castigo? A soma das dores necessárias para afastar o homem da deformidade.

É o aguilhão que excita a alma por meio da amargura, a fim de que se encontre a si mesma e volva aos domínios do Bem.

Seu objeto é a reabilitação, a emancipação. Querer que o castigo de uma falta não eterna seja eterna, equivale a negar toda a sua razão de ser.

Cessai de pôr em paralelo o Bem, essência do Criador, com o Mal, essência da criatura. Assegurai, ao contrário, a amortização gradual dos castigos e penas por meio das transmigrações e conseguireis a unidade divina com a razão unida ao sentimento".

Paulo, Apóstolo

"A doutrina das penas eternas converte o Ser Supremo num Deus implacável. Seria lógico dizer que um soberano é muito bom, muito benfeitor, muito indulgente, e ao mesmo tempo, irado, vingativo, inflexível, e que condena a pena última as três quartas partes de seus súditos por uma infração às suas leis, ainda mesmo os que não as conheceram. Não seria uma contradição? Será Deus pior que um homem?

Há outra contradição. Se Deus sabe tudo, devia saber, ao criar uma alma, que ela pecaria, e, portanto, foi condenada desde sua for-

mação à eterna desgraça. É isto possível? É racional? Com a doutrina das penas relativas tudo se justifica. Deus sabia, indubitavelmente, que a alma delinquiria, como sabia os meios de esclarecer-se pela experiência e pelas quedas. É preciso que expie os erros para firmar-se no Bem; as portas da esperança não lhe estão fechadas para sempre; a emancipação depende dos esforços que fizer para chegar a ela. Isto o compreende toda a gente e o admite a mais rigorosa lógica. Se as penas futuras fossem apresentadas sob este aspecto, haveria menos cépticos.

A palavra **eterno** se amplia figuradamente na linguagem vulgar para indicar um fato de longa duração e cujo fim não se demonstra, ainda que se saiba que ele existe. Dizemos, por exemplo, os gelos eternos das altas montanhas, dos pólos, apesar de saber que o mundo físico terá um fim e que o estado daquelas regiões pode mudar pela deslocação normal do eixo ou por um cataclismo. A palavra **eterno,** neste caso, não quer dizer perpétuo ao infinito. Quando sofremos longa enfermidade, dizemos que o nosso mal é eterno. Não será, portanto, estranho, que espíritos sofredores por anos, séculos, ou milhares de anos, digam o mesmo. Não esqueçamos que não lhes permitindo a inferioridade ver o termo do caminho, creem

que hão de sofrer sempre, o que é um castigo para eles.

A doutrina do fogo material, das fogueiras e dos tormentos, copiados do tártaro do paganismo, está hoje completamente abandonada pela alta teologia; só nas escolas se dão como verdades positivas esses horríveis quadros alegóricos, por pessoas zelosas, que inspiradas nos equívocos mencionados, supõem que as jovens imaginações, libertadas do seu terror, poderão engrossar o número dos incrédulos.

A teologia reconhece hoje que a palavra fogo se emprega figuradamente, tratando-se de um fogo moral. Os que acompanham as peripécias da vida e os sofrimentos do além-túmulo, pelas comunicações dos espíritos, podem convencer-se de que, embora nada materiais, não são eles menos agudos.

Do ponto de vista da duração, certos teólogos começam a admiti-los no sentido estrito, e creem que a palavra **eterno** pode entender-se com relação às penas, em si mesmas, como consequência de uma lei imutável, e não de sua aplicação a cada indivíduo. Quando a religião admitir esta interpretação, como outras, filhas do progresso e das luzes, muitas ovelhas desgarradas serão atraídas". (*)

(*) *O Livro dos Espíritos* - Comentário de Allan Kardec à questão 1009. (Nota do Pense)

XXIII

O CÓDIGO PENAL DE ALÉM-TÚMULO

Assentados os princípios fundamentais do correcionalismo espírita, assim como se deduz facilmente a impossibilidade filosófica da pena de morte e das penas perpétuas, também se deduzem outras consequências da teoria correcionalista criminológica, como poderá ver quem ler os seguintes textos que Allan Kardec intitula enfaticamente "Código penal das penas futuras". Ainda à custa das acostumadas e incessantes repetições do autor, creio não dever suprimir nem uma, para termos ideia mais completa e direta do sistema da penalogia espírita:

> "O espiritismo não vem, pois, com sua autoridade privada formular um código de fantasia; sua lei, no que toca ao futuro da alma, deduzidas das observações dos fatos, pode resumir-se nos seguintes pontos:
>
> **1.** A alma ou espírito sofre na vida espiritual todas as imperfeições de que não se despojou durante a vida corpórea. Seu estado, feliz ou

desgraçado, é inerente ao grau de sua depuração ou de suas imperfeições.

2. A felicidade completa é inerente à perfeição, isto é, à depuração completa do espírito. Toda imperfeição é por sua vez causa de sofrimento, da mesma forma que toda perfeição adquirida é causa de prazer e atenuação de sofrimentos.

3. Não há uma só imperfeição da alma que não acarrete consequências molestas e inevitáveis, nem boa qualidade que não dê origem a um prazer.

A soma das penas é assim proporcional à das imperfeições, como a soma das alegrias está na razão da soma de boas qualidades.

A alma que tem dez imperfeições, por exemplo, sofre mais do que a que tem três ou quatro; e quando dessas dez imperfeições só lhe restar mais que metade ou um quarto, sofrerá menos; e quando não tiver nenhuma, já não sofrerá e será eternamente feliz. Assim sucede na Terra: quem possui muitas enfermidade sofre mais do que aquele que só tem uma ou não as possui.

4. Em virtude da lei do progresso, que dá a toda alma a possibilidade de adquirir o bem que lhe falta e desfazer-se do que tem de mau, segundo os seus esforços e sua vontade, depreende-se que o futuro não está fechado a

ninguém. Deus não repudia a nenhum de seus filhos e os recebe em seu seio à medida que alcançam a perfeição, deixando a cada um o mérito de suas obras.

5. Sendo o sofrimento indispensável à imperfeição, como o prazer à perfeição, a alma traz consigo o próprio castigo onde quer que se encontre; não há necessidade de lugar circunscrito. O inferno existe onde há almas sofredoras, assim como o céu onde há almas felizes.

6. O bem e o mal que fazemos são o produto das boas ou más qualidades que possuímos. Não fazer o bem quando podemos é resultado de uma imperfeição. Se a imperfeição é causa de sofrimento, o espírito deve sofrer não só por todo o mal que fez como pelo bem que, podendo, deixou de fazer na vida terrestre.

7. O espírito sofre pelo mal que fez, de modo que sendo a sua atenção constantemente dirigida para as consequências desse mal, compreende melhor os seus inconvenientes e é levado a corrigir-se.

8. Sendo infinita a justiça de Deus, são levados em rigorosa conta o bem e o mal; se não há uma só má ação, um só mau pensamento que não tenham suas consequências fatais, também não há uma só boa ação, um só bom movimento da alma, o mais ligeiro mérito, que

se perca, mesmo para os mais perversos, porque isso constitui um princípio de progresso.

9. Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida que se contrai e que deve ser paga; se não o for numa existência, se-lo-á na seguinte ou seguintes, porque as existências são solidárias umas com as outras. Aquele que pagou na existência presente não terá que pagar segunda vez.

10. O espírito sofre as consequências de suas imperfeições, ora no mundo espiritual, ora no mundo corporal. As misérias, as vicissitudes sofridas na vida física são o resultado de nossas imperfeições, a expiação de faltas cometidas, nesta ou em precedentes existências.

Pela natureza dos sofrimentos e das vicissitudes da vida corpórea, pode-se julgar das faltas cometidas em precedente existência e as imperfeições que lhes deram causa.

11. A expiação varia segundo a natureza e a gravidade da falta; a mesma falta pode determinar expiações diferentes, conforme sejam as circunstâncias atenuantes ou agravantes.

12. Não há regra absoluta e uniforme quanto à natureza e duração do castigo; a única lei geral é que a toda falta cabe um castigo e toda ação boa é recompensada segundo seu valor.

13. A duração do castigo depende da melhora do espírito culpado. Não se pronuncia contra ele nenhuma condenação por tempo determinado. O que Deus exige para o termo dos seus sofrimentos é a melhora séria, efetiva, sincera, a volta ao bem.

Uma condenação por tempo determinado teria dois inconvenientes: o de continuar o castigo do espírito regenerado, ou o do seu termo quando ele ainda permanecesse no mal. Deus, que é justo, só castiga o mal, enquanto existe; deixa de punir, quando não existe. Por outra, sendo o mal moral causa de sofrimento, este durará enquanto o mal subsistir; à medida que o mal decrescer, a intensidade do sofrimento diminuirá.

14. Estando a duração do castigo dependendo da melhora, o culpado que não melhorasse sofreria sempre o que para ele seria uma pena eterna.

15. Condição inerente à inferioridade dos espíritos é a de não verem o fim de sua situação e acreditarem que sofrerão sempre.

Será um castigo que lhes parecerá eterno. (*)

(*) **Perpétuo** é sinônimo de **eterno.** Diz-se: o limite das neves perpétuas; os gelos eternos dos polos. E se diz também: o Secretário Perpétuo da Academia, o que não significa que o seja perpetuamente, senão por tempo ilimitado. **Eterno e perpétuo** se empregam, pois, em sentido indeterminado. Nesta acepção pode-se dizer que as penas são eternas, se se entende que não têm uma duração limitada; são eternas para o espírito que não lhes vê o fim. **(Nota de Allan Kardec)**

16. O arrependimento é o primeiro passo para a regeneração; não é suficiente, porém; fazem-se necessárias a **expiação** e a **reparação. Arrependimento, expiação** e **reparação** são as três condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas consequências.

O arrependimento suaviza as dores da expiação, e pela esperança prepara os caminhos da reabilitação; só a reparação, porém, poderá anular o efeito, destruindo a causa. O perdão é uma graça e não uma anulação.

17. O arrependimento poderá dar-se em qualquer lugar e em qualquer tempo; se for tardio, mais longo será o sofrimento. A expiação consiste nos sofrimentos físicos e morais, consequências das faltas cometidas, nesta vida ou na espiritual ou em nova existência corpórea, até que se apaguem os vestígios da falta.

A reparação consiste em fazer o bem a quem se fez o mal. Quem não repara nesta vida as faltas cometidas, por impossibilidade ou má vontade, achar-se-á, numa existência posterior, em contacto com as pessoas que prejudicou e em condições por ele mesmo escolhidas, que lhe facilitem provar às vítimas o desejo de lhes fazer tanto bem, quanto fora o mal que lhes fizera.

Nem todas as faltas ocasionam sempre um prejuízo direto e efetivo; neste caso, a reparação

consiste em fazer-se o que não se havia feito, cumprindo-se os deveres descuidados e as missões não preenchidas; praticando-se o bem em compensação do mal praticado, isto é, tornando-se o indivíduo humilde se era orgulhoso, amável se austero, caritativo se egoísta, benévolo se malévolo, laborioso se preguiçoso, útil, sóbrio se dissoluto, trocando os maus por bons exemplos. É assim que progride o espírito, aproveitando o passado. (*)

18. Os espíritos imperfeitos são excluídos dos mundos felizes, cuja harmonia perturbariam; permanecem nos mundos inferiores, onde, por meio das atribulações da vida, expiam as faltas e se purificam das imperfeições, até que mereçam encarnar em mundos mais adiantados, moral e fisicamente.

(*) A necessidade da reparação é um princípio de rigorosa justiça, que pode considerar-se verdadeira lei de reabilitação moral dos espíritos. É uma doutrina que ainda nenhuma religião proclamou.

Algumas pessoas a repelem porque achariam mais cômodo apagar suas más ações com um simples arrependimento. São livres de se julgarem satisfeitas; mais tarde verão se isto lhes basta.

Perguntamos se este princípio não está consagrado pela lei humana e se a justiça de Deus é inferior à dos homens.

E bastaria que o indivíduo que houvesse arruinado outros por abuso de confiança, se dissesse infinitamente sentido? Como deixar de lado uma obrigação que todo homem honrado tem o dever de cumprir na medida de suas forças?

Quando a perspectiva de reparação for inculcada na crença das massas, será um freio muito mais poderoso que o do inferno e das penas eternas, visto que se refere à atualidade da vida, e o homem compreenderá a razão de ser das penosas circunstâncias em que se encontra colocado.

(Nota de Allan Kardec)

Se é possível conceber um lugar de castigo circunscrito, é o dos mundos de expiação, em torno dos quais pululam os espíritos imperfeitos desencarnados, à espera de nova existência que, permitindo-lhes reparar o mal que fizeram, coopere para seu adiantamento.

19. Como o espírito tem sempre o livre-arbítrio, algumas vezes é lento o progresso, e muito tenaz sua obstinação no mal. Pode persistir anos e séculos; chega, porém, o momento em que a teimosia no desafiar a justiça de Deus cede perante o sofrimento e, apesar do seu mesquinho orgulho, reconhece a potência superior que o domina. Desde que se lhe manifestam os primeiros resplendores do arrependimento, Deus lhe faz entrever a esperança.

Não há espírito que não possa progredir, pois nesse caso estaria destinado a eterna inferioridade e fora da lei infalível de evolução que rege todas as criaturas.

20. Quaisquer que sejam a inferioridade e a perversidade dos espíritos, **Deus jamais os abandonará.** Todos têm seu anjo da guarda, que por eles vela, observa-lhes os movimentos da alma e se esforçam em suscitar-lhes bons pensamentos, o desejo de progredir e reparar em nova existência o mal que fizeram. Essa interferência do guia é quase sempre oculta,

sabe que será punida se fizer mal; mas sabe também que o castigo temporal é um meio de fazê-la compreender o erro e entrar na boa senda, em que chegará tarde ou cedo.

Segundo a doutrina das penas eternas, sabe-se que falirá e antecipadamente se acha condenada a tormentos sem fim.

21. Cada um responde por suas faltas; ninguém sofre pelas alheias, salvo se lhes deu origem, provocando-as pelo exemplo ou deixando de impedi-las, quando o poderia fazer.

Assim, por exemplo, o suicida é sempre castigado; mas aquele que, por maldade, impele outro a cometê-lo, sofre uma pena maior.

22. Embora seja infinita a diversidade dos castigos, alguns são inerentes à inferioridade dos espíritos e cujas consequências, salvo os pormenores, são mais ou menos idênticas.

A punição imediata entre os que se acham aferrados a vida material, em desprezo do progresso espiritual, consiste na lentidão do desprendimento, nas angústias que acompanham a morte e o despertar na outra vida em perturbação, o que pode durar meses e anos.

Ao contrário, para os que têm a consciência pura, que se identificaram com a vida espiritual, que se desprenderam das coisas materiais, a separação é rápida, sem abalos, o despertar pacífico, quase nula a perturbação.

23. Fenômeno frequente entre os espíritos de certa inferioridade moral, consiste em se crerem vivos; esta ilusão pode prolongar-se por muitos anos, durante os quais sentem todas as necessidades, todos os tormentos, todas as perplexidades da vida.

24. Para o criminoso, a vista incessante das vítimas e das circunstâncias do crime são um suplício cruel.

25. Certos espíritos se veem mergulhados em densas trevas; outros, num absoluto isolamento no espaço, atormentados pela ignorância da sua posição e da sua sorte. Os mais culpados sofrem tormentos indizíveis, tanto mais pungentes quanto menos lhes entrevêem o termo. Muitos se acham privados dos seres queridos. Todos sofrem com uma intensidade relativa aos males, às dores e às provações que ocasionam aos outros, até que o arrependimento e o desejo de reparação lhes façam divisar a possibilidade de porem um termo a essa situação, por si próprios.

26. É um suplício para o orgulhoso ver acima dele, cheios de glória, estimados, acariciados, aqueles a quem haviam menosprezado na Terra, enquanto se acham eles relegados a posição inferior. Para o hipócrita, sentir-se trespassado pela luz que põe a nu seus mais recônditos pensamentos, de sorte que todos os

possam ler, sem meios de ocultar-se ou dissimular; para o sensual, ter todas as tentações, todos os desejos sem poder satisfazê-los; para o avarento, ver os bens malbaratados e não o poder evitar; para o egoísta, ver-se abandonado e padecer o que os outros padeceram por sua causa; terá sede e não lhe darão de beber, terá fome e não lhe darão de comer; não há mão amiga que venha apertar a sua; nenhuma voz compassiva virá consolá-lo; só pensou em si durante a vida, ninguém pensará nele depois da morte.

27. O meio de evitar ou atenuar as consequências das faltas na vida futura é desfazer-se delas o mais depressa possível na vida presente; o de reparar o mal, a fim de não o reparar mais tarde, de maneira pior. Quanto mais demorar o desfazer-se do mal, mais penosas serão as consequências e rigorosa a reparação.

28. A situação do espírito na entrada da vida espiritual é a que preparou na vida corpórea. Mais tarde lhe é facultada outra encarnação para expiação e reparação por novas provas; o aproveitamento será de acordo com o seu livre-arbítrio. Se não corrigir-se terá que recomeçar a missão, cada vez em condições mais penosas, de sorte que aquele que muito sofre na Terra pode dizer que muito tinha que ex-

piar; os que gozam uma felicidade aparente, apesar de seus vícios e de sua inutilidade, podem estar certos de que pagarão caro em existência posterior. É assim que dizia Jesus: Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados.

29. A misericórdia de Deus é infinita, porém não é cega. O culpado a quem perdoa não fica exonerado, e enquanto não satisfaz à justiça, sofre as consequências de suas faltas. Por infinita misericórdia devemos entender que Deus não é inexorável, e deixa sempre aberta a porta da redenção.

30. Sendo as penas temporais e subordinadas ao arrependimento e à reparação, que dependem da livre vontade do homem, são elas ao mesmo tempo castigo e remédio auxiliares à cura do mal. Os espíritos em prova não são como os condenados a certo tempo, mas como enfermos em hospital, sofrendo de moléstia consequente da própria falta, e usando de meios terapêuticos dolorosos, necessários à cura, que é tanto mais rápida quanto melhor seguirem as prescrições do médico que vela por eles com anelo. Se prolongam por descuido os sofrimentos, a culpa é do médico.

31. Às penas que o espírito sofre na vida espiritual se ajuntam as da vida corpórea, que são consequência das imperfeições do homem,

das suas paixões, do mau emprego de suas faculdades, e a expiação das faltas presentes e passadas.

Na vida corpórea o espírito repara o mal de suas anteriores existências, pondo em prática as resoluções tomadas na vida espiritual. Assim se explicam as misérias e vicissitudes que, à primeira vista, parece não terem cabimento e são inteiramente justas, desde que são a consequência do passado e servem ao nosso progresso.

32. Dizem alguns: Não provaria Deus amor às suas criaturas criando-as infalidas, e, portanto, isentas das vicissitudes inerentes à imperfeição?

Seria preciso que criasse seres perfeitos, nada tendo a adquirir em conhecimentos e moralidade.

Certamente, poderia fazê-lo, mas, se não o fez, é que, em sua sabedoria, quis que o progresso fosse a lei geral.

Os homens são imperfeitos, e por isso sujeitos a vicissitudes mais ou menos penosas. É preciso aceitar o fato, desde que existe. Inferir daí que Deus não é bom nem justo, seria uma rebeldia.

Haveria injustiça na criação de seres privilegiados, mais ou menos favorecidos, gozando sem trabalho o que outros conseguem com pe-

nas ou nunca o conseguirão. Onde resplandece a sua justiça é na igualdade absoluta que preside à criação de todos os espíritos; todos têm o mesmo ponto de partida e nenhum é mais aquinhoado que outro; nenhum terá, por exceção, maiores facilidades no seu progresso; os que chegaram ao fim passaram, invariavelmente, pelas fases de inferioridade e suas provas.

Nada mais justo, portanto, do que, a liberdade de ação deixada a cada um. Está aberto a todos o caminho da felicidade; são as mesmas para todos as condições para alcançá-la; a lei está gravada na consciência de todos. Deus fez da felicidade o prêmio do trabalho e não do favor, para que todos tivessem o seu mérito. Cada qual é livre de trabalhar ou não fazer nada para seu adiantamento; o que trabalha mais depressa, mais cedo é recompensado; o que se extravia ou perde tempo, retarda-se, e só de si pode queixar-se.

O bem e o mal são voluntários e facultativos; livre, o homem não é fatalmente impelido para nenhum.

33. Apesar dos diferentes gêneros e graus de sofrimento dos espíritos imperfeitos, o código penal da vida futura pode resumir-se nos três princípios seguintes:

O sofrimento é inerente à imperfeição.

A imperfeição e a falta consequente trazem o próprio castigo nos seus resultados naturais e inevitáveis; assim, a doença provém dos excessos, o tédio da ociosidade, sem necessidade de condenação especial para cada falta e cada indivíduo.

Libertando-se o homem de suas imperfeições por vontade própria, evita os males que delas decorrem e pode assegurar a felicidade futura. Tal é a lei da justiça divina: A cada um segundo as suas obras, assim na terra como no céu."

XXIV

A PENA DE TALIÃO

Ao tratar anteriormente da pena de morte, copiamos um texto muito importante de *O Livro dos Espíritos*, de Allan Kardec, n.° 764, o qual declara que a justiça talional é a justiça divina.

Desse parágrafo, interpretado literalmente e sem os relacionar com os demais escritos do autor, poderá deduzir-se o seguinte: que a justiça espírita é um retrocesso à primitiva justiça talional dos tempos passados.

Não poderemos entendê-lo assim.

Não significam aqueles textos que quem envenenara o pai nesta ou em outra encarnação, tenha que ser envenenado por seu filho.

Não, apesar do que se poderia deduzir do lanço do livro *Obras Póstumas*, que diz:

> "Quem matar à espada morrerá pela espada, disse o Cristo, e estas palavras se podem traduzir assim: Quem derramou sangue, verá derramado o seu...".

A justiça talional divina é, para expressá-lo em frases já acreditadas em criminologia, um **talião**

por equivalentes, como diria genialmente Ferrero, ou uma **represália,** como diria Gunther.

Não são, porém, os homens com suas leis que a podem aplicar; a justiça talional é exclusiva de Deus. **É ele quem a aplica.**

E a pena de talião divina consiste em que o indivíduo receba um dano igual ao que malevolamente causou; ou aquele que fez sofrer passe por pena de igual valor ético.

Não posso resistir à tentação de anotar aqui a equivalência fundamental entre as diferentes acepções da palavra "pena" (em castelhano como em outros idiomas): **Pena** – Castigo imposto pela sociedade. E **Pena** – Dor, sentimento, trabalho, dificuldade.

Pena equivale a sofrimento, seja imposto pelas circunstâncias complexíssimas da vida, seja imposto por uma circunstância especial, a vontade consciente social como reação contra um delito real ou suposto.

Não se trata de igualdade de ações externas, nem de equivalências rigorosamente físicas ou objetivas, mas de equivalências subjetivas, morais, psicológicas.

Assim disse Allan Kardec no n° 12 de *O Céu e o Inferno*, Código Penal das Penas Futuras:

> "Não há regra absoluta e uniforme quanto à natureza e duração do castigo; a única lei ge-

ral é que a toda falta corresponde um castigo, e toda boa ação é recompensada **segundo seu valor."**

E com maior amplitude escreve mais adiante:

"Com efeito, temos visto os avarentos sofrerem à vista do ouro, que para eles era verdadeira quimera; os orgulhosos, atormentados pela inveja das homenagens que se prestavam aos outros, sem se fazer caso deles; os que governavam na terra, humilhados pelo poder invisível que os obrigava a obedecer e pela presença dos seus subordinados que já não se curvavam diante deles; os ateus suportarem as agonias da incerteza, achando-se num isolamento absoluto em meio à imensidade, sem encontrar quem os esclarecesse.

No mundo dos espíritos, se há gozos para todas as virtudes, há castigos para todas as faltas; aquelas que a lei dos homens não alcançam, são açoitadas pela lei de Deus.

É de acrescentar que as mesmas faltas, ainda que cometidas em condições idênticas, são castigadas com penas diferentes, conforme o grau de adiantamento do espírito. Aos espíritos mais atrasados, de natureza brutal como os de que nos ocupamos, são impostas penas mais materiais que morais, enquanto sucede o contrário àqueles cuja inteligência e sensibi-

lidade se acham em maior desenvolvimento. Aos primeiros convém um castigo apropriado à rudeza do seu invólucro, para os fazer conhecer os inconvenientes de sua posição, inspirando-lhes o desejo de sairem delas; a vergonha, por exemplo, que pouca impressão lhes causaria, seria intolerável aos demais.

Neste código penal divino, a prudência, a bondade e a previsão de Deus se revelam até nas menores cousas; tudo é proporcionado; tudo está combinado com admirável solicitude para facilitar aos culpados o meio de se reabilitarem; tomam-se-lhes em conta as menores aspirações da alma.

Pelos dogmas das penas eternas, no inferno se confundem os pequenos e os grandes culposos, que faliram uma só vez, os reincidentes endurecidos e os arrependidos. Está tudo calculado para os reter no fundo do abismo; não se lhes oferece tábua de salvação; uma única falta precipita-os para sempre, sem que se tenha em conta o bem que hajam feito. De que lado estará a verdadeira justiça e a verdadeira bondade?".

Se o espírito causa verdadeiro sofrimento a outro ser é porque seu atraso moral lhe impede à consciência que conceba uma regra de conduta ou de um dever correlativo.

Para que o dever surja como força psicológica, capaz de determinar a atividade do espírito, é preciso que a dor lhe dê origem; essa dor deverá ser a precisamente necessária à reação psíquica que deve produzir o dever correspondente: é a força coercitiva que impedirá o espírito de produzir novo mal e, consequentemente, evitará nova dor.

Se a dor que, como sanção, é produzida pelo não cumprimento de uma necessidade moral, e sem a rigorosa fatalidade da consciência dolorosa, a necessidade não seria satisfeita, o dever como movimento psíquico não se conceberia, nem o progresso do espírito no absoluto.

A dor é a alavanca do progresso psíquico mental ou moral, tanto no universo dos espíritas como nas teorias psicológicas, rigorosamente científicas de um materialismo como Sergi (*L'Origine del Fenomeni Psichici*, Turim).

Por estas razões, são de apreciar como exatas, dentro de um sistema filosófico como o espírita, as apreciações de Allan Kardec acerca dos três requisitos que devem concorrer para que seja satisfeita a justiça suprema, e fiquem apagadas as consequências de uma falta moral.

Allan Kardec exige, como já vimos, a expiação, o arrependimento, a reparação.

A expiação consiste nos sofrimentos — nas penas, poderíamos dizer — físicas e morais que,

fatalmente, nesta ou em outra vida, seguem a falta cometida.

A este elemento se chama impropriamente o talião da divina justiça espírita: quem fez sofrer terá a mesma pena. A expiação exige a correlação perfeita com o mal.

Como exemplos curiosos e típicos da jurisprudência de além-túmulo, ou de como o espiritismo entende a justiça divina e a expiação talional, inserimos vários casos, segundo Allan Kardec, de comunicações de espíritos desencarnados, mediante a intervenção de **médiuns** adequados, comunicações essas publicadas no livro do dito autor, *O Céu e o Inferno*.

> "Francisco Riquier, homem muito conhecido, era um velho avarento e solteirão. Morreu em C... em 1857, deixando a seus colaterais considerável fortuna. Em tempos, fora amante de uma senhora que o esqueceu por completo, a ponto de não saber se ele ainda pertencia a este mundo.
>
> Em 1862, a filha desta senhora, que sofria crises catalépticas, seguidas de sonhos magnéticos espontâneos, sendo, além disso, médium psicográfica, viu, numa das crises, o Sr. Riquier, que dizia querer falar à mãe dela.
>
> Passados alguns dias, com ele se entabolou a seguinte conversação:

P — Que queres de nós?

R — Meu dinheiro, que os miseráveis me tomaram para dividir entre si. Venderam minhas granjas, minhas casas, tudo para se locupletarem. Delapidaram meus bens, como se não mais me pertencessem. Fazei com que haja justiça, porque não me ouvem, nem quero ver tais infames.

Dizem que eu era um usurário e guardam o meu dinheiro. Por que não mo devolvem, se ele foi mal adquirido?

P — Mas, estás morto, meu caro; não tens necessidade de dinheiro. Pede a Deus te conceda uma nova existência pobre para expiares a avareza da última.

R — Eu não poderia viver outra vez, visto que me acho vivo.

O suicídio da Samaritana

A 7 de abril de 1858, pelas sete da noite, um homem de uns 50 anos, vestido decentemente, apresentou-se no estabelecimento da Samaritana, em Paris, e mandou preparar um banho. Admirado o moço de serviço, depois de um espaço de duas horas, de que o dito indivíduo não o chamasse, resolveu entrar no gabinete, para ver se ele estava indisposto. Foi testemunha, então, de um horrível espetáculo: o

desgraçado havia cortado o pescoço com uma navalha e o sangue se misturava à água do banho. Não podendo ser identificado, foi o cadáver conduzido à Morgue.

Seu espírito, evocado na Sociedade de Paris, seis dias depois, deu as seguintes respostas:

1. Evocação (Resposta do guia do médium). Espere... ele está aí.

2. Onde estás agora? R — Não sei. Diga-me onde estou.

3. Estás numa reunião de pessoas que se ocupam com estudos espíritas. R — Diga-me se vivo. Afogo-me no ataúde.

Francisco S. Louvet

A comunicação seguinte foi dada espontaneamente numa reunião espírita, no Havre, a 12 de fevereiro de 1863.

Tende piedade de um pobre miserável que sofre há muito tempo os mais cruéis padecimentos. Oh!, o vazio... o espaço... caio, socorro!... Deus meu, tive uma vida tão miserável! .. . Era um pobre diabo; sofri várias vezes a fome em minha velhice; entregava-me por isso à embriaguez, e me envergonhava e desgostava de tudo. Por que o desejo de acabar quando estava tão próximo do fim? Rogai para que eu não veja sempre este vazio debaixo de mim. Vou despedaçar-me de encontro a essas pe-

dras. Eu vo-lo suplico, a vós, que conheceis as misérias dos que já não estão neste mundo, ainda que não me conheçais, porque sofro muito! Por que quereis provas? Sofro, não é bastante? Se eu tivesse fome, em lugar deste sofrimento, mais terrível, porém invisível para vós, não vacilaríeis em me dar um pedaço de pão. Peço que oreis por mim. Não posso permanecer por mais tempo. Perguntai a um desses felizes que aqui estão e sabereis quem sou. Rogai por mim. *Francisco S. Louvet*.

O assassino do Arcebispo de Paris

A 3 de janeiro de 1857, monsenhor Sibour, arcebispo de Paris, ao sair da Igreja de Saint Étienne du Mont, foi ferido mortalmente por um jovem sacerdote chamado Verger. O culpado, condenado à morte, foi executado a 30 de janeiro. Até o último instante não manifestou sentimento, arrependimento ou emoção.

P — Querias reencarnar na Terra?

R — Sim. Peço-o e desejo encontrar-me constantemente exposto a que me matem, e temer que isto suceda...

Benoist

Um espírito apresenta-se espontaneamente ao médium, sob o nome de Benoist; disse haver

morrido em 1704 e padecer horríveis sofrimentos.

1. Quem eras em vida? R — Monge sem fé.

2. A falta de crença era a sua única falta? R — Basta para arrastar as outras.

3. Podes dar-nos alguns detalhes sobre tua vida? A sinceridade de tua confissão será levada em conta. R — Sem fortuna e preguiçoso, tomei ordens, não por vocação, mas por seguir uma carreira. Inteligente, consegui uma posição; influente, abusei do poder; vicioso, corrompi aqueles que tinha por missão salvar; implacável, persegui os que profligavam meus excessos; os pacíficos foram inquietados por mim. A fome torturou muitas vítimas; seus gritos eram sufocados, muitas vezes, pela violência. Depois, expiei, sofri todos os tormentos do inferno; minhas vítimas atiçam o fogo que me devora. A luxúria e a fome me perseguem; a sede me irrita os lábios ardentes sem que neles caia uma gota refrescante. Todos os elementos se adunam contra mim. Orai por mim. (1)

1. — (A S. Luís) — Podeis dizer-nos o gênero de suplício deste espírito? R — É atroz. Foi condenado a morar na casa em que cometeu o crime; não pode dirigir o pensamento a

(1) Trata-se do Espírito de Castelnaudary, o que, talvez por erro tipográfico, se acha omitido no original. **(Nota do tradutor).**

outra coisa que não seja esse crime, que tem sempre diante dos olhos e se crê condenado para sempre a esse tormento. Vê-se constantemente na ocasião do crime. Em terra, só pode permanecer na casa, se vai ao espaço, encontra-se nas trevas e na solidão.

— Donde procedeu esse espírito antes da encarnação?

R — Teve uma existência nos mais ferozes e selvagens povos, vindo anteriormente de um planeta inferior.

— Esse espírito é muito severamente castigado. Se-lo-ia igualmente pelos crimes que cometeu entre os selvagens?

R — Foi menos castigado porque, ignorante que era, compreendia menos o que fazia.

O estado em que se encontra esse espírito é o dos seres vulgarmente chamados condenados?

R — Precisamente. Mas há condições ainda piores. Os sofrimentos não são os mesmos para todos, ainda que haja crimes semelhantes, porque variam segundo o arrependimento do culpado. Para este, a casa em que cometeu o crime é um inferno; outros o conservam em si próprios, pelas paixões que os atormentam e que não podem dominar."

Como pode ver-se, o espiritismo sem deixar de ser correcionalista, julga que o homem mau terá

que sofrer, como na antiga justiça simplesmente retributiva, um mal, ou melhor, uma dor, um sofrimento, uma pena. O mal não será aqui palavra apropriada, dado o valor ético de que não se pode separar.

Pena ou dor não é eticamente um mal, senão um bem, porque só poderá significar o meio psicológico necessário para produzir o arrependimento, ou seja, a correção moral, o progresso ético do espírito.

Sem essa dor, falta consequência do mal causado, o espírito, ante outras excitações dolosas iguais, obraria imoralmente; se a consciência, isto é, a experiência moral, lhe mostrasse que o ato danoso não lhe produzia mal nenhum, este lhe seria eticamente indiferente.

A dor, pelo contrário, ensina ao egoísmo, metafísica e vitalmente essencial do espírito, a não reproduzir o mau ato, a defender-se da dor infalível, a não repetir o mal, a retificar sua conduta em idênticas solicitações das circunstancias, a mudar de caráter, a corrigir-se, a melhorar.

Em verdade, nestas teorias, como já temos dado a entender, o espiritismo está com a ciência contemporânea.

XXV

A CONDENAÇÃO CONDICIONAL

Segundo o espiritismo, o arrependimento é necessário ao progresso daquele que caiu no mal. Não basta a expiação, igualmente necessária; é preciso o arrependimento, isto é, a emenda moral, o desaparecimento dos fatores subjetivos determinantes do ato delinquente.

Como dissemos, Deus é um **neoroederiano.**

É claro, pois, que todas as instituições correcionais exigidas pela ciência penal serão gratas ao espiritismo.

A penitenciária espírita aproxima-se do **reformatório,** de origem americana; detesta, naturalmente, todas essas jaulas-prisões, onde os delinquentes são abandonados até que apodreçam como os cadáveres nas sepulturas.

Admite a condenação condicional, porquanto aí se procura evitar o inconveniente da segregação celular do delinquente primário, ao mesmo tempo que se espera o efeito moral que a condenação, essa espada de Dâmocles, possa produzir no indivíduo sobre o qual está erguida em constante

ameaça. (Veja-se o tratado de A. Ravizza, **La Condanna Condizionale,** Milão, 1911).

Os espíritas não vacilariam em apoiar essa reforma penal de nossos dias — "filha querida — como dizia Listz, da União Internacional de Direito Penal, ainda que, em rigor, nascesse na neófita América. **(Ao menos nela revive, se aceitarmos que há traços da mesma no Digesto e no Código Justiniano).**

Assim sendo, não contradiriam, certamente, a teoria que exige a **expiação,** a dor, uma pena fatalmente imposta ao culpado. E isso porque a **expiação,** segundo eles, não é a pena da antiga filosofia retributiva, que segue o réu como sua sombra, a fim de restabelecer um equilíbrio jurídico ou moral perturbado pelo ato doloso, senão um fenômeno cuja finalidade não está em si, mas em sua função, como um meio de chegar à correlação.

Desconhecer o significado teleológico da expiação, tal como a explicam os espíritas, seria concebê-la a mais imperfeita das manifestações da justiça, incompatível com a concepção de uma entidade perfeita ou divina.

Bem podem os kardecistas, portanto, aceitar a condenação condicional, ou melhor, a "suspensão condicional da execução da pena", como diria o próprio Listz, observando a instituição com seus caracteres europeus, algo distintos, embora mais

generalizados que aqueles que ela oferece no nativo Massachusetts.

Sem dúvida, por isso, Seuffert, repelindo as ideias penais kantianas, dizia que a expiação justa era uma ideia que só poderia ser explicada se a trasladassem do ambiente humano a um mundo superior, divino, onde se poderia, com infinita ciência, predeterminar sua transcendentalidade, recordando a expressão de Moisés: "A vingança é minha, disse o Senhor".

XXVI

A SENTENÇA INDETERMINADA

O espiritismo é também partidário da sentença indeterminada, de origem americana. "Estabelecer um tratamento de duração determinada para cada delito, é como se um médico prescrevesse um tratamento a um enfermo e lhe impusesse o dia em que deveria sair do hospital, estivesse ou não curado". Assim o diz a ciência contemporânea com o juiz Villert, e assim o diz o espiritismo.

O absurdo de determinar *a priori* a duração da pena, como declarou um espanhol desaparecido nestes dias, Francisco Giner de los Rios, é também um absurdo para Allan Kardec.

XXVII

A REPARAÇÃO DO DANO PESSOAL

Não basta para o espiritismo a **expiação** ou **arrependimento;** ele exige a **reparação.**

Vejamos em que consiste: "A reparação consiste em se fazer bem àquele a quem se fez mal: quem não repara nesta vida as faltas cometidas, por impossibilidade ou por falta de vontade, achar-se-á em existência posterior, em contato com as mesmas pessoas a quem prejudicou e em condições por ele mesmo escolhidas, de sorte que lhe facilitem o desejo de lhes fazer tanto bem quanto mal lhes houvera feito".

Têm razão os espíritas quando proclamam que o princípio da reparação, fatalmente necessária, é um princípio de alta idealidade moral, não proclamado pelas religiões vulgares.

Neste aspecto da criminologia, os espíritas vão muito além dos homens de ciência.

A criminologia conhece a importância da reparação do dano pessoal do delito. (*)

(*) Chamo dano **pessoal** do delito àquele que sofre uma determinada pessoa e **impessoal** o que sofrem em geral todas as pessoas sem individualização alguma (Veja-se Fernando Ortiz: *Base para um estudo sabre a chamada reparação civil*, Madrid, 1901).

É precisamente um mérito da **nuova scuola** haver salientado a sua transcendência e refletir sobre esse tema os dados da ciência contemporânea, que há já um século foi tão grato a Melchor Gioia e a Bentham.

Spencer, e mais tarde Garófalo, no seu livro **A indenização às vítimas do delito**, e com ele Fioretti, Prins e outros, em reiterados informes aos congressos de ciências penais, cuidaram desse tema interessante, e todos, unanimemente, trataram da necessária reação contra o esquecimento em que ficam os prejudicados pelo delito.

São vários os projetos discutidos, porém todos se referem quase exclusivamente à reparação pecuniária do dano material do delito, ou, quando muito, à reparação, por meios econômicos, do dano moral.

O problema da reparação do dano moral é de impossível solução para os penalistas, e da reparação do mal material o é em, muitos casos.

Somente as concepções dos espiritualistas podem alcançar uma solução teórica para o problema. O evolucionismo eterno dos espíritas pode conceber um constrangimento psíquico suficiente para lograr o ressarcimento do dano moral do delito pelo próprio delinquente. O espiritismo afirma que possui os meios coercitivos necessários para essa empresa de correcionalismo sobre-humano que nós os homens não temos.

Assim, podem os espíritas sustentar que sua filosofia penal atribui à pena um fim eminentemente reparador: reparação do dano causado à sociedade (dano objetivo impessoal); reparação do dano produzido à vítima ou o indivíduo passivo do ato doloso (dano objetivo pessoal) e reparação do dano experimentado pelo próprio autor do crime (dano subjetivo).

XXVIII

LOMBROSIANISMO CRIMINOLÓGICO E ESPIRITISMO PENAL

Poderia continuar examinando outros aspectos positivistas da criminologia e comparar as conclusões científicas desses problemas com as que se deduzem do espiritismo, para as mesmas questões. E veríamos como existe em todas as ocasiões o paralelismo teórico entre a criminologia positivista e a espírita.

Será, porém, desnecessário, pois que o fim deste trabalho é demonstrar esta coincidência surpreendente em suas linhas fundamentais e observar que, antes de Lombroso com seu **Uomo delinquente** e sua escola, haverem revolucionado a criminologia, assentando teorias e princípios hoje vulgarizados e até parcialmente acolhidos pelas legislações, já boa parte de tais princípios e teorias haviam sido lançados na circulação por uma filosofia, cuja finalidade principal se separa da criminologia, como esta disciplina é concebida, mas que se aproxima bastante do idealismo de uma criminologia de leis eternas, que abrangem todo o Uni-

verso, o idealismo de representar a absoluta, imutável e infinita criminologia de Deus.

Será que Lombroso, quando em fria manhã de dezembro de 1870, observava a fosseta ocipital mediana do crânio do bandido Vilela e repentinamente descobria o atavismo, chave de sua teoria, não fazia mais que refletir, inconscientemente, sobre a natureza anatomicamente atrasada do delinquente, ideias análogas e anteriores de Allan Kardec sobre o atraso dos espíritos dos homens maus?

Conhecia, então Lombroso, a teoria filosófica de Allan Kardec, como depois conheceu intimamente os fatos do espiritismo, de que foi crente, e até sua filosofia simplista em que nunca acreditou? Não o sei e duvido muito.

Além disso, não necessitava Lombroso conhecer o espiritismo, a fim de ter uma base filosófica para a sua teoria do atavismo, chave, por assim dizer, de toda a sua teoria penal. Lombroso conhecia o **evolucionismo.**

Com efeito, a singular semelhança entre o positivismo e o espiritismo, no que toca às ideias criminosas, pode ser explicada porque ambos partem de uma ideia-mater, a da **evolução.**

Não importa que sejam monistas ou dualistas, materialistas ou espiritualistas uns ou outros pensadores, se todos submetem seus respectivos princípios ao da evolução. Para uns, a matéria evol-

verá em um futuro constante; para outros, seguirá em sua marcha evolutiva o impulso do espírito, causa remota da transformação da matéria, que, por sua vez, se transformará, incessantemente, em um eterno progresso evolutivo. Destarte, uns e outros, sendo evolucionistas, terão que admitir em seu monismo ou em seu dualismo filosófico (1), as ideias de adiantamento e atraso, material ou espiritual, em relação a um estado que sirva de termo de comparação. E nessa ideia de atraso poderão fundamentar, uns e outros, o conceito do delito e sua continuação criminal.

Ainda que em nossos dias até Lamark, Darwin, Spencer e Huxley, a teoria evolucionista não tenha alcançado seu mais perfeito conceito, não deixa, entretanto, de ser bem antiga.

Desde os bramanistas, passando por Sakhya, pelos jônicos, por Heráclito, pelos atomistas, por Aristóteles, pelos estóicos, pelos epicuristas, pelos neoplatônicos, pelos cristãos, pelos árabes, por Giordano Bruno, até Schelling, Hegel, Von Baer e Comte, pode encontrar-se uma grande série de predecessores do evolucionismo contemporâneo **(Veja-se E, Clod. — I pioneri deU'Evoluzione (trad. it.) Torino. 1910. - J. Delage y M. Goldsmith. Les théories de 1'Evolution. Paris, 1909).**

(1) Não falo de um trialismo filosófico, porque nas doutrinas trialistas o problema não varia, e porque essas doutrinas bem se podem reduzir a um dualismo fundamental.

Quando, em 1854, Hyppolite Léon Denizard Rivail (Allan Kardec) ousou falar pela primeira vez das mesas girantes, e ainda mais, quando publicou seu livro fundamental **(O Livro dos Espíritos),** já o evolucionismo contava com as contribuições profundas e básicas de Lamarck. Um ano depois, (1858) Darwin e Wallace (1) publicavam a obra **Teoria da Seleção Natural,** e o primeiro, em 1859, a **Origem das Espécies,** em que a teoria evolucionista adquiriu seu predomínio científico.

E Rivail, que era cultíssimo pedagogo, discípulo e colaborador de Pestalozzi, doutor em medicina e filólogo notável, bem podia ter conhecido, antes da leitura do seu livro, os trabalhos já publicados de Herbert Spencer sobre a evolução humana (1850-1852), a evolução das espécies (1852) a evolução psíquica (1854-1855) e a evolução geral (1857). Quando Rivail publicou sua obra, o evolucionismo estava já no ambiente das ideias como teoria da atualidade (2).

Quando Lombroso, em 1870, fundou a doutrina do atavismo, consequência do evolucionismo, já Spencer e Haeckel haviam construído sobre o evolucionismo suas monumentais sínteses filosóficas, levando à psicologia a teoria da evolução; Huxley

(1) Diga-se de passagem que Wallace e Lombroso acreditavam nos fenômenos chamados espíritas. (Nota do tradutor).

(2) De nada adiantariam a Allan Kardec as teorias evolucionistas da época, visto como as ideias contidas nos livros básicos do espiritismo não foram dele, mas transmitidas pelos espíritos (Nota do tradutor).

fixara a posição do homem na natureza. Estes conceitos eram indispensáveis para a apresentação do ativismo. (1)

Allan Kardec, ao construir a moral evolucionista e Lombroso ao explicar a delinquência por um

---

(1) Muito próximo a Lombroso houve um pensador que se pode considerar como profundo espiritualista evolucionista. O grande italiano Mazzini escrevia em 1855 (*Scritti editi ed inediti*, vol. V, p. 213), o que se segue:

"Nosso dogma tende a divinizar, lento e progressivamente, o homem. A ideia da continuação da vida, manifestada em cada um de nós, é a afirmação de que a existência atual é o degrau para a futura, que a Terra é uma estação de prova, onde, combatendo o mal e promovendo o bem, devemos alcançar o mérito de subir.

Da mente científica que não conhece a morte, mas unicamente a transformação; da voz da humanidade inteira; do instinto do coração, que é a intuição do indivíduo; do culto que nós, crentes ou não, tributamos às tumbas; das formas referentes à eternidade, que nossa linguagem assume espontaneamente quando, melhores e portanto mais perto do verdade, nos entregamos a transportes de amor e de virtude; do halo de fé que ilumina a fronte do mártir; da paz suprema que vi impressa no rosto de seres aos quais não era dolorosa a morte; da impossibilidade de crer que os mais santos afetos são amarga ironia, que os mais santos sacrifícios, uma ilusão; que a onipotência do gênio uma fumarada enganosa, extinta ao primeiro fenômeno da matéria; de toda a contemplação, de todo o estudo, de todo o pressentimento: **deduzi que somos imortais, que a lei da vida é uma; que o progresso pressentido e desenvolvido pela humanidade coletiva de geração em geração, se desenvolve para a humanidade individual, de transformação em transformação, de existência em existência;** que o desenvolvimento de um progresso alcançado e a memória são palavras idênticas; que conservamos, através destas transformações, consciência e memória de nossa identidade, e só as readquirimos lentamente, assim como a humanidade coletiva conquista o conhecimento do passado à medida que avança para o futuro. Deduzi que o amor é uma promessa que se cumpre no além, que a esperança é um fruto que germina, que o ataúde é o berço de uma vida nova".

O evolucionismo espírita, como o explicou Allan Kardec, não teve crente mais fervoroso, nem mais puro apóstolo que Mazzini, seu contemporâneo.

Se a ideia evolucionista por si só não houvesse sido suficiente para cristalizar na mente .do gênio lombrosiano a teoria atávica do delito, não lhe faltariam sugestões filosóficas. O descobrimento da fosseta foi o selo científico de muitas intuições anteriores.

Daí a revolução lombrosiana.

retardamento na evolução moral, coincidiram em suas conclusões criminais, por terem sido inspirados pela mesma ideia fundamental. Que a evolução no segundo atue sobre a matéria, ou que atue no primeiro sobre o Espírito e a Matéria, ao mesmo tempo, é isso indiferente à dedução lógica das consequências.

Chegarão sempre a pensar que há homens moralmente não evolvidos, precipitados por isso fatalmente no crime, e que a reação social contra esses atos, conhecida a causa determinante, há de consistir em defender a sociedade contra os ataques dissolventes e em ajudar a evolução ética do delinquente, fazendo-o avançar até a linha dos demais homens que formam a massa social.

Com o evolucionismo, o conceito do livre-arbítrio deixa, quando muito, de ser absoluto, e já vimos no transcurso deste livro como, em realidade, entende Kardec o livre-arbítrio e Lombroso o determinismo.

Não importam as diferenças entre ambos os pensadores sobre o problema da alma; elas se desvanecem diante da ideia evolucionista, que as reúne em uma síntese superior.

Esta convergência do monismo materialista e do dualismo, quanto ao fenômeno do livre-arbítrio, já foi observada por vários pensadores.

Parece que o espiritualismo dualista, por vezes, como sucede com o kardecismo, tanto se apro-

xima da doutrina do panteísmo ou do paralelismo psicofísico, que chega a confundir-se com a do monismo materialista haeckeliano mais radical. Assim o observava, com razão, um materialista eminente como Enrico Morselli, que dizia:

"Quando nos preparamos para conceber sinteticamente o conjunto dos fenômenos, podemos interpretá-los como as manifestações de uma Realidade em que se identificam o sujeito e o objeto, e que se nos apresentam como um Todo único. É este, precisamente, o conceito do **monismo,** baseado no fato fundamental de que o homem nada pode conhecer além de suas próprias sensações e que a série de fenômenos se completa em nossa consciência sem necessidade de nenhum elemento alheio à realidade percebida pelos sentidos e unificada pelo intelecto.

Na concepção monista não se admite, pois, diferença ou contraste entre a realidade conhecida e a que ainda não conhecemos; não se separam os fenômenos em duas categorias, os da Matéria e os do Espírito; não se sobrepõe à Energia única e unitária dos fenômenos, a única que podemos conhecer, pois somos parte da mesma, nenhuma outra energia extrafenomênica e desconhecida para nós.

A força, segundo o monismo, não é um "quid" que possa distinguir-se abstratamente de suas manifestações na matéria; a sensação e o pensamen-

to não se podem separar do seu órgão, pois o objeto é o que se sente a si mesmo como sujeito.

"Os conceitos fundamentais do **dualismo** estão em exata e aberta contradição com os precedentes. O mundo, que percebemos, torna-se neste sistema um mundo relativo, além do qual existe uma entidade absoluta, inacessível à consciência humana e Causa Primária de tudo o que está fora dele; os fenômenos do espírito não se identificam nunca com os do corpo; a força e a matéria são distintas e irredutíveis entre si; a razão e a ideia, ainda que derivem da sensação, têm existência real por si mesmas; além do Real, que chegamos a conhecer através dos fenômenos, existe outro Real que produziu ou criou o anterior por ato voluntário e não por necessidade, de maneira que, sem este impulso extrínseco e realidade conhecida não existiria na forma e nos modos por que a conhecemos.

Não necessito recordar que na disputa desses sistemas está o núcleo e a razão de ser de toda a filosofia passada, presente e futura. Materialismo e espiritualismo, mecanismo puro e idealismo, intentaram em vão uma conciliação no terreno do chamado "sincretismo", segundo o qual o objeto e o sujeito, o real e o ideal, o corpo e o espírito, a matéria e a força, coexistiriam sempre e paralelamente ainda que sem confundir-se nem unificar-se jamais.

O conceito sincretista aplicável ao mundo exterior sensível tem sua manifestação sentimental no panteismo; aplicado ao mundo interior, ao espírito, à consciência, tem sua manifestação na doutrina do paralelismo psicofísico.

A penetração, porém, da divindade ou da força em todas as partes do mundo ou da matéria, acaba por confundir as duas categorias de realidade em uma só, e entre o panteismo e o monismo não se podem verificar diferenças essenciais.

Diga-se o mesmo dessa forma espúria do dualismo, segundo a qual força e matéria, absoluto e relativo, espírito e corpo, são coeternos e coexistentes, por necessidade, no tempo, no espaço e na causa, e daí paralelos na função psíquica que caracteriza a natureza humana: este dualismo, esta hipótese do paralelismo admite dois princípios não idênticos, porém inseparáveis, inconcebíveis um sem o outro; um, porém, incognoscível, e o outro mais ou menos cognoscível, não sabemos por que diferença em sua natureza".

Não é tão absurdo crer, portanto, como à primeira vista parece, que entre um materialismo positivista, próprio dos lombrosianos e um espiritualismo intenso como o dos discípulos e seguidores de Allan Kardec, há apenas diferenças aparentes e de índole puramente externa, quando se referem ao problema do livre-arbítrio e do determinismo, e

ao da transcendentalidade sociológica das concepções básicas (1).

Entre um **sincretismo,** como o que inspirou Allan Kardec e um monismo materialista, como o em que se baseiam as concepções positivistas lombrosianas, não há, em rigor, diferenças.

Podemos recordar (2) que o problema do livre-arbítrio e do determinismo perdeu a importância que se lhe dava em tempos passados. E nos que correm, de indubitável reação espiritualista, o problema parece que não renasce.

Um espiritualista de tanta coragem anti-haeckeliana, como Lodge, sustenta no seu livro *Vida e Matéria* (p. 161) que o livre-arbítrio e o determinismo não se contradizem.

"Na vida real vivemos em um dos lados dos limites que separam a região algo conhecida do universo daquela totalmente ignorada, e nos inclinamos a considerar **a parte** que nos rodeia como se fosse o **todo.**

Conhecemos, somente, o que pertence à região explorada; estamos, porém, submetidos a certas ilusões e encontramos certas dificuldades: a ilusão da liberdade de ação não estimulada e não motivada

(1) Não estava muito longe de pensar analogamente H. Taine, na introdução ao seu livro *Les philosophes classiques du XIX siècle*, ao pretender vigorizar a metafísica, assinando-lhe uma função analítico-sintética suprema que abarcasse as afirmações positivistas e espiritualistas.

(2) Vejam-se páginas anteriores deste livro.

e a dificuldade de conciliar isto com a sentida necessidade de um determinismo geral e de uma causa geral.

Se falamos da parte do universo com a qual estamos em contato contínuo e nos é conhecida, achamos que há atividade livre no mundo orgânico, no qual a liberdade de ação é uma experiência definida e real. Se pudéssemos, porém, observar as coisas em sua plenitude, e conhecer o que ocorre além de nossa limitada visão, nos convenceríamos de que tudo se relaciona e se acha sujeito a influência que produzem os efeitos por nós observados... não obstante o **livre-arbítrio e o determinismo serem ambos verdadeiros,** e em universo completamente conhecido deixariam de ser contraditórios".

Esta teoria do Professor da Universidade de Birminghan e outras análogas (1) demonstram co-

(1) Muito semelhante é a do Diretor do Observatório de Bruxelas, Adolfo Quetelet, em sua *Física sociale: Tossia saggio intorno del'uomo* (trad. it. p. 372). O leitor que deseja enriquecer suas ideias sobre as teorias espiritualistas contemporâneas em relação com o evolucionismo não pode prescindir de estudar as muito interessantes ideias filosóficas de Nola Pitti (que sustenta haver três formas de evolução: a do espírito, a da matéria e a do espírito condicionado pela matéria); as de Frederico Myers, em sua genial obra sobre a personalidade humana e sua sobrevivência (onde define o homem como um ser unitário, porém infinitamente completo, com seu organismo **polizóico,** ou talvez **polipsíquico,** unificado por um espírito diretor, com o qual ele vive em um dos mundos, tendo uma vida planetária neste mundo material e uma vida cósmica no mundo metaetéreo, que é o ambiente natural do Espírito); as de Fournier d'Alb, em seu livro sobre a imortalidade; (declarando-se monista-evolucionista, pensa que o corpo vivo é uma grande organização hierárquica, com ordens graduais, que se perdem nas minúsculas subdivisões do universo superatômico; e a alma é um conjunto de

mo as ideias do livre-arbítrio e do determinismo ficaram privadas do seu caráter absoluto, maneira única de obterem livre circulação no moderno mercado científico; voltemos, entretanto, à nossa conclusão: um livre-arbítrio relativo exatamente igual a um determinismo não absoluto, o que vem a dar no mesmo: ambas as ideias perderam, pois, todo o seu significado.

* * *

Temos que concluir.

Qualquer que seja a posição filosófica que se adote, tenho como consequência das ideias expostas neste trabalho, que os espíritas (como já sucedeu ao publicar-se anteriormente este estudo) ao notarem a adaptação da sua concepção ética às doutrinas científicas da criminologia contemporânea, deduzirão daí uma nova razão para sustentarem seu credo e o considerarem verdadeiro; certamente, nós, os lombrosianos, podemos pensar de maneira análoga, com maior razão, ao observar a aproximação que há de nossas ideias penais com as conclusões criminológicas dos espíritas, em sua filosofia. Isto nos demonstra que se da ideia-ma-

---

psicômeros ou elementos diretores repartidos por todas as células do corpo); as de I. Calderone, com seu sistema **monista espiritualista,** (uma espécie de haeckelianismo ao revés; não é um dualismo; compreende em **uma** inteligência, força e matéria, que, nos estados finais da evolução do espírito se irão sempre degradando até ficarem livres dos condições de espaço e de tempo) etc.

dre evolução promanam teorias éticas que nos são tão caras como a do atavismo, a da individualização da pena etc., quando aquela ideia se cristaliza dentro de um espiritismo metafísico e metapsíquico, com muito melhor fundamento se devem ter como necessárias e certas essas teorias, visto que o princípio evolucionista precipita em reação da mais rigorosa observação positivista. E o lombrosianismo significa evolucionismo aplicado à criminologia. Enquanto o evolucionismo é um princípio da ciência, o lombrosianismo, em sua afirmação fundamental, será uma verdade, uma exigência da civilização.

Digitalização: PENSE - Pensamento Social Espírita
www.viasantos.com/pense
maio de 2009